

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE**

THAMIRIS DE OLIVEIRA NATALE

**POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL:** Uma análise sobre a compreensão dos(as)  
discentes do IFBA *Campus* Eunápolis.

PORTO SEGURO-BA  
2022

THAMIRIS DE OLIVEIRA NATALE

**POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL:** Uma análise sobre a compreensão dos(as)  
discentes do IFBA *Campus* Eunápolis.

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB, como requisito do Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade (PPGES), Linha de pesquisa Estado, Instituições e Governança, para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Christianne Benatti  
Rochebois.

PORTO SEGURO-BA  
2022

**Catálogo na Publicação (CIP)**  
**Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)**  
**Sistema de Bibliotecas (SIBI)**

N271p Natale, Thamiris de Oliveira, 1987-

Política de assistência estudantil : uma análise sobre a compreensão dos(as) discentes do IFBA Campus Eunápolis / Thamiris de Oliveira Natale. – Porto Seguro: UFSB, 2022. - 137f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Sul da Bahia, Campus Sosígenes Costa, Centro de Formação em Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade, 2022.  
Orientadora: Dra. Christianne Benatti Rochebois.

1. Estudantes – Programas de assistência. 2. Política pública. 3. Instituto Federal da Bahia – Eunápolis (BA). I. Título. II. Rochebois, Christianne Benatti.

CDD – 378.013

### **Ata de Defesa Pública de Mestrado**

Aos 17 dias do mês de agosto do ano de 2022, às 14h, via webconferência através da sala virtual com link de transmissão [meet.google.com/wpt-drtb-vfq](https://meet.google.com/wpt-drtb-vfq), reuniram-se os membros da banca examinadora composta pelas docentes Dra. Christianne Benatti Rochebois (presidente da banca), Dra. Lilian Reichert Coelho (membro interno PPGES), Dra. Josiane Soares Santos (membro externo - UFRN), Dra. Angela Maria Garcia (membro externo - UFESB), a fim de arguirm a mestranda Thamiris de Oliveira Natale na defesa de sua dissertação, cujo trabalho de pesquisa intitula-se "Política de Assistência Estudantil: uma análise sobre a compreensão dos discentes do IFBA Campus Eunápolis". Aberta a sessão pela presidente da banca, coube à candidata, na forma regimental, expor o tema de sua dissertação, dentro do tempo regulamentar, sendo em seguida questionada pelos membros da banca examinadora, tendo dado as explicações que foram necessárias.

Os membros da banca consideraram a dissertação:

- (  ) Aprovada                      (  ) Aprovada com modificações  
(  ) Não aprovada, devendo ser realizada nova defesa no prazo de \_\_\_\_ meses.

### **Banca Examinadora:**



Prof. Dra. Christianne Benatti Rochebois  
(UFESB / PPGES) *Presidente da banca*



Prof. Dra. Lilian Reichert Coelho  
(UFESB/PPGES) *Membro Interno*



Prof. Dra. Josiane Soares Santos  
(UFRN) *Membro externo*



Prof. Dra. Angela Maria Garcia  
(UFESB) *Membro externo*

*Thamiris de Oliveira Natale*

**Thamiris de Oliveira Natale**  
*Candidata*

Webconferência, 17 de agosto de 2022.

**Recomendações da Banca:**

A banca parabeniza a estudante por ter concluído seu trabalho de Mestrado durante a Pandemia Covid-19.



**Prof. Dra. Christianne Benatti Rochebois (UFSB / PPGE)**  
*Presidente da banca*

## **DEDICATÓRIA**

*Dedico a todos(as) estudantes que participaram da pesquisa.*

## AGRADECIMENTOS

Para execução e conclusão deste trabalho contei com a colaboração e apoio de inúmeras pessoas queridas, as quais tenho muito a agradecer. Mas antes agradeço a Deus por ter me dado esta oportunidade tão grandiosa de fazer um Mestrado, por ter me dado saúde, sabedoria, força e paciência, nesses tempos tão difíceis de pandemia. Agradeço também pelas bênçãos diárias, pela sua orientação maior e por permitir os encontros com tantas pessoas especiais na minha vida.

Inicialmente, agradeço à minha família pelo amor e apoio incondicionais. A minha mãe, Julia, pelo amor, dedicação e, principalmente, amizade em todos os momentos da vida. Ao meu pai, Jenilson, pelos momentos de carinho, alegria, conversas, além da troca de conselhos. Ao meu irmão, Thomaz e minha cunhada Rafaela, pelo respeito e confiança depositados a mim e por terem me dado duas sobrinhas lindas que eu tanto amo. Agradeço também ao meu padrasto Wedson que sempre torceu pelo meu sucesso e esteve disponível quando precisei. Enfim, obrigada por contribuírem e incentivarem, do jeito de vocês, nessa jornada.

**MEUS AGRADECIMENTOS ESPECIAIS** ao meu esposo, meu amor, meu companheiro e amigo, Alcimar, que sempre está ao meu lado, me apoiando, me incentivando com suas palavras e conselhos sábios e passando confiança e força, além de acreditar muito no meu potencial. Obrigada por me escutar nos momentos de alegria e tristeza, por enxugar minhas lágrimas toda vez que batia o desânimo ou medo de não conseguir algo, pela indiscutível compreensão dos momentos ausentes, dos finais de semana inteiros dedicados ao estudo, pela troca constante de conhecimentos. Agradeço-te também por participar do processo de construção desse trabalho, principalmente no tratamento dos dados pesquisados e organização dos gráficos e tabelas. Enfim, meu amor, Deus não poderia ter colocado pessoa melhor na minha vida, como já te disse, você é um presente divino e agradeço todo dia por isso. Te amo muito e obrigada por tudo! Te agradeço também pela linda e forte família que a gente criou com a chegada de nosso filho Heitor, obrigada pela educação e comprometimento que você tem com a vida dele. Obrigada meu filho por me mostrar um amor incondicional e abrilhantar as nossas vidas e aproveitar para pedir desculpas por tantos finais de semana ausentes para poder escrever esta Dissertação.

Sou muito grata ainda, pela minha outra família que Deus escolheu para mim: minha

sogra, Goreti, meu sogro Alcides, e minha cunhada Betinha e sua parceira Manuela que por vezes trocamos figurinha, já que ela estava na fase final de seu Doutorado. Obrigada por me receberem na vida de vocês com muito carinho, fraternidade, confiança e respeito. Espero poder sempre retribuir todo esse apoio.

Agradeço a todos meus amigos de vida e colegas de turma que contribuíram de alguma forma para essa jornada e em especial a Julia do IFBA, que desde o primeiro dia, ainda na fase de desenvolvimento do projeto de pesquisa, esteve sempre ao meu lado, me incentivando e me ajudando, tirando minhas dúvidas, me aconselhando sempre, além de me mostrar sua fé diária e inabalável em DEUS. Obrigada também a Darlene, Cristiane Queiroz e o professor Aldemir que lá no início contribuíram na construção do projeto de pesquisa. Obrigada também a Daniela Amorim pelas trocas de figurinhas e pelas risadas diárias no *Campus* Eunápolis. Obrigada ainda a Lucélia, que mesmo tendo conhecido já na fase final do trabalho, contribuiu valiosamente com as suas reflexões sobre Serviço Social e assistência estudantil, a partir de toda sua experiência profissional.

Agradecimentos especiais às minhas amigas-irmãs Laiane e Radaine, com as quais construí uma linda e eterna amizade. Obrigada pelos inúmeros e intermináveis momentos de conversas, ainda que distantes, sobre vida, futuro, passado, família. Obrigada amigas, pela convivência, aprendizado e construção de uma amizade tão sincera e bonita como a nossa.

Agradeço também à minha orientadora Christianne Rochebois pelos momentos de construção do conhecimento e de aprendizado, obrigada por sua orientação e por passar muita tranquilidade na execução deste trabalho. Obrigada à professora Josiane Soares por ter aceitado participar tão de pronto da minha Qualificação e Defesa e por sua valiosa contribuição teórica no desenvolvimento desta pesquisa. Agradeço ainda a todos(as) os(as) professores(as) que aceitaram participar das Bancas de Qualificação e Defesa, muito obrigada por todas as colaborações que tanto enriqueceram minha pesquisa.

Meu especial obrigada aos estudantes que aceitaram participar da pesquisa.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho, meu muitíssimo obrigada!!!



## RESUMO

Esta pesquisa realizou um estudo entre os estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA, Campus Eunápolis, quanto à compreensão deles em relação à Política de Assistência Estudantil. O universo da pesquisa foi constituído por estudantes que participaram da seleção do Programa de Assistência e Apoio ao Estudante (PAAE) em 2019. Neste ano, foram 527 distribuídos entre as três modalidades de ensino do Campus (Ensino médio Integrado, Ensino médio Subsequente e Ensino Superior) que passaram pela análise da assistente social, e desses, 389 foram contemplados e 138 não contemplados. Considerando a complexidade de uma pesquisa qualitativa, delimitar como amostra, seis estudantes por modalidade, totalizando 18, entre contemplados e não contemplados na seleção de 2019. Tem como objetivo geral analisar a compreensão dos discentes do IFBA Campus Eunápolis acerca da Política de Assistência Estudantil. O problema investigado foi qual seria a compreensão dos discentes do IFBA *Campus* Eunápolis, enquanto sujeitos de direitos, quanto à Política de Assistência Estudantil? E como as expressões da questão social por eles vividas podem influenciar nessa compreensão? Quanto à abordagem, esta pesquisa é caracterizada como qualitativa, quanto aos objetivos como exploratória e descritiva. Para a coleta de dados foram utilizados dois instrumentos diferentes: o questionário e as entrevistas em grupo separadas por modalidades de Ensino que ocorreram virtualmente através de um aplicativo de videoconferência, o *Google Meet* e foram direcionadas por um roteiro de entrevista semiestruturado. A análise dos dados foi realizada nos dois últimos capítulos, considerando a operacionalização do método hermenêutico-dialético de Minayo (2014) que compreendeu a ordenação dos dados, que é o mapeamento dos dados coletados, a classificação dos dados e posterior categorização e, por fim, a análise final, momento de articulação dos resultados com o referencial teórico. Diante disso, os resultados mostraram uma compreensão da assistência estudantil em seu imediatismo e a partir das necessidades de sobrevivências individuais, refletindo a realidade brasileira quanto às Políticas Sociais.

**Palavras-chave:** Assistência Estudantil; Educação; Questão Social; Política Pública; Política Social.

## ABSTRACT

This research carried out a study among students from the Federal Institute of Education, Science and Technology of Bahia – IFBA, Campus Eunápolis, regarding their understanding of the Student Assistance Policy. The research universe consisted of students who participated in the selection of the Student Assistance and Support Program (PAAE) in 2019. This year, 527 were distributed among the three teaching modalities on the Campus (Integrated High School, Subsequent High School and Superior) that went through the analysis of the social worker, and of these, 389 were covered and 138 were not. Considering the complexity of a qualitative research, I delimited as a sample, six students per modality, totaling 18, between contemplated and not contemplated in the 2019 selection. The problem investigated was what would be the understanding of the students of the IFBA Campus Eunápolis, as subjects of rights, regarding the Student Assistance Policy? And how can the expressions of the social issue experienced by them influence this understanding? As for the approach, this research is characterized as qualitative, as for the objectives as exploratory and descriptive. For data collection, two different instruments were used: the questionnaire and the group interviews separated by teaching modalities that took place virtually through a videoconferencing application, Google Meet and were guided by a semi-structured interview script. Data analysis was carried out in the last two chapters, considering the operationalization of Minayo's (2014) hermeneutic-dialectical method, which included the ordering of data, which is the mapping of collected data, data classification and subsequent categorization and, finally, , the final analysis, moment of articulation of the results with the theoretical reference. In view of this, the results showed an understanding of student assistance in its immediacy and from the needs of individual survival, reflecting the Brazilian reality regarding Social Policies.

**Keywords:** Student Assistance; Education; Social Issues; Public policy; Social Policies.

## LISTA DE SIGLAS

ANDIFES Superior	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia
CENTEC	Centro de Educação Tecnológica da Bahia
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CONIF	Conselho Nacional das Instituições
CONSUP	Conselho Superior
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DAE	Diretoria de Assistência ao Estudante
DEPAE	Departamento Pedagógico de Assistência ao Estudante
DOF	Departamento de Orçamento e Finanças
EPCT	Educação Profissional, Científica e Tecnológica
ETFBA	Escola Técnica Federal da Bahia
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
FONAPRACE Estudantis	Fórum Nacional de Pró- Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
GAE	Gestão da Assistência Estudantil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFBA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
MEC	Ministério da Educação
PAAE	Programa de Assistência e Apoio ao Estudante

PAE	Programa de Assistência ao Educando
PIBIC	Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica
PINA	Projetos de Incentivo à Aprendizagem
PME	Prefeitura Municipal de Eunápolis
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional de Educação
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPI	Projeto Pedagógico Institucional
PRPGI	Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
PT	Partido dos Trabalhadores
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
TAE	Técnicos Administrativos em Educação
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNE	União Nacional dos Estudantes

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Bolsas e Auxílios do <i>campus</i> .....	51
Tabela 2: Quantidade e valores dos auxílios e bolsas do PAAE em 2019 .....	54
Tabela 3: Idade .....	67
Tabela 4: Composição familiar .....	68
Tabela 5: Programas/projetos e ações que os estudantes conhecem .....	91
Tabela 6: Para você, o que é política de assistência estudantil do campus?.....	92
Tabela 7: Objetivo da política de assistência estudantil do campus.....	93
Tabela 8: Opinião dos participantes da pesquisa de como é o conhecimento dos outros estudantes sobre a política de assistência estudantil do campus .....	94
Tabela 9: Relação entre questão social e a compreensão sobre a política de assistência estudantil do campus .....	100
Tabela 10: Relação entre questão social e a compreensão sobre a política de assistência estudantil do campus .....	102

## LISTAS DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Variação orçamentária anual .....	54
Gráfico 2: Gênero .....	66
Gráfico 3: Cor ou raça .....	66
Gráfico 4: Escola de origem .....	67
Gráfico 5: Situação habitacional .....	68
Gráfico 6: Tipo de moradia .....	68
Gráfico 7: Quantidade de cômodos .....	68
Gráfico 8: Conflito familiar .....	69
Gráfico 9: Serviços sócioassistenciais .....	69
Gráfico 10: Bolsa família .....	70
Gráfico 11: Benefício de prestação continuada .....	70
Gráfico 12: Conhecimento da política de assistência estudantil por modalidade .....	90
Gráfico 13: Renda per capita .....	96
Gráfico 14: Situação ocupacional .....	97
Gráfico 15: Necessidades familiares .....	98

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	17
2	PERCURSO METODOLÓGICO.....	24
2.1	Quanto à abordagem da pesquisa .....	24
2.2	Quanto aos objetivos da pesquisa.....	25
2.3	Quanto à modalidade pesquisa .....	25
2.4	Universo da pesquisa .....	26
2.5	Coleta de dados.....	28
2.6	Aspectos éticos da pesquisa.....	29
2.7	Análise de dados.....	30
3	ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL, SUAS CONCEPÇÕES E INSERÇÃO NOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA .....	32
3.1	Concepções e compreensões da Política de Assistência Estudantil .....	32
3.2	Breve histórico, amparo legal e a regulamentação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).....	34
3.3	O PNAES nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.....	43
3.4	A Política de Assistência Estudantil no IFBA .....	45
4	EDUCAÇÃO, QUESTÃO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL .....	55
4.1	A dualidade histórica entre educação básica e Educação profissional e tecnológica....	56
4.2	Gênese da questão social e a relação direta da desigualdade social com desigualdade educacional .....	61
4.3	Caracterização do público alvo da investigação .....	65
4.3.1	Perfil socioeconômico .....	66
4.3.2	Algumas expressões da questão social identificadas entre os sujeitos da pesquisa .....	67
4.4	Política social: definição de perspectiva de análise.....	71
4.4.1	Compreensão dos estudantes sobre Política Social e/ou Política Pública .....	74
4.4.2	O que é direito para os estudantes? .....	78
5	POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL A PARTIR DAS COMPREENSÕES DOS SUJEITOS E AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL .....	82
5.1	Assistência estudantil como direito <i>versus</i> atendimento às demandas segmentadas, focalizadas e fragmentadas. ....	82
5.2	Compreensão geral dos estudantes sobre a Política de Assistência Estudantil do campus	85
5.3	Mosaico de compreensões: a assistência estudantil por modalidade de ensino. ....	90

5.4	Relações entre a vivência de expressões da questão social e as compreensões dos discentes quanto à Política de Assistência Estudantil .....	96
	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	104
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	109
	APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .....	116
	APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DE COLETA DE DADOS .....	117
	APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADO .....	133
	ANEXO A - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP .....	134
	ANEXO B – TERMO DE ANUÊNCIA .....	140



## 1 INTRODUÇÃO

A educação, como política pública, se constitui como uma das práticas sociais mais utilizadas pelo capital para disseminar valores e ditames de sua própria produção e reprodução. Permeada de interesses econômicos de organismos internacionais com o discurso de investir para melhorar, acabam por construir uma educação pela lógica capitalista, com intuito maior de suprir as necessidades do mercado, do que fomentar uma educação emancipadora que traga frutos a longo prazo e que possibilite escolhas. (PRAZERES; BATISTA, 2019).

Ao mesmo tempo e contraditoriamente, a educação tornou-se, a partir de lutas sociais, um instrumento de conscientização política e de direitos e, para compreendê-la e a tudo que nela permeia, assim como o tema central deste trabalho, a Política de Assistência Estudantil, se faz necessário lançar mão não só do seu resgate histórico, mas das suas relações com a sociedade do capital, em que “o impacto da incorrigível lógica do capital sobre a educação tem sido grande ao longo do desenvolvimento do sistema.” (MÉSZÁROS, 2008, p. 35).

É neste cenário contraditório da educação brasileira que se insere a Política de Assistência Estudantil, mais especificamente o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), escopo deste trabalho, que, por meio do Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010, regulamentou as normas de assistência estudantil desenvolvidas no âmbito das Instituições Federais de Ensino Superior (Universidades e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia) com a finalidade de ampliar as condições de permanência para os jovens na educação pública federal. Suas ações são desenvolvidas nas áreas de moradia, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico, bem como acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. (BRASIL, 2010).

Esta pesquisa, ora apresentada, se propôs a realizar um estudo acerca da assistência estudantil, delimitando enquanto objeto a análise da compreensão<sup>1</sup> dos discentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA),

---

<sup>1</sup> Definida aqui a partir do viés da Filosofia: compreensão é a capacidade de compreender, entender ou assimilar algo. É considerado um processo cognitivo (relativo ao conhecimento), onde é necessária a interpretação de determinada coisa para seja apreendida pelo indivíduo. Assim, gera-se um estado mental no qual a coisa compreendida é internalizada. A compreensão é um conceito que traz, em si, a ideia de trazer para si, apreender. Disponível em: <https://www.significados.com.br/compreensao/>.

*Campus* Eunápolis, quanto à Política de Assistência Estudantil e relacioná-la às expressões da questão social vivenciadas por eles.

A principal motivação para engendrar esta pesquisa consiste em minha experiência profissional no setor que executa a parte administrativa da Política de Assistência Estudantil do *Campus* Eunápolis aliada à minha formação acadêmica em Serviço Social, o que me fizeram questionar as nuances da Política de Assistência Estudantil entre os estudantes, pois mesmo não atuando como assistente social do *Campus* tenho muito acesso a eles.

A partir de alguns comentários frequentemente expressos por estudantes, tais como: “quando vai cair meu salário?”; “quero meu dinheiro para fazer compras no *Black Friday*”; “ele não precisa, eu preciso”; “tenho cartão de crédito para pagar”; “tenho que colocar gasolina no meu carro” me fizeram indagar: qual a compreensão política que os estudantes têm ao receber auxílios ou bolsas da assistência estudantil? E os discentes que não foram selecionados compreendem a política de que forma? Será que eles entendem que é direito, que é uma política pública? Será que eles sabem o que é uma política pública? E política social?

Com base nessa realidade, levanto aqui uma hipótese de que há compreensões equivocadas entre os discentes no que tange à Política de Assistência Estudantil, não compreendendo-a como processo sócio-histórico e apreendendo-a somente em sua superficialidade. Ou seja, existe uma discrepância entre o objetivo da política e as crenças e expectativas dos discentes, partindo do pressuposto de que “a pesquisa não reduz a realidade em conhecimento, pois essa continua sendo realidade, mesmo depois de sua problematização e explicação teórica, até quando é limitada para estudo, pois o que sobra é ainda realidade constituída como processo.” (SETUBAL, 2013, p. 50).

Outra motivação que impulsionou a minha investigação é que, a partir de uma breve pesquisa bibliográfica sobre o tema, observei que a maior parte das abordagens refere-se à Política e seus reflexos, o seu percurso histórico, a sua implantação, a sua avaliação, a sua efetividade, mas um aspecto pouco abordado, e que provocou a minha reflexão, é sobre a percepção e/ou compreensão dos discentes em relação à Política de Assistência Estudantil.

Portanto, o problema investigado é: qual a compreensão dos discentes do IFBA *Campus* Eunápolis, enquanto sujeitos de direitos, quanto à Política de Assistência Estudantil? E como as expressões da questão social por eles vividas podem influenciar

nessa compreensão? O intuito é perceber se eles se sentem sujeitos de direitos de uma política ou “recebedores de um benefício”, se entendem as suas dimensões histórica e política, e em que medida os sujeitos da pesquisa refletem a realidade brasileira descrita por Carvalho (2008, p. 19):

Inegavelmente, lutar por direitos no Brasil é contrapor-se a toda uma “cultura da carência”, do clientelismo, do patrimonialismo, da dependência que marca a vida brasileira. E mais, é contrapor-se aos padrões neoliberais das configurações capitalistas contemporâneas, que reeditam a “cultura da benesse”, do favor, envolvendo-a no humanitário discurso da “solidariedade”, da “compaixão”, do “dar de si” a um outro que está abaixo, aquém, que é incapaz de prover suas necessidades; enfim, o carente, destituído de cidadania.

Além disso, acredito que compreender melhor a percepção dos sujeitos da Política de Assistência Estudantil, além de todo conhecimento obtido e repassado aos estudantes, poderá também, por se tratar de uma abordagem inédita no *Campus*, auxiliar no desenvolvimento de iniciativas mais precisas junto aos discentes, uma vez que a sua efetividade está relacionada à forma como eles a percebem e a recepcionam, o que revela também a necessidade de ouvi-los.

O PNAES garante às Instituições Federais de Ensino autonomia para utilização dos recursos disponibilizados de acordo com as demandas e peculiaridades locais, mas define de antemão seu público-alvo prioritário: estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio. (BRASIL, 2010).

Além dessa delimitação de público-alvo, pode-se afirmar que há também a limitação quanto aos recursos, visto que são insuficientes para atender todos os estudantes que teriam direito e sua execução torna-se ainda mais focalizada, atendendo os mais pobres dos pobres. Como bem afirmam Prada e Surdine (2018, p. 286), “[...] o que prevalece é a focalização, seletividade e residualidade, com ênfase na lógica do cobertor curto, onde é definida a parte que ficará descoberta e que conseguirá suportar melhor as intempéries da lógica vigente.” Expressa aqui o mesmo caráter de assistencialização das políticas sociais em geral, com o atendimento às demandas segmentadas, focalizadas e fragmentadas, enquadrando-as em uma série de critérios e condicionalidades, provocando uma disputa do pouco por muitos, perdendo-se a perspectiva de conscientização, compreensão e ampliação dos direitos sociais.

Não obstante às críticas tecidas acima, é indiscutível a importância das ações da

assistência estudantil e os seus avanços para a permanência dos discentes nas Instituições Federais de Ensino e que é fruto de lutas dos movimentos estudantis e da sociedade civil. Entretanto, não se pode esquecer que por estar relacionada a outros interesses, inclusive de manutenção/permanência/aprofundamento das desigualdades sociais, os seus sujeitos devem ter em mente a sua essência, o seu contexto de elaboração e a sua criação.

Diante disso, faz-se necessário contextualizar, ainda que brevemente, a Política de Assistência Estudantil no IFBA, mais especificamente, no *Campus Eunápolis*, onde os sujeitos deste trabalho estão inseridos. Os Institutos Federais nos moldes atuais foram criados no dia 29 de dezembro de 2008, quando sancionada a Lei nº 11.892, responsável por instituir a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica que transformou o Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia (CEFET) em Instituto Federal da Bahia (IFBA). Possui natureza jurídica de autarquia é detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático- pedagógica e disciplinar, sendo equiparado ao *status* das universidades federais e é composto por 22 *campi*. (IFBA, 2019a).

O *Campus Eunápolis* foi inaugurado em 1994 e atualmente possui três cursos técnicos de nível médio modalidade integrada<sup>2</sup>, três cursos técnicos de nível médio modalidade subsequente<sup>3</sup>, três cursos de nível superior<sup>4</sup> e um curso de Pós-graduação em Educação, Cultura e Linguagens, com mais de 1200 discentes. (IFBA, 2019b). Delineia, assim, um mosaico e um solo fértil de demandantes da assistência estudantil que me faz aludir outra hipótese: a de que há diferentes compreensões entre as três primeiras modalidades citadas acima em relação à Política de Assistência Estudantil. Justifico essa hipótese a partir dos diferentes perfis de estudantes que delineiam cada modalidade de ensino, como, por exemplo, trajetória e/ou momento escolar, idade, objetivos buscados com os estudos, entre outros.

A Política de Assistência Estudantil do IFBA tem como referência principal, além do Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010 (PNAES), a Resolução CONSUP nº 25 de 23 de maio de 2016 (Diretrizes e Normas da Política de Assistência Estudantil do IFBA) que

se constitui num arcabouço de princípios e diretrizes que orientam a elaboração e

---

<sup>2</sup> Curso em Edificações, Meio Ambiente e Informática. (Forma de ingresso: Processo Seletivo IFBA)

<sup>3</sup> Curso Técnico em Enfermagem, Técnico em Segurança do Trabalho e Técnico em Meio Ambiente. (Forma de ingresso: Processo Seletivo IFBA).

<sup>4</sup> Matemática, Engenharia Civil e Tecnologia em Análise e Desenvolvimento e Sistemas (Forma de ingresso: através do Sisu, utilizando a nota do Enem).

implementação de ações que garantam o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos estudantes do IFBA, com vistas à inclusão social, formação plena, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e ao bem estar biopsicossocial. (IFBA, 2016a, p.2).

Ela está dividida em três eixos: Programa de Assistência e Apoio ao Estudante (PAAE) destinado a estudantes em comprovada situação de vulnerabilidade social, com a obrigatoriedade de participação em processo de seleção socioeconômica; Programas Universais destinados a todo e qualquer estudante matriculado, sem critérios de seleção socioeconômica ou meritocráticos; Programas Complementares destinados a todo e qualquer estudante regularmente matriculado, e sua participação está condicionada a questões socioeconômicas e/ou meritocráticas. (IFBA, 2016a).

Entre os três eixos acima, o escolhido para este trabalho foi o eixo do Programa de Assistência e Apoio ao Estudante (PAAE), pois é o principal Programa executado atualmente, primeiro por abarcar mais de 80% do orçamento disponibilizado para assistência estudantil; e segundo por sua importância na permanência de muitos discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica que dependem das bolsas e/ou auxílios disponibilizados após seleção da assistente social<sup>5</sup>.

Os estudantes contemplados e não contemplados pelo PAAE de 2019 foram objeto de análise e estudos deste trabalho, pois acredito que eles são os mais atingidos pelas expressões da questão social, apreendidas aqui como conjunto das expressões das desigualdades sociais inerentes à sociedade capitalista e que se manifesta na contradição capital e trabalho. Ou seja, tem sua gênese na apropriação do trabalho humano, “*encontrando-se aí a raiz da produção/reprodução da questão social na sociedade capitalista.*” (IAMAMOTO, 2001, p. 15-16, grifos da autora).

Por fim, indico ainda outra hipótese: a vivência de expressões da questão social influencia na construção e na compreensão dos estudantes no que tange à assistência estudantil e acredito que, quanto maior o nível de vulnerabilidade socioeconômica ou maior a necessidade/dependência imediata da política, menor é o conhecimento sociopolítico da Política.

Quanto à definição dos objetivos, a fim de responder às minhas inquietações e indagações, ratificar ou refutar as hipóteses aludidas acima, identificar a forma como os estudantes entendem a Política de Assistência Estudantil e compreender como e de que

---

<sup>5</sup>No início desta pesquisa o *Campus* não tinha este profissional em seu quadro de servidores e as seleções, nos últimos três anos, foram realizadas por meio de uma parceria com a Prefeitura Municipal de Eunápolis.

forma os fenômenos se apresentam para além da imediaticidade, defini como **objetivo geral**: analisar a compreensão dos discentes do IFBA *Campus* Eunápolis acerca da Política de Assistência Estudantil.

E como **objetivos específicos**: identificar as compreensões dos discentes do IFBA *Campus* Eunápolis no que tange à Política de Assistência Estudantil; diferenciar as compreensões identificadas sobre a Política de Assistência Estudantil entre as três modalidades de ensino do *Campus* Eunápolis, bem como entre os contemplados e não contemplados pelo Programa de Assistência e Apoio ao Estudante (PAAE) de 2019; analisar a relação entre a vivência de expressões da questão social com as concepções dos discentes sobre a Política de Assistência Estudantil.

A dissertação está organizada em Introdução; quatro capítulos; e minhas considerações finais. O primeiro capítulo “PERCURSO METODOLÓGICO” traz todas as descrições fundamentais quanto à metodologia. Começa pelas definições quanto à abordagem, depois quanto aos objetivos, em seguida quanto à modalidade, logo após apresenta o universo e a amostra, os instrumentos de coleta de dados, os aspectos éticos tão fundamentais para a pesquisa e por fim a análise de dados

O segundo capítulo, intitulado “ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL, SUAS CONCEPÇÕES E INSERÇÃO NOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA”, contextualiza o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), trazendo as concepções da assistência estudantil, bem como seu percurso histórico dentro do cenário político e a sua promulgação enquanto Decreto. Logo em seguida, partindo do geral para o específico, discorreu sobre sua implantação nas Instituições Federais de Ensino, logo após no Instituto Federal da Bahia, e, mais especificamente no *Campus* Eunápolis, apresentando sua história e também os seus desafios para implantação da Política de Assistência Estudantil.

O terceiro capítulo, “EDUCAÇÃO, QUESTÃO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL”, analisa a inter-relação entre a desigualdade social e a desigualdade educacional, ao tecer argumentos sobre Educação como política pública e mecanismo do capitalismo. Discorreu também sobre Política Social a partir da perspectiva de análise marxista, a gênese da questão social, além de ter iniciado as discussões dos dados coletados acerca da compreensão dos sujeitos da pesquisa em relação à política pública e social, direito e sujeito de direito.

O quarto capítulo, com o título “POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL A

PARTIR DAS COMPREENSÕES DOS SUJEITOS E AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL”, discute mais profundamente o viés crítico dos termos seletividade, focalização, fragmentação das políticas sociais e correlacionou-os à Política de Assistência Estudantil enquanto direito, bem como apresentou a compreensão geral dos discentes em relação à Política de Assistência Estudantil, bem como a compreensão por modalidade de ensino. Além de ter analisado os dados quanto à renda per capita, situação ocupacional e necessidades familiares para identificar se a vivência de expressões da questão social influencia na compreensão dos estudantes no que tange à Política de Assistência Estudantil. Por último, as CONSIDERAÇÕES FINAIS se constitui em um apanhando dos aspectos mais importantes identificados no processo de construção deste trabalho.

## 2 PERCURSO METODOLÓGICO

Para Minayo (2001;2014), metodologia é o caminho do pensamento exercido na prática ao abordar ou pesquisar uma determinada realidade. Para ela, teoria e metodologia andam juntas e interligadas e não separadas como alguns autores defendem. E, ao mesmo tempo, a metodologia, enquanto conjunto de técnicas, deve definir instrumentos claros, coerentes com a pesquisa e com os sujeitos dela, um instrumental que seja “capaz de encaminhar os impasses teóricos para o desafio da prática.” (MINAYO, 2001, p. 16). Além disso, Minayo (2014, p. 44) destaca a “‘criatividade do pesquisador’, ou seja, a sua marca pessoal e específica na forma de articular teoria, métodos, achados experimentais, observacionais ou de qualquer outro tipo específicos de resposta às indagações científicas.”

Dessa forma, apresento neste capítulo, todo o caminho percorrido para o desenvolvimento desta pesquisa, como aspectos quanto à abordagem, quanto aos objetivos da pesquisa, bem como o universo e a delimitação da amostra, coleta e análise dos dados e os aspectos éticos necessários à pesquisa.

### 2.1 Quanto à abordagem da pesquisa

Quanto à abordagem, ela se caracterizou como qualitativa, visto que seu interesse maior foi compreender e interpretar os fenômenos que se apresentaram e não somente descrevê-los; foi buscar a essência e não só a aparência, ou seja, foi captar os significados da realidade, compreendê-la em sua complexidade (FRASER; GODIM, 2004). Objetivou ainda a compreensão da realidade de forma mais aprofundada, mediante o contato direto com os estudantes e suas relações, em seu próprio contexto e, a partir da visão deles, poder interpretar a realidade (GIL, 2008). Esta abordagem tem no pesquisador o principal instrumento de investigação (TRIVIÑOS, 1987).

Segundo Minayo (2001), este tipo de pesquisa aprofunda-se nas ações e relações humanas, no lado não identificável pelos números e estatísticas. E, a partir da abordagem dialética, considera que o processo social deve ser entendido em suas determinações e transformações através dos indivíduos.

Portanto, a abordagem escolhida para este trabalho,

[...] parte da premissa de que a ação humana tem sempre um significado (subjetivo ou intersubjetivo) que não pode ser apreendido somente do ponto de vista



quantitativo e objetivo (aqui entendido como independente do percebido e do contexto da percepção). O significado subjetivo diz respeito ao que se passa na mente consciente ou inconsciente da pessoa (individualismo metodológico – o nível de análise é a pessoa) e o significado intersubjetivo se refere ao conjunto de regras e normas que favorecem o compartilhamento de crenças por grupos de pessoas inseridas em determinado contexto sócio-cultural (holismo metodológico – o nível de análise é a estrutura e os sistemas). (FRASER; GODIM, 2004, p. 141).

## **2.2 Quanto aos objetivos da pesquisa**

Considerando os objetivos desta pesquisa, ela se caracterizou como exploratória, pois, inicialmente, visou construir uma familiaridade com o problema, construir uma nova perspectiva da realidade estudada e aprofundar o seu conhecimento “com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses” [...], bem como “o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições.” (GIL, 2002, p. 41).

É importante salientar que apesar do tema central ser amplamente pesquisado entre as Universidades e os Institutos Federais, no *Campus* Eunápolis, onde a pesquisa foi desenvolvida é uma abordagem inédita, que demandou não só um estudo exploratório, mas também um estudo descritivo.

E por isso, esta pesquisa se caracterizou também como descritiva, tendo como principal característica além de descrever um determinado grupo ou realidade, estabelecer relações entre as variáveis e entender a essência desta relação (GIL, 2002). Traços estes que estão postos no meu primeiro objetivo específico que é “identificar as compreensões dos discentes do IFBA Campus Eunápolis no que tange à Política de Assistência Estudantil.”

## **2.3 Quanto à modalidade pesquisa**

Segundo Tozoni-Reis (2009), na prática da pesquisa a fonte de dados indica a sua modalidade. Sendo assim, este trabalho teve como fonte de dados: a) a pesquisa bibliográfica, que foi todo o levantamento da bibliografia e autores referente ao tema central, como também os outros assuntos que perpassaram a pesquisa; b) se apropriou também da pesquisa documental ao passo que usei normativas internas do IFBA; c) e, por fim, a pesquisa de campo que, conforme Tozoni-Reis (2009, p. 28), “como o próprio nome indica, tem a fonte de dados no próprio campo em que ocorrem os fenômenos.”

Esta mesma autora afirma que na pesquisa de campo podem ser utilizadas diferentes técnicas e instrumentos, estabelecidas pelo pesquisador a partir das condições e

objetivos da pesquisa e que as técnicas mais utilizadas são a observação e a entrevista. A primeira varia de acordo com o grau de participação do pesquisador, podendo ser de dois tipos: observação ou observação participante. E a entrevista da mesma forma, dois modos: entrevista estruturada ou semi-estruturada.

Para esta pesquisa, inicialmente, pretendia fazer a observação participante, pois estava imersa no cotidiano dos participantes da minha pesquisa: os discentes do IFBA Campus Eunápolis, onde sou servidora. O intuito era que por meio de conversas, interações sociais, atendimentos e observações, pudesse captar de forma planejada o entendimento deles em relação à Política de Assistência Estudantil, uma vez que este tipo de técnica de pesquisa tem o propósito de compreender o tema em análise através do olhar e da experiência de quem vive, e, portanto não imediatamente acessível, “[...] observados diretamente na própria realidade, transmitem o que há de mais imponderável e evasivo na vida real.” (MANAYO, 2001, p.60).

Entretanto, a pandemia da COVID-19 afetou profundamente todos os espaços das nossas vidas e não foi diferente nas escolas, tanto para os profissionais da educação, como para todos os discentes. Em abril de 2020 decretou-se o fechamento de várias instituições, inclusive todos os *campi* do IFBA. Com isso, infelizmente, não foi possível executar a observação participante, pois ainda não havia previsão do retorno das aulas presencialmente. Dessa forma, com intuito de adaptar a pesquisa à nova realidade e não perder o rigor científico, a pesquisa de campo foi desenvolvida a partir de entrevistas, utilizando dois instrumentos diferentes na coleta de dados, explicados mais adiante.

## 2.4 Universo da pesquisa

O universo da pesquisa foi constituído por estudantes que participaram da seleção do PAAE<sup>6</sup> em 2019. Nesse ano, foram 527<sup>7</sup> distribuídos entre as três modalidades de ensino do Campus que passaram pela análise da assistente social, e desses, 389 foram contemplados e 138 não contemplados. Entre esses últimos, alguns não fazem parte do perfil de vulnerabilidade social, mas a maioria não foi selecionada por falta de recurso

---

<sup>6</sup> Foi escolhida para estudo a seleção de 2019, pois devido à pandemia da COVID 19, foi o último ano que teve os auxílios da assistência estudantil em sua forma tradicional, porque também foram adaptados à situação de calamidade pública e, posteriormente, às aulas não presenciais, ofertando apenas Auxílios emergenciais e de Inclusão Digital.

<sup>7</sup> Mas tivemos mais de 600 demandantes do Programa, pois alguns alunos não conseguem continuar no processo por apresentação da documentação incompleta.

suficiente para atender a todas as demandas, ou ainda por pendências na documentação. A seleção é formada por fases, como inscrição e a entrega da documentação, análise documental e entrega de documentos pendentes e só após essas fases é que os estudantes vão para a fase final que é a análise da vulnerabilidade socioeconômica pela a assistente social e, posterior, distribuição dos auxílios e bolsas.

A amostra foi composta de 18 discentes, retirada do universo de 527 que passaram pela análise social. Não sendo possível abranger a todos em uma pesquisa de mestrado, utilizei como critério para definir a amostragem a quantidade de modalidades de ensino do Campus, que atualmente são três<sup>8</sup>. Sendo assim, e considerando a complexidade de uma pesquisa qualitativa, delimitarei seis estudantes por modalidades, totalizando assim os 18, entre contemplados e não contemplados na seleção de 2019, com o intuito de cumprir o que está posto no meu segundo objetivo específico: “diferenciar as compreensões identificadas sobre a Política de Assistência Estudantil entre as três modalidades de ensino do *Campus* Eunápolis, bem como entre os contemplados e não contemplados pelo PAAE de 2019”.

A amostra distribuída dessa forma possibilitou abranger os três perfis diferentes dos estudantes e as suas especificidades, delineando assim uma diversidade de aspectos férteis para análises e reflexões nesta pesquisa. Pois,

[...] o fundamental é que a seleção seja feita de forma que consiga ampliar a compreensão do tema e explorar as variadas representações sobre determinado objeto de estudo. **O critério mais importante a ser considerado neste processo de escolha não é numérico, já que a finalidade não é apenas quantificar opiniões e sim explorar e compreender os diferentes pontos de vista que se encontram demarcados em um contexto.** (FRASER; GODIM, 2004, p. 147, grifos meus).

Após a definição da amostragem, o critério de escolha dos participantes foi do tipo aleatório simples. Os estudantes foram convidados a partir das listas dos resultados finais da seleção do PAAE 2019, obedecendo aos critérios de inclusão<sup>9</sup> e exclusão<sup>10</sup>, enviados ao

---

<sup>8</sup> Nível médio modalidade integrada (o estudante cursa o ensino médio e o técnico concomitantemente, os cursos são: Técnico em Edificações, Meio Ambiente e Informática); nível médio modalidade subsequente (o estudante já concluiu o ensino médio anteriormente e deseja fazer um curso técnico, cursos: Técnico em Enfermagem, Segurança do Trabalho e Meio Ambiente); nível superior (bacharelado e licenciatura, cursos: Engenharia Civil, Matemática, Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas).

<sup>9</sup> Poderão participar pessoas do sexo feminino, masculino, ou outro gênero autodeclarado pelo participante, discentes matriculados em um dos cursos das três modalidades de ensino do Campus Eunápolis, acima de 18 anos, com nível de escolaridade do ensino médio incompleto ao superior incompleto, ter assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), participante ou não PAAE do ano de 2019, participar até o final das duas fases da pesquisa.

Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Sul da Bahia, bem como estar matriculado no curso e ser maior de idade na data do convite para a participação da pesquisa.

## 2.5 Coleta de dados

Para a coleta de dados foram utilizados dois instrumentos diferentes: o Questionário (APÊNDICE B) e as entrevistas em grupo, separadas por modalidades de Ensino, direcionadas por um roteiro de entrevista semiestruturado (APÊNDICE C). E os 18 estudantes participaram dos dois momentos.

Os assuntos abordados nos dois instrumentos se referiram à política pública e política social; conhecimento da Política de Assistência Estudantil e seus objetivos, princípios, efetividade; direito *versus* favor; sujeito de direito; focalização, seletividade, fragmentação *versus* universalização, enfim, aspectos que permitiram delinear a compreensão dos discentes sobre a Política de Assistência Estudantil (PAE).

O Questionário era composto por perguntas abertas e fechadas, e foi disponibilizado por um *link* pelo *Google Forms* com o intuito de catalogar dados mais objetivos quanto ao tema estudado, bem como por questões sobre as expressões da questão social por eles vivenciadas, delineadas a partir dos critérios de vulnerabilidade socioeconômica que estão postos no artigo 6º da Resolução CONSUP nº 25, os quais subsidiam a análise social, para atender ao terceiro objetivo específico que é: “analisar a relação entre a vivência de expressões da questão social com as concepções dos discentes sobre a Política de Assistência Estudantil”.

Quanto às entrevistas em grupo, ocorreram por modalidades de Ensino, direcionadas por um roteiro de entrevista semiestruturado com questões pré-definidas e que apesar disso, foi motivado um ambiente onde os participantes puderam demonstrar seus pensamentos e o conhecimento de mundo quanto ao tema da pesquisa. Aqui o meu intuito era alcançar a compreensão dos sujeitos acerca do objeto de estudo e também “observar in loco as semelhanças e diferenças entre opiniões e experiências dos participantes.” (FRASER; GODIM, 2004, p.149).

---

<sup>10</sup> O não preenchimento de todas as questões obrigatórias do questionário; discentes que estejam em cumprimento de sanção disciplinar de suspensão durante a realização da coleta de dados; discentes que estejam em afastamento das atividades acadêmicas mediante atestado médico; qualquer outra condição física ou emocional que limite a capacidade dos discentes em participar desse estudo.

Essas entrevistas foram divididas por modalidades de Ensino, pois tenho a hipótese de que há diferentes compreensões entre elas e, ao separá-las, foi possível evitar influências entre os grupos ou algum tipo de acanhamento entre eles. Aconteceram virtualmente através de um aplicativo de videoconferência, o *Google Meet*, o que possibilitou a gravação das entrevistas e facilitou o estudo, a análise dos dados coletados, bem como a transcrição<sup>11</sup> das falas.

Essa fase da coleta fomenta a interação entre os participantes da pesquisa e a pesquisadora, sendo fundamental para apreender os fatos, conhecer as experiências e as interpretações, entender a realidade social em sua essência, e a partir de um diálogo espontâneo, captar não somente as opiniões, mas também compreender os aspectos que impulsionaram as diversas concepções de vida (FRASER; GODIM, 2004).

## **2.6 Aspectos éticos da pesquisa**

Esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Sul da Bahia e aprovada pelo parecer nº 4.905.594 (ANEXO A). Sendo assim, atendeu no que coube às Diretrizes e Normas de pesquisa em seres humanos, através da Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Todos os participantes assinaram<sup>12</sup> o TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (APÊNDICE A) com a autorização para o seu desenvolvimento, assegurando total confidencialidade no trato das informações coletadas. Não foi necessário obter o termo de assentimento, uma vez que todos os estudantes eram maiores de 18 anos.

A execução da pesquisa foi autorizada pelo Diretor do Campus, conforme carta de anuência (ANEXO B) e a coleta de dados só foi realizada após a aprovação supracitada do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Sul da Bahia. Entre os meses de setembro a dezembro de 2021<sup>13</sup>.

No decorrer da pesquisa os participantes foram tratados com respeito, e os riscos foram de ordem mínima, pois o tema não afetou nenhuma questão psicológica ou emocional dos participantes. Entre os possíveis riscos, que podiam acontecer era o cansaço mental ou físico, primeiro pela participação em duas fases diferentes de coleta de dados e segundo pelo tempo da entrevista em grupo, fatos que podiam ser sanados pela

---

<sup>11</sup> Utilizei o *software* Sonix para isso.

<sup>12</sup> Em duas vias, ficando uma com o estudante e a outra com a pesquisadora.

<sup>13</sup> Neste momento as aulas estavam ocorrendo no formato totalmente online.

minha assistência imediata aos participantes da pesquisa, como por exemplo, pausa para intervalos durante as entrevistas, entretanto, não foi necessário nenhum tipo de ação nesse sentido.

Nas entrevistas foi solicitada autorização para gravação, a fim de seguir todos os princípios éticos exigidos para validação dos dados. Além disso, foi assegurada a confidencialidade dos dados obtidos, como também o anonimato dos participantes no tratamento e exposição dos dados durante o trabalho, pois os sujeitos foram identificados aleatoriamente por números (ESTUDANTE 01 a ESTUDANTE 18).

## **2.7 Análise de dados**

No que tange aos procedimentos de análise de dados obtidos e o tratamento do material recolhido nos dois instrumentos de pesquisa, tomei como base a operacionalização do método hermenêutico-dialético proposto por Minayo (2002; 2014), pois acredito que a fala dos atores sociais envolvidos na pesquisa deve ser situada em seu contexto para uma melhor compreensão.

Ela afirma que os resultados de uma pesquisa são aproximações da realidade social e que as análises e interpretações devem ser feitas considerando os contextos sócio-históricos dos grupos e o encontro desses com os aspectos, as ações, as comunicações que surgem durante a investigação. Ou seja, “para compreender, é preciso levar em conta a singularidade do indivíduo, porque sua subjetividade é uma manifestação do viver total.” (MINAYO, 2012, p. 623).

Além disso, ela propõe fases e subdivisões complementares uma da outra para a operacionalização do seu método de análise. A primeira foi a ordenação dos dados, aqui fiz um mapeamento dos dados coletados, obtidos pelo questionário e pela transcrição das entrevistas e organização dos relatos; a segunda foi a classificação dos dados a partir da identificação de todas as informações e releituras dos textos, definindo categorias específicas e concretas de análise para responder aos questionamentos de pesquisa, baseando-se sempre na fundamentação teórica para compreender a realidade investigada de forma conceitual; e, por fim, nos dois últimos capítulos, a análise final, momento da articulação dos dados obtidos com o referencial teórico<sup>14</sup>, levando sempre em consideração

---

<sup>14</sup> Toda a exposição dos dados foi organizada e discutida considerando a mesma ordem de acontecimento das entrevistas: primeiro os participantes do Ensino superior, depois do Ensino médio subsequente e por último do Ensino médio Integrado.

os objetivos traçados, as questões de investigação e as hipóteses, relacionando sempre, a teoria e a realidade, o geral e o particular, a objetividade e a subjetividade, a experiência e a compreensão (MINAYO, 2002; 2014).

Diante do exposto, este trabalho tomou ainda como referência o método dialético marxista, pois almejei me aproximar do real, compreender a realidade social, partindo da aparência a fim de alcançar a essência dos fenômenos sociais, reconhecendo-os como totalidade em movimento que estão em constante mediação.

Para Netto (2011, p. 22), esse método de pesquisa proporciona

[...] o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto. [...] Capturando a sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, o pesquisador a reproduz no plano do pensamento; mediante a pesquisa, viabilizada pelo método, o pesquisador reproduz, no plano ideal, a essência do objeto que investigou.

Portanto, este estudo me impulsionou a ultrapassar os aspectos subjetivos das compreensões imediatas dos sujeitos no que tange à Política de Assistência Estudantil, sem perder de vista os processos e a realidade social que os conformaram.

### **3 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL, SUAS CONCEPÇÕES E INSERÇÃO NOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

Este capítulo tem por objetivo contextualizar o objeto de estudo da pesquisa, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Construído a partir de revisão bibliográfica e documental; transitei desde as concepções da assistência estudantil, até seu percurso histórico dentro do cenário político, bem como a sua promulgação enquanto Decreto e implantação nas Instituições Federais de Ensino, e, por conseguinte a trajetória da Política Assistência Estudantil no Instituto Federal da Bahia, e, mais especificamente no *Campus Eunápolis*, campo de atuação da nossa pesquisa.

#### **3.1 Concepções e compreensões da Política de Assistência Estudantil**

A partir da revisão de literatura, percebi que existem diversas concepções convergentes e divergentes da assistência estudantil, nos fazendo entender a importância de destacar as principais, como também qual ou quais adotarei como base para este estudo. Para isso, selecionei os autores e definições que mais aparecem nas pesquisas e busquei sistematizar as ideias e as discussões centrais quanto às concepções da assistência estudantil.

Esta diversidade de concepções foi construída ao longo da sua história devido à participação de diversos atores sociais, em diferentes cenários sociopolíticos, favorecendo inclusive disputas de perspectivas em busca do que seria uma assistência estudantil ideal e efetiva (DUTRA; SANTOS, 2017).

A primeira autora a destacar é Josiela Silveira Cavalheiro (2013) que, em sua dissertação intitulada “O programa nacional de assistência estudantil nos Institutos Federais gaúchos e o trabalho do assistente social: alcances, perspectivas e desafios”, elaborou um quadro com as definições sobre assistência estudantil a partir de 10 autores no período de 2000 a 2012. Mas, antes de fazer uma síntese das principais compreensões identificadas, ela define assistência estudantil como “um programa focalizado no âmbito de uma política universal que é a Educação” (CAVALHEIRO, 2013, p. 27).

Resumidamente a autora destaca que a maioria dos Institutos compreende a assistência estudantil em três principais pontos: a consideram como política social, desejam a universalidade das suas ações e, por fim, fazem uma correlação equivocada entre a



Política de Assistência Estudantil e Assistência Social. Nesse ponto, concordo com a autora, pois são políticas sociais diferentes, com regulamentações e públicos alvos distintos, visto que “as ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras.” (BRASIL, 2010, p. 1), ao passo que a política de Assistência Social é uma “política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.” (BRASIL, 1993, n.p.).

Após as devidas análises, Cavalheiro (2013) concluiu que os autores enviesam suas conclusões quanto à assistência estudantil, ora como programa focalizado, ora como política social, assim como pode ser verificado na seguinte conclusão,

O que prevalece entre os autores é a afirmação da Assistência Estudantil como um direito social no plano da Educação pública; um esforço de enfrentar as desigualdades sociais sob a ótica da equidade, porém, onde permanecem, em sua maioria, ações focalizadas. No geral, os autores entendem que a finalidade do Programa Nacional de Assistência Estudantil é apoiar, através de recursos financeiros e/ou por meio de outros serviços que se mostrem necessários, os estudantes de baixa condição socioeconômica, afim de que possam permanecer no ensino acadêmico e melhorarem seu desempenho curricular, minimizando o percentual de abandono, trancamento de matrículas e evasão. (CAVALHEIRO, 2013, p. 30).

Outra concepção a destacar é a de Leite (2013), a qual afirma que a Política de Assistência Estudantil só se efetivará enquanto direito e enquanto política pública quando, através de políticas estruturais financiadas somente pelo Estado, todos os estudantes puderem usufruir. Já Nascimento e Arcoverde (2012) chamam a atenção para o processo de bolsificação da assistência estudantil, que exclui das discussões a universalização da Política, ou seja, a ampliação de direitos. O discurso torna-se genérico e representado apenas por “bolsa estudo”, “bolsa moradia”, “bolsa permanência”, sem debater a real necessidade dos estudantes, apegando-se ao que está posto.

Tais questões reafirmam a tendência ao esvaziamento de uma proposta de ensino que garanta o direito à permanência do estudante, favorecendo espaços coletivos e com caráter universal. [...] A bolsificação da assistência estudantil é também consequência da tendência à assistencialização das políticas sociais, que no âmbito da educação superior, a assistência ao estudante é expressão máxima. (NASCIMENTO; ARCOVERDE, 2012, p. 173).

Sendo assim, essas afirmações partem do princípio de que a assistência estudantil não deve ser reduzida em seus aspectos visíveis e práticos, mas sim ser capaz de promover formação emancipatória e consciente para todos. “Dessa forma, não deve se restringir ao atendimento dos estudantes das camadas mais populares, mas atuar de um modo mais abrangente, propondo ações que possam abarcar todos os estudantes, na perspectiva de uma política universalizadora.” (DUTRA, SANTOS, 2017, p. 166).

A fim de concluir esse tópico e definir quais concepções adoto neste trabalho, destaco a seguir duas que acredito serem as mais completas, pois, ao mesmo tempo em que são abrangentes em relação à sua importância, são precisas na definição da Política de Assistência Estudantil enquanto política pública de educação e não como política de assistência social; a primeira é a de Vasconcelos (2012, p.107) que afirma que

A assistência estudantil, enquanto mecanismo de direito social, tem como finalidade prover os recursos necessários para transposição dos obstáculos e superação dos impedimentos ao bom desempenho acadêmico [...]. Assim sendo, ela transita em todas as áreas dos direitos humanos, compreendendo ações que proporcionem desde as ideais condições de saúde, o acesso aos instrumentais pedagógicos necessários à formação profissional nas mais diferentes áreas do conhecimento, o acompanhamento às necessidades educativas especiais, até o provimento dos recursos mínimos para a sobrevivência do estudante, tais como: moradia, alimentação, transporte e recursos financeiros.

A outra definição é a que consta na Revista Fonaprace, um editorial comemorativo dos 25 anos da Política de Assistência Estudantil, em que destaco:

A política de Assistência Estudantil é um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações para garantir o acesso, a permanência e a conclusão de curso de graduação dos estudantes das IFES, na perspectiva de inclusão social, formação ampliada, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida, agindo preventivamente, nas situações de repetência e evasão, decorrentes da insuficiência de condições financeiras. (2012, p. 63).

### **3.2 Breve histórico, amparo legal e a regulamentação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).**

A assistência estudantil no Brasil é marcada por diversos contextos sociopolíticos. No decorrer da breve contextualização histórica que apresento, ficará perceptível que a sua história, seus avanços ou retrocessos estão ligados aos aspectos políticos e econômicos do país.

Os primeiros sinais ou o primeiro reconhecimento da assistência estudantil se deu na década de 1930, na chamada Era Vargas, período marcado pela centralização do poder e discursos nacionalistas. Houve um aumento da intervenção do Estado na economia, intensificação das políticas trabalhistas, da industrialização e da urbanização. Esse período é marcado também pela mudança no perfil quanto às respostas do Estado no que tange à questão social, pois na Constituição Federal de 1934 não só preservou os direitos sociais, quanto regulou contratos de trabalho, profissões, sindicatos, dando espaço para o corporativismo sindical e toda sua política centralizadora e populista (SANTOS, 2012).

Segundo a mesma autora, a política educacional também é uma importante característica desse governo, pois “investiu nos três níveis de ensino, mas a grande novidade foi a estruturação do nível secundário, antes praticamente inexistente, [...] passa agora a contar com uma política profissionalizante, como forma de qualificar a mão de obra da indústria em expansão.” (SANTOS, 2012, p. 76).

Segundo Dutra e Santos (2017), em 1931 aconteceu a primeira tentativa de reconhecimento de uma Política de Assistência Estudantil, estabelecida através do Decreto nº 19.851 de 1931, denominado Lei Orgânica do Ensino Superior. Logo em seguida, a Constituição Federal de 1934 estabeleceu em seu Art. 157 que parte dos fundos da União, Estado e Distrito Federal “se aplicará em auxílios a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudo, assistência alimentar, dentária e médica, e para vilegiaturas.” (BRASIL, 1934).

Apesar desses registros legais, a assistência estudantil, nesses períodos, era de caráter emergencial, mais como remediação das consequências da industrialização do país, sendo marcada basicamente por ações voltadas à alimentação e moradia e de ajuda aos estudantes (DUTRA, SANTOS, 2017). E a educação “não era uma política social universal, a maioria da população brasileira era analfabeta e o acesso a título de nível superior constituía um privilégio da elite.” (GUEDELHO, 2017, p. 21).

Outro marco fundamental na história de lutas pela assistência estudantil foi a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE) em 1937, pois ela se tornou

[...] um dos principais sujeitos políticos da luta em prol da AE no país. A preocupação dos universitários com questões referentes à assistência ao estudante já pode ser vista em 1938, na convocação para o II Congresso Nacional dos Estudantes, quando traz entre suas teses o tópico “Situação Econômica” do estudante, que incluía os seguintes pontos: problema das taxas e matrículas; subvenção do Estado; problemas de habitação – cidades universitárias; casas de estudantes e casas de internos; problemas de alimentação; birô de empregos; estágios remunerados; racionalização do trabalho intelectual; assistência médica,

dentária e judiciária. (POERNER, 2004 apud DUTRA; SANTOS, 2017).

Quanto à década de 1940, segundo Kowalski (2012), foi uma fase importante para a consolidação da assistência estudantil no Brasil, pois esta passou a fazer parte da legislação como obrigatória em todos os níveis de ensino, como observado no Art. 172 da Constituição Federal de 1946, no qual se estabelecia que “cada sistema de ensino terá obrigatoriamente serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar”. E, em seu Art. 166, a mesma legislação versava que “a educação é direito de todos e será dada no lar e na escola. Deve inspirar-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana.” (BRASIL, 1946, n.p.).

Na década de 1960, destaca-se a Lei nº 4.024 de 1961 – a chamada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – que, em seu Art. 90, estabelecia “[...] aos sistemas de ensino, técnica e administrativamente, prover, bem como orientar, fiscalizar e estimular os serviços de assistência social, médico-odontológico e de enfermagem aos alunos.” E em seu Art. 94 instituiu também bolsas gratuitas para custeio integral ou parcial de seus estudos (BRASIL, 1961, n.p.). Aqui, a assistência estudantil tomou *status* de direito, deixando de ser uma ajuda, configurando-se como a primeira ideia de uma política (DUTRA; SANTOS, 2017); (JESUS, 2016); (KOWALSKI, 2012).

Na década de 1970, o destaque é para a criação pelo Decreto 66.967 de 1970 da Diretoria de Assistência ao Estudante (DAE), vinculada ao Ministério da Educação e Cultura, que

implantou programas de assistência aos estudantes, como Bolsas de Trabalho, através das quais eram proporcionadas oportunidades de exercício profissional em órgãos ou entidades públicas ou particulares; e Bolsas de Estudo, por meio das quais o estudante recebia uma verba para sua manutenção, sem a realização de atividades em contrapartida. Também eram prioritários programas de alimentação, moradia e assistência médico-odontológica. [...] **No fim dos anos 1980, o DAE foi extinto, e as ações de assistência ao estudante ficaram fragmentadas em cada instituição de ensino. A assistência passou a ser composta por ações escassas e pulverizadas.** (IMPERATORI, 2017, p. 287- 288, grifos meus).

Antes de adentrar no período da redemocratização do Brasil, da promulgação da Constituição Federal de 1988 e dos avanços significativos em relação à assistência estudantil, é importante falar, ainda que brevemente, da Ditadura Militar (1964-1985), uma vez que foi o plano de fundo de boa parte da exposição acima. Foi um período de exceção, de autoritarismo, de medidas arbitrárias, mas de fato os protagonistas da época nunca

assumiram esse caráter. “A repressão atingiu, de imediato, os setores que vinham se destacando por posições nacionalistas e de esquerda no período anterior, a exemplo dos estudantes, das universidades, das ligas camponesas e dos sindicatos com esse perfil.” (SANTOS, 2012, p. 87).

Não foi por acaso que, com o golpe militar, a UNE foi perseguida pelos militares e o movimento estudantil era visto como uma ameaça. Por meio da Lei nº 4.464 de 1964, conhecida como Lei Suplicy de Lacerda, como medida de intimidação aos estudantes, o Estado retirou a representatividade legal existente para substituí-la por outros representantes que podiam ser controlados pelo governo, colocando a UNE na ilegalidade (DUTRA, SANTOS, 2017). Esta mesma lei, em seu Art. 14, vedava “aos órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares.” (BRASIL, 1964, n.p.).

A partir da década de 1980, em decorrência do agravamento da crise econômica, da decadência do governo dos militares, do surto do desemprego industrial, juntamente com as intensas movimentações políticas e sindicais – destaque para a criação do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a campanha pelas eleições das “Diretas já” – configurou-se a chamada “transição democrática” ou redemocratização do país (SANTOS, 2012).

Quanto à política de educação e assistência estudantil, apesar da democracia estar em vigência, os reflexos dos anos anteriores ainda eram vistos e sentidos pela sociedade. Entretanto, foi momento também de novos atores políticos aparecerem em cena, nesse caso, fortes aliados à assistência estudantil. Como, por exemplo, em 1987 foi instituído o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), que tem em sua formação os Pró-Reitores, Sub-Reitores, Decanos, Coordenadores ou responsáveis pelos assuntos comunitários e estudantis das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) do Brasil, “encarregado de discutir, elaborar e propor ao Ministério da Educação (MEC) a política de Promoção e Apoio ao Estudante” (FONAPRACE, 2012, p. 15).

Os seus representantes defendiam a democratização do ensino superior por meio da inserção de alunos de baixa renda, visando igualdade de oportunidades para todos, focado no direito social, na permanência e conclusão de curso, bem como a prevenção da retenção e evasão por questões de renda, além da integração regional e nacional das instituições de

ensino (VASCONCELOS, 2012).

O Regimento do FONAPRACE define os seguintes objetivos: assessorar a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) criada em 1989; formular políticas e diretrizes ligadas aos assuntos estudantis; participar ativamente na defesa da educação pública, gratuita e de qualidade; promover e apoiar estudos e pesquisas na área de sua competência, realizar congressos, conferências, seminários e eventos (FONAPRACE, 2003). Tanto o FONAPRACE, como a ANDIFES foram frentes de lutas, de discussões e organização sobre a educação, principalmente quanto à assistência estudantil.

Em 1988 ocorreu a promulgação da Constituição Federal de 1988, um marco importante quanto aos direitos fundamentais, sociais e princípios democráticos. O seu Art. 206 trata de alguns princípios quanto ao ensino, entre eles: “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1988, n.p.), o que legitima as discussões e os debates quanto ao papel da assistência estudantil no que tange ao acesso e à permanência dos estudantes nas IFES.

Segundo Kowalski (2012), nesse período houve uma maior atenção do governo quanto ao tema, o que levou ao amadurecimento da assistência estudantil em relação aos direitos, ações e programas estudantis. Entretanto, houve disputas de interesses e entraves políticos, que fragmentaram as discussões sendo essas geralmente impulsionadas pelos movimentos estudantis.

A partir da década de 1990 foram registradas limitações quanto aos recursos destinados ao financiamento da assistência estudantil em âmbito nacional, como também poucos documentos ou leis com esse objetivo, “ao contrário, existiu um movimento de negação dos governantes em prover os recursos para a assistência estudantil.” (KOWALSKI, 2012, p. 94). A autora destaca como um exemplo dessa desresponsabilização do Estado o Art. 71, inciso IV da LDB de 1996, estabelecendo que “não constituirão despesas de manutenção e de desenvolvimento do ensino, aquelas realizadas com: Programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social.” (BRASIL, 1996, n.p.).

Esse período é marcado pelo neoliberalismo do Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), que preconizava o Estado mínimo e a privatização das instituições públicas de ensino superior. O FONAPRACE, lutando contra essa ofensiva neoliberal, definiu como

estratégia de trabalho elaborar estudos consistentes que pudessem dar subsídios para formulação de uma proposta de Política de Assistência Estudantil em caráter nacional.

Para isso, eles chegaram à conclusão que era necessário conhecer o perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação e, em 1997, divulgaram a primeira pesquisa

A I Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES Brasileiras realizada no segundo semestre letivo de 1996, contou com a participação de 44 instituições, o equivalente a 84,62% das 52 IFES. Dentre outros dados relevantes, demonstrou que 44,29% dos estudantes encontravam-se nas categorias C, D e E, apresentando demanda potencial por assistência estudantil. Pesquisas como a realizada pelo FONAPRACE abalaram o imaginário social que, à época permeava o senso comum, por meio de discursos que afirmavam serem as universidades públicas, em sua maioria, ocupadas por elites econômicas. Historicamente esta máxima encontrava eco na maior parte das instituições, mas os dados obtidos apontaram para uma realidade distinta e abriu terreno para a ampliação das pressões em prol da assistência estudantil. (FONAPRACE, 2012, p. 20).

Antes de contextualizar a segunda pesquisa, que foi divulgada em 2004, destaco um episódio importante da atuação de lutas pela assistência estudantil do FONAPRACE. No início dos anos 2000 o governo se preparava para divulgar o Plano Nacional de Educação (PNE) e o FONAPRACE percebeu que não constava nada em relação à assistência estudantil no Plano. Em audiência com o relator, com o objetivo de solicitar a inclusão da assistência estudantil no Plano, entregaram uma cópia da I Pesquisa do Perfil Socioeconômico dos Estudantes. (FONAPRACE, 2012).

Sendo assim, em 2001 o PNE incorporou a proposta apresentada pelo FONAPRACE, colocando entre os objetivos e metas “Estimular a adoção, pelas instituições públicas, de programas de assistência estudantil, tais como bolsa-trabalho ou outros destinados a apoiar os estudantes carentes que demonstrem bom desempenho acadêmico.” (BRASIL, 2001, n.p.).

Após essa incorporação, baseado na primeira pesquisa e nas dificuldades enfrentadas pelos estudantes, foi elaborado coletivamente um documento mais amplo, uma espécie de minuta do Plano Nacional de Assistência Estudantil que estabeleceu orientações para os programas e ações e apontou para a necessidade de recursos para este fim. Mesmo diante de todo empenho do Fórum, as instituições de ensino não conseguiram destinação de recurso do Governo FHC para a assistência estudantil (FONAPRACE, 2012).

Em 2002, o FONAPRACE, percebendo a necessidade de atualizar os dados do perfil dos estudantes, realizou a segunda pesquisa, divulgada em 2004, sobre o perfil dos

estudantes.

A II Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES Brasileiras foi realizada no período de novembro/2003 a março/2004 e obteve forte participação de 47 IFES, o equivalente a 88,68% do total de 53. [...]. Nesta pesquisa, destacou-se que 42,8% dos estudantes encontram-se nas classes C, D, E, cuja renda média familiar mensal atingia, no máximo, R\$ 927,00 e apresentavam uma situação de vulnerabilidade social. Na realidade, houve a confirmação dos dados da I Pesquisa reafirmando a importância de financiamento para a Assistência Estudantil nas IFES. (FONAPRACE, 2012, p. 29).

A parte final desse breve histórico em relação à assistência estudantil tem o seu recorte temporal de 2003 a 2010, ou seja, do primeiro governo Lula até o ano de regulamentação do PNAES, com destaques para alguns momentos, entre eles a regulamentação do Programa de apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), a publicação da Portaria Normativa que instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e a sua posterior transformação em Decreto Presidencial, em vigor até os dias atuais.

Nesse período, em comparação aos anteriores, houve mudanças de cunho político, econômico, social e também educacional. No âmbito das políticas sociais, teve como principal marca os programas de transferência de renda que, apesar da sua importância no cotidiano das famílias em extrema pobreza, são focalizados e não atingem a estrutura da desigualdade; ou seja, o Estado sob comando dos governos petistas “não abandonou a prioridade dada à política econômica, pelo contrário, a intensificou; e no campo social priorizou políticas compensatórias, em detrimento de políticas universais.” (GUEDELHO, 2017, p. 51). Portanto, como afirma Guedelho (2017), apesar de consideráveis avanços no campo social, como a diminuição do desemprego, da desigualdade social com as políticas de aumento de crédito e de transferência de renda, não houve “[...] grandes e excepcionais expectativas quanto a transformações estruturais na sociedade brasileira.” (FERREIRA, 2017, p. 108).

Quanto à educação superior, foi um momento de reestruturação e expansão das universidades, uma espécie de reforma universitária, bem como de reconhecimento da importância da assistência estudantil, pois uma das intenções do Governo Lula era ampliar o acesso de estudantes de baixa renda ao ensino superior (FONAPRACE, 2012). Nesse sentido, destaco no mesmo ano, em 2007, o REUNI e a publicação da Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, referente ao PNAES, um grande marco e uma grande vitória na história da assistência estudantil.



O REUNI, segundo Ferreira (2017), apesar de todas as críticas e polêmicas que o cercam, se faz importante nas discussões no que diz respeito à reforma universitária, pois criou condições para que várias mudanças acontecessem no âmbito das universidades, como, por exemplo, ações afirmativas, financiamento da assistência estudantil, inovações curriculares, expansão da infraestrutura, ampliação de vagas, obviamente com ressalvas que serão abordadas em breve. Ressalta-se que,

[...] o REUNI inaugurou uma nova fase do investimento público nas IFES passando de 9,6 bilhões de reais em 2003 para 23,6 bilhões em 2011, possibilitando a expansão da quantidade de Universidades e campi e, por consequência, uma expansão significativa do número de vagas e das matrículas iniciais. (FERREIRA, 2017, p. 110).

Diante do exposto, as principais críticas contra o REUNI são: poucos avanços no que tange à alta taxa de evasão no ensino superior, as exigências em relação às metas de desempenho condicionadas ao financiamento, a racionalização imposta pelo Banco Mundial, e, por fim, a ampliação da quantidade de aluno por professor, com a perspectiva corporativista. (FERREIRA, 2017).

Quanto à Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, que criou o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), fruto do Plano Nacional de Assistência Estudantil elaborado pelo FONAPRACE, foi um marco histórico para AE, uma grande conquista para todos os envolvidos – FONAPRACE, UNE, ANDIFES e outros –, um reconhecimento da importância da assistência estudantil como uma política que contribui no combate às desigualdades sociais e regionais. Vale ressaltar o papel estratégico das duas pesquisas realizadas pelo FONAPRACE (1997 e 2004) para a construção e consolidação do PNAES.

Retomando brevemente o papel do REUNI, posso afirmar que houve uma espécie de contribuição à regulamentação do PNAES em 2007, mesmo ano da criação do REUNI, pois, em seu Art. 1º, cita a necessidade de criar condições para a ampliação e permanência dos estudantes nas universidades e em suas diretrizes e, no Art. 2º inciso V, estabelece a necessidade de “ampliação de políticas de inclusão e de assistência estudantil” (BRASIL, 2007, n.p.).

Diante disso, com a ampliação das ações da assistência estudantil nas IFES, em 19 de julho de 2010, o presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, transformou o PNAES em Decreto-Lei nº 7.234, “dando um grande passo para que o PNAES saísse da dimensão de política de governo para política de Estado.” (FONAPRACE, 2012, p. 62).

Atualmente é o principal documento no que se refere às políticas e ações de assistência estudantil, regulamenta as normas de assistência estudantil desenvolvidas no âmbito das Instituições Federais de Ensino (Universidades e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia) com a finalidade de ampliar as condições de permanência para os jovens na educação pública federal. Suas ações são desenvolvidas nas áreas de moradia, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico, bem como acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. (BRASIL, 2010).

Seus objetivos estão descritos em seu Art 2º:

I - democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior; pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. (BRASIL, 2010, n.p.).

O PNAES garante às Instituições Federais de Ensino autonomia para utilização dos recursos disponibilizados de acordo com as demandas e peculiaridades locais, cumprindo o que dita o parágrafo único do Art 4º, “as ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras.” (BRASIL, 2010, n.p.). Em seu artigo 5º, define como público-alvo prioritário da política os estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio (BRASIL, 2010).

Vale ainda salientar dois pontos do PNAES. O primeiro é quanto à variedade de ações nas Instituições Federais de Ensino, uma vez que não há no documento as formas de implementação; e o segundo é que, apesar de ser um programa federal, sua execução é descentralizada e cada instituição tem autonomia na gestão dos recursos, conforme demandase particularidades locais e regionais.

Por fim, nota-se que o atual documento é fruto de muitas lutas e entraves, avanços e retrocessos, faz parte de uma construção histórica, mas ainda muito recente e, por isso, ainda impõe novos e grandes desafios, como, por exemplo, a luta para transformá-lo em Lei Federal, ampliação dos recursos financeiros, entre outros. Além disso, tem ainda a questão da focalização e seletividade das ações, tema que será abordado mais à frente.

### 3.3 O PNAES nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

Os Institutos Federais já passaram por diversas configurações antes de chegar ao atual modelo. Em 1909 eram as Escolas de Aprendizes Artífices, em 1942 Escolas Industriais e Técnicas Federais. Aos poucos estas foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), e finalmente com a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro 2008, os CEFET foram transformados em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Considerando que o objetivo desse tópico é apenas contextualizar a assistência estudantil nos Institutos Federais de Educação, não vou me ater à sua história, pois só essas constantes alterações de nomes e significação já nos revelam uma trajetória longa no âmbito educacional e também político. Entretanto, para atingir o objetivo, alguns acontecimentos, principalmente promulgação de leis e decretos serão destacados. A Educação Profissional e Tecnológica, enquanto modalidade educacional está regulamentada pelo Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, onde além de orientar as ações, definir as modalidades de cursos e programas, traz-se algumas premissas para a educação profissional, a saber: organização, por áreas profissionais; articulação das áreas da educação, do trabalho e emprego, e da ciência e tecnologia; centralidade do trabalho como princípio educativo e a articulação entre teoria e prática. (BRASIL, 2004). A partir dessas premissas, Guedelho (2017) afirma que a relação da formação profissional com as esferas da produção e do conhecimento, “ocorre em meio a contradições implícitas nesse campo permeado pela lógica do mercado e pelas demandas dos trabalhadores por qualificação, emprego e renda.” (GUEDELHO, 2017, p. 55).

Note-se que na regulamentação desse Decreto, ainda estou falando de CEFET, que só se tornou Instituto Federal em 2008, mas durante o período de 2003 até 2016 houve uma ampliação na quantidade de instituições e um aumento no número de vagas e cursos, nunca visto na história,

Entre 2003 e 2010 foram construídas 214 (duzentas e quatorze) novas unidades. Entre 2011 e 2016 foram construídas 269 (duzentas e sessenta e nove) unidades. Contando com a expansão, a desvinculação de 04 (quatro) e a incorporação de 19 (dezenove) unidades, em 2016, somam-se 644 (seiscentas e quarenta e quatro) unidades da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (MEC, 2016), **uma ampliação de mais de 78% em relação ao quadro existente em 2002.**(GUEDELHO, 2017, p. 56, grifos meus).

A Lei nº 11.892, de 29 de dezembro 2008, institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e é responsável pela transformação dos CEFET em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que são “instituições de **educação superior, básica e profissional**, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas.” (BRASIL, 2008, n.p., grifos meus).

É nesta mesma Lei (no parágrafo primeiro do Art. 2º) que os Institutos Federais são equiparados às Universidades Federais, conforme destaque acima em relação à educação superior, sendo uma das justificativas do PNAES também regular a assistência estudantil nos Institutos, pois a outra seria o grande processo de expansão e a consequente consolidação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Com isso, o mesmo Decreto nº 7.234 que regulamentou o PNAES abrangeu, em seu Art. 4º, os Institutos Federais: “as ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia [...]” (BRASIL, 2010, n.p.).

Diante da realidade dos Institutos Federais, tem-se um ponto crítico, bem descrito por Guedelho (2017, p. 558, grifos meus),

[...] os IF atendem um diversificado público, proveniente do ensino fundamental, estudantes de nível médio e da educação de jovens e adultos, enquanto público prioritário, bem como estudantes de graduação e pós-graduação. **Este universo configura uma particularidade para a assistência estudantil enquanto serviço prestado aos estudantes dos Institutos Federais, comparada àquela destinada aos estudantes das universidades.**

Atualmente a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica é formada por 38 Institutos Federais, dois Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) e o Colégio Pedro II, são 643 *Campi* no Brasil. Tem como entidade política representativa o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF) que foi criado em março de 2009, logo após a publicação da Lei nº 11.892/2008. Conforme consta na página oficial do Conselho (s/d, n.p.) “é uma instância de discussão, proposição e promoção de políticas de desenvolvimento da formação profissional e tecnológica, pesquisa e inovação. Atua no debate e na defesa da educação pública, gratuita e de excelência.”

Atuante na defesa da educação profissional e tecnológica, no suporte, na orientação,

na promoção de ações e estratégias à Rede, o CONIF apresentou em 2014 um minuta ao MEC com uma proposta de um novo decreto exclusivo no que tange à assistência estudantil para os Institutos Federais (PNAES–EPCT). A justificativa para tal pauta é a de que o PNAES não contempla as particularidades dos Institutos Federais, tanto no que diz respeito aos estudantes do Ensino médio, como também ao público-alvo do Programa, pois ao invés de contemplar os estudantes com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, passaria a ser prioridade o estudante em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de se tornar mais abrangente e menos focalizado, uma vez que este termo envolve vários outros fatores que influenciam na vida acadêmica de um estudante. (GUEDELHO, 2017).

Diante do exposto, arrisco-me a concluir que todos os argumentos para a criação de um Decreto específico para os Institutos Federais são de grande valia e realmente necessários. Entretanto, existem algumas fragilidades, inclusive ligadas ao tempo (amadurecimento e fortalecimento) do PNAES, que não são bases para uma apartação dos IF's dentro do programa, pois acredito que estes são mais frágeis e até mais vulneráveis em relação às universidades, como, por exemplo, cortes orçamentários, quantidade de discentes, trajetória institucional mais consolidada; Além disso, ressalta-se a necessidade de transformar o Decreto em Lei, como mais uma garantia antes de alterações tão importantes.

### **3.4 A Política de Assistência Estudantil no IFBA**

Entre os 38 Institutos Federais, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), campo dessa pesquisa é especializado na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino e tem como missão “promover a formação do cidadão histórico-crítico, oferecendo ensino, pesquisa e extensão com qualidade socialmente referenciada, objetivando o desenvolvimento sustentável do país.” (IFBA, 2013, p. 27). Seus princípios<sup>15</sup> são: Indissociabilidade; Verticalização; Continuidade; Unificação; Integração; Inovação; Democracia; Qualificação; Autonomia; Respeito; Responsabilidade; Inserção; Difusão; Permanência; Inclusão; Qualidade; Transparência; Sustentabilidade; Trabalho. Está organizado da seguinte forma:

---

<sup>15</sup> Para consultar o detalhamento de cada princípio deve consultar o Projeto Pedagógico Institucional do IFBA, disponível aqui: <https://portal.ifba.edu.br/proen/PPIIFBA.pdf>

tem como órgão executivo a Reitoria, instalada em Salvador, capital baiana, e caracteriza-se como instituição multicampi, constituída por **22 (vinte e dois) campi** (Salvador, Barreiras, Brumado, Camaçari, Eunápolis, Euclides da Cunha, Feira de Santana, Ilhéus, Irecê, Jacobina, Jequié, Juazeiro, Lauro de Freitas, Paulo Afonso, Porto Seguro, Santo Amaro, Santo Antonio de Jesus, Seabra, Simões Filho, Ubaitaba, Valença e Vitória da Conquista); **01 (um) Núcleo Avançado** (Salinas da Margarida); 02 (dois) campi em fase de implantação, localizados em Jaguaquara e Campo Formoso; **05 (cinco) Centros de referência**, também em construção, localizados nas cidades de Ititim, Casa Nova, São Desidério, Camacã e MonteSanto; e **01 (um) Polo de Inovação Salvador**, cuja unidade fica no Parque Tecnológico da Bahia (Paralela, em Salvador/Ba). (IFBA, s/d, n.p., grifos meus).

Bem resumidamente, sua trajetória começou em 1909 na criação das Escolas de Aprendizes e Artífices nas capitais. Com um traço assistencialista, era destinada aos pobres; em Salvador a Escola ficou por um tempo no centro da cidade e só em 1926 foi transferida para um prédio localizado no Bairro do Barbalho. Em 1937 passou a ser chamada de Liceu Industrial de Salvador; em 1942 foi denominada Escola Técnica de Salvador; em 1965 foi incorporada à Rede Federal, passando para o status de Escola Técnica Federal da Bahia (ETFBA). Em 1993, mais uma mudança, quando foi criado o Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia (CEFET), havendo também a incorporação do Centro de Educação Tecnológica da Bahia (CENTEC). Somente a partir de 2008 com a Lei 11.892 foram criados os institutos Federais como são conhecidos hoje, inclusive o IFBA.

Quanto à Política de Assistência Estudantil do IFBA, consta em seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI), que por ter como compromisso primordial a formação de sujeitos para o mundo do trabalho, além da efetivação de políticas públicas como cotas sociais e étnicas, exige-se da instituição o incremento de ações que contribuam para além da entrada desses estudantes. A sua permanência e a assistência estudantil podem ser formas de abrandar a vulnerabilidade social, mas “também devem estar atentas a outras demandas dos estudantes por considerar as diferentes dimensões do processo de formação humana relacionadas, por exemplo, às questões étnico-raciais, de gênero, religião, orientação sexual, cidadania, esporte, lazer, cultura, dentre outras.” (IFBA, 2013, p. 83).

As ações da assistência estudantil enquanto CEFET eram realizadas através do Programa de Assistência ao Educando<sup>16</sup> (PAE), mas não eram suficientes, pois não atendiam as demandas dos estudantes e eram bastante focalizadas, ofertando apenas auxílio financeiro, bolsas de Aprendizagem e isenção de taxas acadêmicas para estudantes

---

<sup>16</sup> Exemplo disso, é que o orçamento disponibilizado em 2010 para o Campus Eunápolis foi apenas de R\$31.110,00 (Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI; Departamento de Orçamento e Finanças (DOF) *Campus Eunápolis*)

em situação de vulnerabilidade social. (IFBA, 2013).

Com a publicação do Decreto nº 7.234, ampliaram-se as discussões no IFBA para a implantação de uma Política que pudesse atender, ainda que minimamente, as demandas estudantis e representasse a luta de alguns profissionais envolvidos com a temática, como, por exemplo, as assistentes sociais da instituição. Em outubro de 2010 as “Diretrizes para a Política de Assistência Estudantil” foram implantadas após a aprovação pelo Conselho Superior (CONSUP) do IFBA. (IFBA, 2013).

Em 2014 através da Resolução nº 194 do CONSUP aprovou-se a Política de Assistência Estudantil do IFBA e o Documento Normativo da Política de Assistência Estudantil do IFBA, e, posteriormente em 2016 outra Resolução do CONSUP, a de nº 25, alterou alguns artigos do documento anterior, bem como o seu nome para “Diretrizes e Normas da Política de Assistência Estudantil do IFBA”, sendo esta a vigente até hoje<sup>17</sup>. O tópico seguinte tem o objetivo de detalhar a Resolução nº 25 do CONSUP supracitada.

### **3.4.1 As Diretrizes e Normas da Política de Assistência Estudantil do IFBA**

As principais referências da Política de Assistência Estudantil do IFBA são o Decreto nº 7.234/2010 (PNAES) e a Resolução CONSUP nº 25 de 23 de maio de 2016. A nossa finalidade aqui é apresentar os principais pontos da Política de Assistência Estudantil do IFBA que

se constitui num arcabouço de princípios e diretrizes que orientam a elaboração e implementação de ações que garantam o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos estudantes do IFBA, com vistas à inclusão social, formação plena, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e ao bem estar biopsicossocial. (IFBA, 2016a, p.2).

Está dividida em três eixos: Programa de Assistência e Apoio ao Estudante (PAAE), Programas Universais e Programas Complementares. O primeiro é destinado a estudantes em comprovada situação de vulnerabilidade social, com a obrigatoriedade de participação em processo de seleção socioeconômica. Como este é nosso campo de estudo, foi reservado um tópico específico para ele, pois os sujeitos da pesquisa estão diretamente ligados a este programa.

---

<sup>17</sup> Encontra-se em fase de revisão por meio de uma Comissão na qual faço parte e tem por objetivo compilar todas as demandas e sugestões dos Campi, bem como inserir pontos importantes e, posteriormente, retornar o documento para discussão na comunidade acadêmica e aprovação pelo CONSUP.

Os Programas Universais são destinados a todo e qualquer estudante matriculado, sem critérios de seleção socioeconômica ou meritocráticos. Constituem-se em dez programas diferentes: Programas de Educação para Diversidade; Atenção às Pessoas com Necessidades Específicas; Assistência à Saúde; Acompanhamento Psicológico; Acompanhamento Pedagógico; Acompanhamento Social; Incentivo à Educação Física e Lazer; Incentivo à Educação Artística e Cultural; Incentivo à Formação da Cidadania e Assistência à Viagens. A execução desses programas é realizada através de Editais elaborados por comissões compostas por representantes de toda comunidade acadêmica (Docentes, Discentes e Técnicos Administrativos).

Conforme a Resolução, cada Programa tem as suas especificidades e profissionais específicos ligados às áreas, como, por exemplo, os Programas de Assistência à Saúde; Acompanhamento Psicológico; Acompanhamento Pedagógico; Acompanhamento Social, entre outros.

Cabe ainda destacar o Programa de Assistência à Viagens que tem como objetivo viabilizar a participação dos estudantes em eventos acadêmicos, científicos, tecnológicos, artísticos, culturais e esportivos vinculados à Instituição ou apresentar trabalhos, como também reuniões, comissões instituídas por portaria ou outros eventos como representantes do IFBA ou do *Campus* e visitas técnicas. As despesas custeadas envolvem inscrição, transporte, hospedagem e/ou alimentação, a depender da análise da comissão e da disponibilidade orçamentária para tal fim.

Os Programas Complementares são destinados para o estudantes regularmente matriculados, e sua participação está condicionada a questões socioeconômicas e/ou meritocráticas. Compreendem o Programa de Mobilidade Acadêmica; Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica e Programa de Monitoria. A execução destes Programas também se dá por meio de Editais próprios, elaborados por comissões específicas.

O Programa de Mobilidade Acadêmica é destinado à estudantes com mérito acadêmico e em situação de maior vulnerabilidade social para participação em programas de mobilidade acadêmica nacional e internacional. Custeia além da viagem, a documentação necessária como passaporte, visto, atestado de saúde, ações relacionadas à proficiência em línguas estrangeiras, se o intercâmbio for relevante para a formação do estudante.

O Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica (PIBIC) visa



inserir os estudantes no mundo das pesquisas, mediante participação em projetos orientados, contribuindo com o desenvolvimento do aluno de forma ampla e sistematizada no âmbito acadêmico. Apesar de ser gerenciado pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PRPGI), o recurso para pagamento dos bolsistas sai do orçamento da Política de Assistência Estudantil de cada *Campus*. Nesse Programa, podem participar discentes de Nível Médio e Nível Superior.

O Programa de Monitoria destina-se ao custeio de bolsas para os estudantes atuarem como monitores de disciplinas ou projetos de extensão relacionados ao ensino, sob a supervisão do servidor responsável pela disciplina ou projeto.

Conforme exposto, cada programa deste atende aos critérios, Editais e Comissões específicas. Ademais, a Resolução nº 25 prevê a composição da chamada Gestão da Assistência Estudantil (GAE) Central e em cada *Campus*. A GAE local<sup>18</sup> é responsável por coordenar a Política de Assistência Estudantil, composta por uma equipe multidisciplinar, incluindo estudantes.

Ressalta-se que apesar do IFBA ter uma Resolução geral da sua Política de Assistência Estudantil, os *Campi* a executam conforme as suas especificidades e necessidades adaptando-a, muitas vezes, à realidade. Por exemplo, a demanda de determinado programa é maior em um *Campus* e menor no outro; o papel da GAE também se diferencia bastante entre os *Campi*; o valor de cada bolsa ou auxílio também varia de acordo com a disponibilidade orçamentária do *Campus*.

Por falar nisso, o recurso utilizado pelo IFBA para a Política de Assistência Estudantil está previsto na matriz orçamentária anual do CONIF. Internamente existe uma divisão do recurso entre os eixos na seguinte proporção: mínimo de 75% para o PAAE e 25% para os Programas Universais e Complementares, podendo em casos excepcionais, haver transferência entre um e outro, desde que dentro dos limites. E essa divisão leva a outra, também prevista na Resolução, que é em relação ao planejamento da utilização dos recursos, pois cabe aos profissionais de Serviço Social do *Campus* planejar as ações do PAAE. Já em relação aos Programas Universais e Complementares compete à GAE.

Além disso, esses recursos devem ser destinados somente para as ações previstas na Resolução, não podendo ser utilizado para aquisição de bens ou contratação de serviços para a instituição, mas podem ser financiados por outras fontes. Quanto aos

---

<sup>18</sup> No *campus* Eunápolis é composta por docentes, discentes e TAES, na qual também faço parte.

pagamentos das bolsas e auxílios, são pagos exclusivamente em contas bancárias em nome do estudante, como uma forma de evitar qualquer tipo de desvio de finalidade.

### **3.4.2 Programa de Assistência e Apoio ao Estudante (PAAE)**

Atualmente é o principal programa executado, não só por abarcar a maior parte do orçamento (mínimo de 75%), como também pela sua importância para permanência de muitos discentes. Tem por objetivo apoiar estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, visando à permanência. É um programa seletivo no qual caberá, exclusivamente ao assistente social desenvolver o planejamento, a execução e a avaliação do processo de inscrição e seleção deste programa.

Para a seleção o profissional baseia-se em alguns critérios que constam na Resolução nº 25. São eles: os estudantes devem estar em situação de vulnerabilidade socioeconômica, levando em consideração os aspectos pessoais e familiares como situação de violência, conflitos familiares, situação habitacional, doenças, histórico acadêmico, natureza da escola de origem, renda mensal per capita igual ou inferior a um salário mínimo e meio vigente, conforme o Decreto nº 7.234/2010 (PNAES), entre outros.

O processo seletivo em cada *Campus* é realizado a partir de Editais específicos. Segundo a Política, para participar do processo, o estudante deve preencher um formulário socioeconômico elaborado pelo Setor, apresentá-lo, juntamente com documentos comprobatórios (originais e cópias) das informações declaradas ao Serviço Social, participar da entrevista social, a fim de aprofundar a análise socioeconômica e a identificação de demandas para encaminhamentos; e, se necessário for, passar por visita domiciliar. Após todas estas etapas, o profissional irá selecioná-lo ou não para algum dos auxílios ou bolsas, que são: auxílios (Auxílio Transporte, Auxílio Moradia, Auxílio para Aquisições, Auxílio Cópia e Impressão, Auxílio Alimentação) e bolsas (Bolsa Estudo e Bolsa vinculada a Projetos de Incentivo à Aprendizagem – PINA).

As definições de auxílios e bolsas constam na **Tabela 1** abaixo:

<b>AUXÍLIOS</b>		
	<b>Objetivo</b>	<b>Referências</b>
<b>Auxílio Transporte</b>	Disponibilizar auxílio financeiro para despesas mensais com deslocamento dos estudantes de onde reside até o campus.	Até 20% do salário mínimo vigente para o auxílio municipal e até 30% do salário mínimo vigente para o auxílio intermunicipal.
<b>Auxílio Moradia</b>	Disponibilizar auxílio financeiro para contribuir com despesas mensais referentes à moradia dos estudantes de municípios diferentes de onde está localizado o campus e/ou esteja em situação em que a convivência sociofamiliar implique em risco pessoal e social, mesmo morando no mesmo município de localização do campus.	Até meio salário mínimo vigente.
<b>Auxílio para Aquisições</b>	Viabilizar auxílio financeiro aos estudantes para custeio de material escolar, fardamento ou aquisições para auxiliar no desenvolvimento acadêmico, até mesmo conceder recursos visuais, auditivos e motores, mediante análise do Serviço Social, desde que atenda à alguns critérios, como apresentação de pedido médico, esgotamento da concessão pela rede sócioassistencial, apresentação de orçamentos, entre outros.	O valor total disponibilizado não poderá ultrapassar 10% do valor total dos recursos destinados ao PAAE. Além disso, este auxílio prevê recursos para a compra de materiais para o Almoxarifado Social, como fardamento e material escolar, disponibilizados com a entrega do próprio material.
<b>Auxílio Cópia e Impressão</b>	Conceder auxílio por meio de cópias e/ou impressão de materiais didáticos aos estudantes, específicos do seu curso.	Cota mensal definida pela Gestão da Assistência Estudantil e pelo Serviço Social.
<b>Auxílio Alimentação</b>	Subsidiar uma refeição diária ao estudante selecionado, podendo ser o almoço e o jantar, e, excepcionalmente, disponibilizar mensalmente o recurso financeiro equivalente às refeições para o estudante.	Equivalente ao valor de mercado referente às refeições.
<b>BOLSAS</b>		
	<b>Objetivo</b>	<b>Referências</b>
<b>Bolsas estudo</b>	Disponibilizar uma valor mensal, condicionado ao cumprimento de frequência acadêmica mínima e participação nas atividades, desenvolvidas pela equipe técnica multidisciplinar. Essa bolsa deve ter como prioridade estudantes que não apresentem condições acadêmicas para acumular atividades, como, por exemplo, repetentes, dificuldades de aprendizagem relevantes, ingressantes, estudantes em estágio curricular, entre outros.	Meio salário mínimo vigente
<b>Bolsa vinculada a Projetos de Incentivo a Aprendizagem – PINA</b>	Disponibilizar uma valor mensal, condicionado ao cumprimento da carga horária dos projetos PINA, que são de até 12 horas semanais. Esses projetos são elaborados por servidores do campus, interessados em orientar bolsistas com vistas a contribuir para a formação acadêmica, pessoal e profissional.	Meio salário mínimo vigente

**Tabela 1: Bolsas e Auxílios do *campus***

### **3.4.3 O Campus Eunápolis, a Política de Assistência Estudantil e desafios para sua implantação.**

Eunápolis é um município localizado na região do extremo Sul da Bahia, situado às margens da BR-101 e BR-367, distante 647 km da capital, Salvador. Sua população, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2020 era de 114.396 habitantes, sendo a 16ª cidade mais populosa da Bahia. Tem como principais atividades econômicas, Comércio, Indústria, Agricultura. (IFBA,2016b).

É um município que possui uma Universidade Estadual e algumas Faculdades e Universidades particulares com diversos cursos disponibilizados, além do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA).

O IFBA *Campus* Eunápolis foi inaugurado em 1994 e atualmente possui três Cursos Técnicos de nível médio modalidade integrada (Edificações, Informática e Meio Ambiente), três Cursos Técnicos de nível médio modalidade subsequente (Enfermagem, Técnico em Segurança do Trabalho e Meio Ambiente), três cursos de nível superior (Engenharia Civil, Licenciatura em Matemática e Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas) e um curso de Pós-graduação em Educação, Cultura e Linguagens, com mais de 1200 discentes no total. (IFBA, 2019b).

Conta com um quadro de 152 servidores entre Docentes e Técnicos Administrativos em Educação (TAE); em sua estrutura organizacional, além da Direção Geral, a Direção Administrativa e a Direção Acadêmica, na qual o Departamento Pedagógico de Assistência ao Estudante (DEPAE) está inserido – setor em que trabalho atualmente.

O DEPAE é composto por uma equipe multidisciplinar onde atuam os seguintes profissionais: psicóloga, médico, enfermeira, técnica de enfermagem, pedagogos, nutricionista, assistente social, intérprete da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), docente especialista em Educação inclusiva, assistentes de alunos e a auxiliar em administração, meu atual cargo na instituição. Como é uma função administrativa, me permite trabalhar em diversos setores do DEPAE e de outros departamentos. Entretanto, devido à grande demanda da assistência estudantil e também da exigência da própria Resolução nº 25, estou diretamente ligada à Gestão da Assistência Estudantil, exercendo atividades relacionadas à Editais, Folhas de pagamento, Comissões, entre outras relativas à assistência estudantil do *Campus*.

O cargo de assistente social, também faz parte do DEPAE, apesar de termos ficado mais de quatro anos sem esse profissional no quadro permanente de servidores. Essa ausência foi o principal desafio do *Campus* em relação à execução da Política de Assistência Estudantil, pois o eixo do PAAE supracitado é exclusividade desse profissional. Entretanto, a Direção Geral e os setores envolvidos com a Política de Assistência Estudantil tem feito um grande esforço de realizar parcerias técnicas com a Prefeitura Municipal de Eunápolis (PME), para todo ano, esta ceder uma assistente social, a fim de realizar a seleção do PAAE como forma de não prejudicar o recebimento dos auxílios e bolsas dos estudantes, assim como contribuir com a permanência daqueles que dependem do Programa.

Mesmo diante deste grande desafio, todo ano o *Campus* tem conseguido divulgar o Edital do PAAE e finalizar a seleção com a contribuição dos profissionais cedidos pela PME para o *Campus* no período da seleção. Todavia, existem diversas demandas de acompanhamentos e encaminhamentos que uma profissional cedida por um curto período não dá conta<sup>19</sup>.

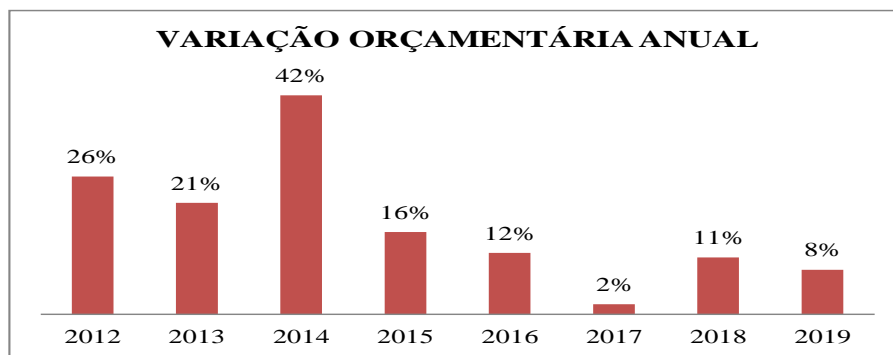
O Edital do PAAE no *Campus* é publicado uma vez a cada ano. As fases de participação, resumidamente são: preenchimento do Formulário socioeconômico e entrega da documentação comprobatória exigida em envelope lacrado ao Setor de Assistência estudantil; análise das condições socioeconômicas da família através do Formulário e dos documentos entregues; realização de entrevista social e visita domiciliar, se necessário. Etapas concluídas, a assistente social seleciona os estudantes, conforme situação socioeconômica e disponibilidade orçamentária. A partir disso, serão feitos os pagamentos das bolsas e auxílios pelos meses determinados e o acompanhamento da equipe multidisciplinar.

Falando nisso, no **Gráfico 1** (abaixo), elaborado a partir de dados extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) pelo Departamento de Orçamento e Finanças (DOF) do *Campus*, é possível verificar que entre 2012 e 2019 a evolução do orçamento anual destinado à Política de Assistência Estudantil do *Campus* Eunápolis e constatar que apresenta uma variação muito grande quanto à liberação orçamentária. Entretanto, a partir de 2015 houve queda nos recursos destinados à assistência estudantil, por exemplo, de 2015 para 2016 houve apenas um aumento de 12%

---

<sup>19</sup> Durante a execução desta pesquisa aconteceu um processo de redistribuição e a partir de agosto de 2021 o *Campus* passou a ter assistente social em seu quadro de servidores.

no valor, e de 2016 para 2017 verificou-se apenas 2% de aumento.



**Gráfico 1: Variação orçamentária anual**

Neste trabalho, focarei no ano de 2019, pois será o ano base de análise e referência do público-alvo para participação da pesquisa, visto que foi o último ano de execução do programa em seu formato original antes da eclosão da pandemia da COVID 19. O valor total do orçamento destinado à Política de Assistência Estudantil para o *Campus* Eunápolis neste ano foi de R\$ R\$ 1.151.170,67. Desse total, 85% ficou exclusivamente para o PAAE, correspondente à R\$ 978.495,06 distribuídos entre os Auxílios Transporte (Municipal e Intermunicipal), Moradia, e Auxílio Alimentação e Bolsa Estudo para aproximadamente 384 estudantes em todas as modalidades de ensino, exceto a Pós-graduação. Podemos observar na **Tabela 03** a quantidade de cada auxílio ou bolsa durante o período de seis meses (julho a dezembro):

TIPO	QUANTIDADE MÉDIA	VALOR UNITÁRIO
<b>Auxílio Transporte Municipal</b>	107	R\$ 199,00
<b>Auxílio Transporte Intermunicipal</b>	35	R\$ 299,00
<b>Auxílio Moradia</b>	13	R\$ 499,00
<b>Auxílio Alimentação</b>	155	R\$ 250,00
<b>Bolsa Estudos</b>	157	R\$ 499,00

**Tabela 2: Quantidade e valores dos auxílios e bolsas do PAAE em 2019**

Os valores acima são baseados no salário mínimo vigente em 2019 e as referências citadas na **Tabela 2**. Note-se que essa quantidade média é de auxílios e bolsas e não de estudantes, pois o Auxílio Alimentação é acumulável com todos os outros, logo alguns estudantes receberam mais de um auxílio.

Ressalta-se que o objetivo deste capítulo é fazer um percurso pela assistência estudantil e não abordar os aspectos sociais que perpassam a vida dos estudantes selecionados por ela. Por isso mesmo, a parte da caracterização social e outros aspectos dos estudantes do *Campus* serão levantados e debatidos em outro momento deste trabalho.

#### 4 EDUCAÇÃO, QUESTÃO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL

O presente capítulo tem o objetivo de analisar a inter-relação entre a desigualdade social e a desigualdade educacional. Tecerá argumentos sobre Educação como política pública e mecanismo do capitalismo, política social e a perspectiva de análise marxista, gênese da questão social, além de iniciar as discussões dos dados coletados tanto no Questionário, como nas Entrevistas acerca da compreensão dos participantes da pesquisa em relação à política pública e social, direito e sujeito de direito.

A Educação tem seu lugar de destaque nas esferas econômica, política e social, pois tem influência direta no tipo de projeto societário e por isso mesmo é alvo de disputa entre os diferentes grupos da sociedade e organismos de financiamento internacionais. Ao passo que se conhece as legislações brasileiras percebe-se que até existe uma defesa do acesso à educação para todos os cidadãos, da qualidade no ensino, bem como uma tentativa de inserção dos jovens no mercado de trabalho. Entretanto, não é isso que se vê no dia a dia das escolas no Brasil, “pois milhares de crianças, adolescentes e jovens, mesmo matriculados em uma escola, permanecem excluídos de uma educação participativa, democrática, conscientizadora, dialógica, autônoma e afetiva.” (PIANA, 2009, p. 57).

Segundo essa mesma autora, a Educação brasileira tem marcas profundas da exclusão social, econômica e cultural, além de ser constantemente e historicamente direcionada por meio dos organismos nacionais e internacionais, para uma feição mercantilista.

Por razões de análise metodológica não vou me ater à historicidade da Educação, mas acredito que demarcar a discussão a partir da Constituição Federal de 1988 se faz necessário, pois além de delinear mudanças substanciais nos diversos campos da sociedade brasileira, foi a partir das décadas de 1980 e 1990 que iniciou-se um movimento de virada neoliberal no cenário nacional e a consequente mercantilização da educação direcionada, principalmente pelos ditames e pelas condicionalidades do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial (Bird), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), através das reformas educacionais.

O Banco Mundial, nos anos 1990, adensou o discurso apologético da educação como principal meio de os países pobres alcançarem o patamar superior da globalização. A relação entre conhecimento e ordem constitui o núcleo orientador das proposições do Banco Mundial para a educação nessa década, quando a inflexão neoliberal não apenas permanece válida, mas apresenta-se de maneira radicalizada. (NASCIMENTO, 2014, p. 36 e 37).

Ou seja, as políticas educacionais se ajustaram ao modelo econômico, viraram uma mercadoria ao serem submetidas aos interesses privados e, ao mesmo tempo o poder de intervenção do Estado diminuiu. Não deixando de notar aqui uma realidade não muito coesa no Brasil após a promulgação da Constituição de 1988, pois ao passo que ela assegurou direitos sociais, trabalhistas, educacionais, a nova reestruturação produtiva e a hegemonia neoliberal dificultavam a implantação dos direitos recém conquistados.

No reino do capital, a educação é, ela mesma, uma mercadoria. Daí a crise do sistema público de ensino, pressionado pelas demandas do capital e pelo esmagamento dos cortes de recursos dos orçamentos públicos. Talvez nada exemplifique melhor o universo instaurado pelo neoliberalismo, em que “tudo se vende, tudo se compra”, “tudo tem preço”, do que a mercantilização da educação. Uma sociedade que impede a emancipação só pode transformar os espaços educacionais em *shopping centers*, funcionais à sua lógica do consumo e do lucro. (MÉSZAROS, 2008, p. 16, grifos originais).

Outra face da mercantilização das políticas educacionais é a chamada democratização do acesso. Para os organismos internacionais, expandir e aumentar o número de vagas, ainda que de forma precária, já pode ser considerada como universalização da educação, sendo que esta requer não só aumento quantitativo dos índices, mas sim a qualidade de ensino, ofertando acesso e permanência.

Quanto à qualidade na Educação, Ferraz (2021) aponta que no final do século XX e início do século XXI este tema veio à tona porque as avaliações externas das quais os alunos brasileiros participaram revelaram um baixo desempenho, demonstrando que mesmo completando o ciclo básico de ensino não havia qualidade na formação. Sendo assim,

[...] o desafio maior da educação brasileira, na atualidade, é conciliar o acesso com a permanência do aluno, garantindo um padrão de qualidade, porque apesar de termos ações exitosas que proporcionaram a quase universalização do Ensino Fundamental e progressiva ampliação do acesso às demais etapas da Educação Básica, a equidade social proporcionada aos que adentram na escola não foi estendida às condições no ensino, apresentando um movimento contraditório, onde a democratização do acesso à escola foi condicionada a massificação da educação. (FERRAZ, 2021, p. 42).

#### **4.1 A dualidade histórica entre educação básica e Educação profissional e tecnológica**

Considerando que esta pesquisa tem como campo de investigação o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) é necessário compreender, ainda que brevemente, como se configurou a educação profissional no Brasil ao longo de sua história, bem como a dualidade estrutural entre esta e a educação básica. Pois a sua gênese explica o



seu delineamento atual.

Sabe-se que esta modalidade educacional tende a responder as exigências do modo de produção capitalista. Entretanto, é um erro achar que o surgimento desta sempre esteve associado ao processo de desenvolvimento da industrialização no Brasil, quando na verdade faz parte da própria formação social e econômica do País, desde a era colonial. Segundo Manfredi (2017) educação para o trabalho já estava presente nas propriedades rurais, onde os ofícios eram repassados no próprio local de trabalho aprendizes e que os primeiros aprendizes foram os negros e os índios.

A partir disso, Almeida (1989 apud FERRAZ, 2021, p. 44) afirma que

Já era possível perceber o caráter dual da educação desenvolvida no país, isto é, de um lado a educação destinada aos filhos dos aristocratas que residiam na colônia, com caráter catequético religioso e para o prosseguimento dos estudos na Europa; do outro lado, os índios, os escravos e os colonos pobres que, inicialmente, não possuíam instrução alguma e, posteriormente, passaram a ter uma aprendizagem para a execução de ofícios manuais.

Já no período do império, as ações para o ensino profissional por vezes partiam tanto de associações civis, como de ações do Estado, fazendo com que a Educação profissional, enquanto formadora de ofícios manufatureiros fosse ministrada tanto em academia militares, como em locais de filantropia, como também nos liceus de ofício e artes. (MANFREDI, 2017). Além disso, ela afirma ainda que o sistema educacional público iniciou pela elite, ou seja, pelas instituições de Ensino Superior para exercerem funções no exército e na administração do Estado.

Paralelamente à construção do sistema escolar público, o Estado procurava desenvolver um tipo de ensino apartado do secundário e do superior, com o objetivo específico de promover a formação da força de trabalho diretamente ligada à produção: os artífices para as oficinas, fábricas e arsenais. (MANFREDI, 2017, p. 66).

Observa-se assim mais uma vez a dualidade entre educação para o trabalho e educação acadêmica, ou seja, uma educação para a classe trabalhadora e outra para a elite. Uma educação propedêutica para os filhos da burguesia se tornarem futuros dirigentes e outra educação para os filhos dos pobres, para atender as necessidades de mão-de-obra artesanal legitimadora da pobreza, contribuindo, dessa forma, para a reprodução das classes sociais contraditórias.

No período da Primeira República (1889-1930), como assinala Manfredi (2017) foi um período marcado por grandes mudanças socioeconômicas, provocadas pelo fim da

escravatura, pela imigração e pelo desenvolvimento da economia cafeeira, fazendo com que o País entrasse em uma fase de industrialização e urbanização. A partir disso, novas necessidades de qualificação profissional surgiram e a Educação profissional ganhou nova configuração.

Algumas instituições que proviam o ensino de ofícios manufatureiros e artesanais deram lugar às redes de escola profissionalizante, por iniciativas dos Governos Federal e Estadual, Igreja Católica, organizações de trabalhadores e pessoas da elite cafeeira, havendo um esforço para a institucionalização, para a preparação dos trabalhadores para o exercício profissional. Dessa forma, “os destinatários não eram apenas os pobres e os ‘desafortunados’, mas, sim, aqueles que, por pertencerem aos setores populares urbanos, iriam se transformar em trabalhadores assalariados.” (MANFREDI, 2017, p. 71).

Vou destacar nesse período a criação pelo presidente Nilo Peçanha, através do Decreto nº 7.566 de 23 de setembro de 1909, de dezenove Escolas de Aprendizes e Artífices, uma em cada unidade da Federação, exceto no Distrito Federal e no Rio Grande do Sul, dando origem à Rede Federal de Educação Profissional no Brasil. Estas eram custeadas pelo Estado, voltadas para o ensino industrial e ensino agrícola, destinado aos “pobres e humildes”, para atender as necessidades imediatas dos setores produtivos. Além disso, tinha o caráter assistencialista, com objetivo de amparar e qualificar os “desajustados socialmente” para evitar a desordem na sociedade.

Por causa disso, essas escolas não tinham muito investimento. Existia uma precariedade na estrutura física, nos aparelhos necessários para o aprendizado e na disponibilidade de professores qualificados, alta evasão e os trabalhadores formados recebiam baixos salários – eram escolas pobres para os pobres.

No período do Estado Novo (1937-1945) houve uma legitimação da dualidade entre o trabalho manual e o intelectual: o primeiro para a classe trabalhadora e segundo para elite; uma educação para o trabalho e outra para o ensino superior. Foi com a chamada Reforma Capanema, instituída em 1942 pelo Ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema, com a criação de vários decretos voltados para a educação profissional, entre eles o Decreto-Lei 4.048/1942 que criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, o SENAI. É inegável a importância desta Reforma para educação profissionalizante, mas isso não alterou em nada a estrutura dualista e elitista da educação no Brasil, ao contrário, consolidou.

Também importante ressaltar que a criação do SENAI, em 1942, seguida do SENAC em 1946, e dos demais “S” ao longo das décadas seguintes, revelam a opção

governamental de repassar à iniciativa privada a tarefa de preparar “mão-de-obra” para o mundo produtivo. **Assim, a partir dessa lógica, o ensino secundário e o normal formariam as elites condutoras do país e ensino profissional formaria adequadamente os filhos de operários para as artes e os ofícios. Portanto, ratifica-se o caráter dualista da educação e a sua função reprodutora da estrutura social.** (MOURA, 2007, p. 09 e 10, grifos meus).

A partir dos anos de 1950 com o desenvolvimentismo, o Estado começa a mostrar maior interesse em investir na educação profissional. Com o investimento de capital estrangeiro, a industrialização e a modernização do País, era necessário desenvolver uma formação técnica que respondesse às demandas do mercado capitalista. Nos anos seguintes a economia nacional se tornou dependente do capital internacional. Empresas multinacionais se instalaram no Brasil, o pacto nacional desenvolvimentista se arruína por pressão da classe média empobrecida que agora se sente excluída das decisões do Estado populista, pressão das classes subalternas, e pressão do capital estrangeiro que via nesse modelo uma barreira aos seus interesses.

A política educacional refletiu os conflitos de poder, principalmente em torno da criação da primeira Lei de Diretrizes e Bases que tramitou por 13 anos para poder ser aprovada em 1961, conjecturando todas essas contradições da sociedade. (MOURA, 2007).

A primeira LDB envolveu todos os níveis e modalidades acadêmica e profissional, ofereceu liberdade à iniciativa privada para atuação na educação, deu a plena equivalência entre os cursos de mesmo nível, sem a necessidade de provas de conhecimento com vistas à equiparação, ou seja, tanto os estudantes do colegial como do ensino profissional poderiam almejar o ensino superior – o que, aparentemente, acaba com o caráter dual de ensino, entretanto,

[...] essa dualidade só **acabava formalmente já que os currículos se encarregavam de mantê-la**, uma vez que a vertente do ensino voltada para a continuidade de estudos em nível superior e, portanto, destinada às elites, continuava privilegiando os conteúdos que eram exigidos nos processos seletivos de acesso à educação superior, ou seja, as ciências, as letras e as artes. Enquanto isso, nos cursos profissionalizantes, esses conteúdos eram reduzidos em favor das necessidade imediatas do mundo do trabalho. (MOURA, 2007, p. 11, grifos meus).

Quando da ascensão dos militares ao poder, a partir de 1964 as estratégias de desenvolvimento se voltaram para grandes projetos nacionais e com a necessidade de mão-de-obra em massa, a educação passou a ser prioridade, mesmo que a custos de um grande controle ideológico exercido nas escolas. Em 1971 ocorreu uma profunda reforma na educação básica promovida pela Lei 5.692/71, que pretendia transformar a educação de nível médio como profissionalizante para todos, o intuito era garantir a inserção de mão-de-obra

qualificada no mercado, entretanto essa obrigatoriedade se restringiu às escolas públicas, enquanto as escolas privadas continuaram com os currículos propedêuticos e mais uma vez elitizando a educação brasileira.

Outro ponto problemático foi a diferença da oferta profissionalizante entre os Estados e a União. A rede estadual não estava preparada: faltou financiamento, corpo docente especializado e infraestrutura, conseqüentemente, cursos que não demandavam laboratórios e equipamentos foram mais ofertados, provocando uma saturação de alguns técnicos e banalização da formação. O contrário aconteceu na rede federal, que se consolidou principalmente na área industrial, ganhou notoriedade, passando a ser vista como instituição de excelência no ensino, tornando-se referência na formação de técnicos de ensino médio e seus egressos passaram a ocupar vagas em empresas nacionais e internacionais ligadas a indústria.

Por fim, essa Lei foi sendo flexibilizada, sofreu várias modificações e a profissionalização compulsória não vigorou, ao passo que na década 1990, foi promulgada a nova LDB em 1996, Lei nº 9.394/96, mais especificamente através do Decreto nº 2.208/97, que trata da Educação Profissional e, mais uma vez, ratificou a dualidade histórica na educação básica brasileira, estruturada da seguinte forma:

[...] em dois níveis: educação básica e educação superior, e a educação profissional não está em nenhum dos dois, consolida-se a dualidade de forma bastante explícita. Dito de outra maneira, a educação profissional não faz parte da estrutura da educação regular brasileira. É considerada como algo que vem em paralelo ou como um apêndice e, na falta de uma denominação mais adequada, resolveu-se tratá-la como modalidade, o que efetivamente não é correto. (MOURA, 2007, p. 16).

Até aqui posso afirmar que a dicotomia, entre a educação básica e a educação profissional sempre esteve presente na história da educação profissional, e que esta foi se delineando mais pela demanda do mercado e das necessidades do capital do que como forma de emancipação da classe trabalhadora, ou ainda, como dever do Estado em ofertar educação para todos. Foi possível perceber que a capacitação deveria ser rápida e muitas vezes sem qualidade, prevalecendo a lógica do mercado.

Isto é, há historicamente uma dualidade entre a educação propedêutica e a educação profissional, entre uma educação para a força de trabalho e outra para a formação de intelectuais. Que na verdade essa construção [...] “não está na instituição escolar ou nas práticas dos professores, mas na divisão social do trabalho que separa o trabalho intelectual do trabalho corporal, impondo limites ao desenvolvimento pleno das capacidades humanas.”

(ARAÚJO; RODRIGUES, 2010, p. 51 e 52).

Avançando um pouco no tempo, destaco o Decreto 5.154 de 2004 que revogou Decreto nº 2.208/97 e trouxe de volta a possibilidade de integrar o Ensino Técnico ao Ensino Médio, no sentido de superar o dualismo entre trabalho manual e intelectual e possibilitar uma formação crítica capaz de emancipar. Entretanto, segundo Ferraz (2017) a estruturação desse decreto foi recheada de debates e embates entre três grupos principais: um que queria que as mudanças fossem colocadas em uma legislação maior, outro que considerava urgente as modificações e defendia a promulgação do decreto e outro mais conservador que não desejava nenhuma alteração, mas o importante é que os dois primeiros grupos buscavam

[...] uma educação capaz de contribuir para emancipação humana, onde os jovens poderiam compreender os fundamentos técnicos, sociais, culturais e políticos do atual sistema produtivo e, com isso, alcançassem a sua superação, não é a simples adaptação dos sujeitos aos moldes do capital, mas sua suplantação. (FERRAZ, 2021, p. 51).

Contudo, segundo a mesma autora, este Decreto, não trouxe mudanças significativas e incorporou aspectos da LDB nº 9.394/96 e do Decreto nº 2.208/97, atendendo a todos os interesses em jogo no governo, tanto das instituições públicas, como da iniciativa privada.

Com a transformação dos CEFET em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia pela Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, já citada no primeiro capítulo deste trabalho, a Educação profissional entra em uma fase expansão e interiorização pelo Brasil.

Mas o que quero aqui com esse breve resumo histórico é mostrar a dualidade estrutural existente entre educação básica e a educação profissional, entre a teoria e a prática, entre a educação para o trabalho e a educação emancipadora e crítica, entre educação para elite e educação para a classe trabalhadora, pois entendo que essa fragmentação histórica herdada desde o período colonial delinea caminhos distintos por classe social. Ao passo que a educação profissional foi destinada à classe trabalhadora, aos explorados, a educação propedêutica ficou para a burguesia.

Tais aspectos são resultados de uma sociedade que exclui socialmente e no sistema educacional isso aparecem nitidamente, traços que serão discutidos no próximo item.

#### **4.2 Gênese da questão social e a relação direta da desigualdade social com desigualdade educacional**

A ideia da discussão proposta aqui é evitar a dupla armadilha que Iamamoto (2001)

destacou em relação à análise da questão social; a primeira é fragmentar as expressões da questão social em questões sociais, atribuindo os “problemas sociais” e a responsabilidade aos indivíduos. Desconectar a sua gênese da dimensão coletiva e desresponsabilizar o capitalismo da produção e reprodução das desigualdades sociais; a segunda é cair em um discurso indiferenciado e único, esvaziando-a de suas particularidades histórico-culturais, perdendo o movimento e a dinâmica da conjuntura.

Portanto, a questão social é apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades sociais inerentes à sociedade capitalista. Netto (2001) e Santos (2012) afirmam que a gênese da questão social está no aparecimento do fenômeno chamado pauperismo que assolou a Inglaterra no final do século XVIII e se acentuou no século XIX. Agora se apresentava uma nova dinâmica da pobreza; ela se diferenciava daquela que caracterizava as sociedades pré-capitalistas, onde aparecia como fruto da escassez e da reduzida capacidade das forças produtivas. A partir do regime de produção capitalista, a pobreza aumentava simultaneamente ao desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, “*a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas.*” (NETTO, 2001, p.42, grifos do autor).

Ou seja, nada tem a ver com questões herdadas de sociedades anteriores, mas sim é constitutiva de uma sociedade fundada sob o capital, sob antagonismos e exploração. Polanyi (2000, p.107) afirmou que “o pauperismo fixou a atenção no fato incompreensível de que a pobreza parecia acompanhar a abundância. Este, porém, foi apenas o primeiro dos surpreendentes paradoxos com os quais a sociedade industrial confrontou o homem moderno.”

Outro ponto constitutivo da questão social refere-se ao protagonismo da classe operária, pois, segundo Netto (2001) se os pauperizados se mantivessem conformados com as condições de vida precárias, a história teria sido diferente. Mas não foi isso que aconteceu “[...] da primeira década até a metade do século XIX, seu protesto tomou as mais diferentes formas [...] configurando uma ameaça real às instituições sociais existentes. Foi a partir da perspectiva efetiva de uma eversão da ordem burguesa que o pauperismo designou-se como questão social.” (NETTO, 2001, p. 43). Segundo este mesmo autor, o termo questão social nasce associado ao vocabulário conservador. Perdendo sua estrutura histórica, a questão social e suas manifestações imediatas, como desdobramento da sociedade burguesa, passou a ser naturalizada como se necessitasse apenas de intervenções políticas para amenizá-las.

De fato, no âmbito do pensamento conservador – a “questão social”, numa operação simultânea à sua naturalização, é convertida em objeto de ação moralizadora. [...] O enfrentamento das suas manifestações deve ser função de um programa de reformas que preserve, antes de tudo e mais, a propriedade privada dos meios de produção. [...] Trata-se de combater as manifestações da “questão social” sem tocar nos fundamentos da sociedade burguesa. (NETTO, 2001, p. 44).

Diante disso, podemos destacar duas coisas: a primeira é que apesar de estarmos em uma nova conjuntura a questão social não é nova e sim expressão atual da velha contradição capital e trabalho, suas manifestações são frutos do mesmo fundamento; do ponto de vista conjuntural é nova, mas não do ponto de vista estrutural, ou seja,

O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a “questão social” – diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da “questão social”; esta não é seqüela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante. A “questão social” é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. (NETTO, 2001, p.45).

E a segunda coisa é que o que aparece são as expressões da questão social – e não questões sociais – determinadas pela desigualdade intrínseca ao capitalismo e fundamento explicativo das políticas sociais. Além disso, essas expressões se apresentam de forma diferenciada a partir de cada formação social, a partir das particularidades histórico-culturais, bem como as particularidades locais; dessa forma, identificar e apreender as expressões da questão social é fundamental para entendê-la. (SANTOS, 2012).

Diante de tal exposição, trago aqui a relação direta que a desigualdade educacional possui com a desigualdade social. Inicialmente, subscrevo Magalhães (2012) ao afirmar que a desigualdade social não se reduz à pobreza econômica, mas também na distribuição de renda e nas formas de acesso aos bens produzidos e aos direitos garantidos, entre eles a educação.

Ela afirma ainda que algumas políticas sociais a partir do final da década de 1990 tem priorizado o combate à extrema pobreza com os programas de transferência de renda e que apesar da Constituição Federal de 1988 falar em universalidade da educação básica, na prática não é exatamente assim. [...] “O Estado tem se eximido, cada vez mais, de atuar na melhoria e ampliação dos serviços públicos e, com isso, parte da população se vê alijada/excluída desses direitos, mais pela sua precariedade do que pela sua inexistência.” (MAGALHÃES, 2012, p.89).

A educação enquanto direito social é uma esfera em que a desigualdade social se apresenta de variadas formas, pois não basta abrir vagas ou ampliar as possibilidades de acesso, tem a questão da permanência e o que é feito para que os estudantes concluam os seus

estudos com êxito. Dentre os mecanismos existentes, tem-se a Política de Assistência Estudantil, objeto desse trabalho, com as suas ações voltadas para a permanência de alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, muitas vezes dentro de um espaço historicamente da elite, como é o caso das universidades brasileiras.

A partir disso, trago uma discussão com base em Ferraro (1999 apud FERRAZ, 2021) que é sobre a exclusão escolar. Para eles esta se apresenta em dois processos: a exclusão **da** escola e exclusão **na** escola. A primeira refere-se àqueles que não tiveram acesso à escola ou foram alijados dela quando deveriam estar, seria a chamada evasão escolar; a segunda tem a ver com o processo escolar: o aluno teve acesso à escola, mas diversos fatores, tanto escolares (reprovação, baixo rendimento, repetência, etc;) como aspectos socioeconômicos, acabam por excluí-lo mesmo estando incluído na própria escola.

Importa ressaltar que esse movimento está imbuído no capitalismo e que também na escola as contradições inerentes ao capitalismo se apresentam, ou seja, os filhos da classe trabalhadora apresentam maiores dificuldades no acesso e na permanência na escola. Convivendo com a chamada inclusão excludente, universal e seletiva. “A sociedade capitalista desenraiza, exclui, para incluir, para incluir de outro modo, segundo suas próprias regras, segundo sua própria lógica.” (MARTINS, 1997, p.32). Essa forma de pensar sobre o tema se dá pela perspectiva dialética de compreender as relações sociais, pois exclusão e inclusão são categorias inerentes, uma produz e reproduz a outra, são formas de manter a questão social.

A inclusão excludente é ao mesmo uma necessidade e um produto do capitalismo e, segundo Cury (2008), os mesmos sujeitos ou os mesmos grupos sociais – na perspectiva de gênero, cultural, sexual, etnia – que sofrem com as amarras do capital fora da escola, sofrem dentro dela, onde as situações de precariedade e desigualdade são reforçadas. Ferraz (2021, p. 70) explica na prática, na realidade escolar.

Logo, a inclusão excludente ocorre ao incluir crianças e jovens em escolas diferenciadas, com propostas desiguais, que mantêm a dualidade estrutural histórica e ocorrem no ensino brasileiro, por meio de estratégias de inclusão, nos diversos níveis e modalidades da educação escolar sem que esses correspondam aos padrões de qualidade, resultando em uma mera oportunidade de certificação, os quais não asseguram nem inclusão tampouco permanência, impedindo que os indivíduos alcancem uma formação que seja capaz de responder e superar as demandas do capitalismo.

Além disso, ainda tem a questão da meritocracia, que na escola transformam as desigualdades sociais em desigualdade individual. O sucesso, a aprovação, o diploma seria apenas uma questão de dedicação e mérito individual, porque em tese todos tiveram a mesma



oportunidade. “A meritocracia escamoteia as desigualdades reproduzidas nas relações escolares.” (CAPELO, 2015, p. 25).

O próximo tópico tem o objetivo de caracterizar os sujeitos desta pesquisa que são aqueles que vivenciam diariamente e diretamente essa desigualdade educacional exposta acima.

### **4.3 Caracterização do público alvo da investigação**

Conforme descrito na metodologia, no Questionário foram colocadas perguntas, quanto às expressões da questão social vivenciadas pelos discentes da minha pesquisa, delineadas a partir dos critérios de vulnerabilidade socioeconômica para a inscrição e a seleção para o PAAE postos no artigo 6º da Resolução CONSUP nº 25, que são:

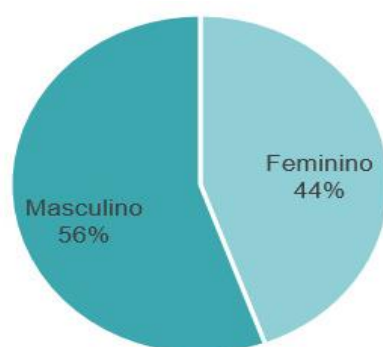
[...] a) renda mensal per capita igual ou inferior a um salário mínimo e meio vigente, conforme disposto no Decreto nº 7.234, de 19.07.2010; b) contexto das relações familiares, no que tange ao arranjo familiar, número de membros, situação de violência, conflitos familiares e processos judiciais, dentre outros; c) situação habitacional, referente à estrutura, localização, financiamento, dentre outros; d) participação em Programas Sociais do Governo e serviços socioassistenciais; e) situação que afete a saúde do estudante ou membro(s) da família, comprovada por meio de atestados médicos, bem como comprovantes de despesas com medicamentos, exames e consultas; f) histórico acadêmico, considerando defasagem idade-série, interrupção do processo de escolarização, nível de escolaridade, natureza da escola de origem, recebimento de bolsas de estudo.

Apesar de não ser exatamente o foco da pesquisa e também por entender que as expressões da questão social não podem ser analisadas individualmente, sem considerar todo o contexto que as envolve, vou apresentar aqui algumas expressões vivenciadas pelos sujeitos desta pesquisa, tomando como base os critérios acima definidos pela Política de Assistência Estudantil do IFBA, além de trazer aspectos gerais como idade, gênero, estado civil, cor ou raça e escola de origem, a fim de criar um perfil socioeconômico dos estudantes para conhecê-los melhor.

Nesta parte do trabalho não vou apresentar os dados obtidos quanto à renda e situação ocupacional, pois considero esses dois aspectos fundamentais para as discussões quanto às expressões da questão social e é a partir deles que vou relacioná-los com as compreensões encontradas e verificar a hipótese se essas expressões influenciam na construção e na compreensão dos estudantes no que tange à assistência estudantil.

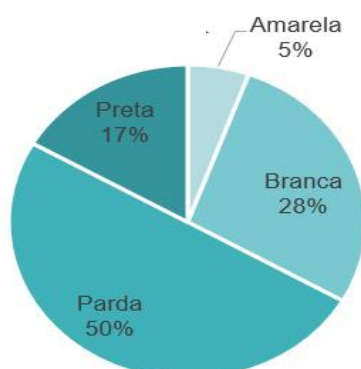
### 4.3.1 Perfil socioeconômico

A nossa amostra corresponde a 18 estudantes distribuídos entre as três modalidades de ensino do campus Eunápolis, contemplados e não contemplados pelo PAAE de 2019. Com o intuito de caracterizar os sujeitos da pesquisa de forma geral, a maior parte dos dados não foi separada por modalidade, ou seja, os dados apresentados abaixo traçam um perfil geral. O primeiro dado refere-se à autodeclaração de gênero que, conforme o **Gráfico 2** a maioria se declarou como masculino (56%).



**Gráfico 2: Gênero**

O próximo dado coletado foi em relação à autodeclaração à cor ou raça, conforme classificação retirada do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e obteve-se o seguinte panorama: em primeiro lugar parda com 50 %; em segundo branca (28%) e penúltimo preta (17%), o que reflete o panorama nacional: “de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2019, 42,7% dos brasileiros se declararam como brancos, 46,8% como pardos, 9,4% como pretos e 1,1% como amarelos ou indígenas.” (EDUCAIBGE, 2022).



**Gráfico 3: Cor ou raça**

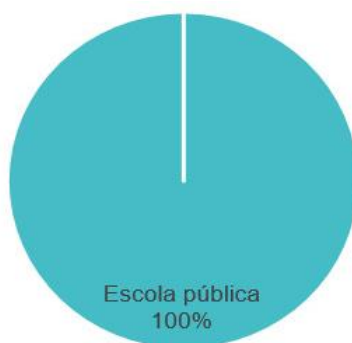
Quanto ao estado civil, 94% se definiram como solteiros e 6% vivem em união estável, isso pode ser considerado reflexo da faixa etária entre eles, como pode ser visto na tabela abaixo:

MODALIDADE	IDADE								
	18	19	21	22	23	25	28	32	37
INTEGRADO	1	5							
SUBSEQUENTE				1	2	1		1	1
SUPERIOR			2		2	1	1		
<b>Total Geral</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>

**Tabela 3: Idade**

Entre a faixa etária de 18 a 21 temos 8 estudantes, de 22 a 25 anos temos 7, e acima de 30 anos temos apenas 2 estudantes, concentrados na modalidade subsequente. A partir desses números, constatamos que os discentes de maior idade são do subsequente, mas ao mesmo tempo, analisando globalmente, não podemos afirmar que os estudantes desta modalidade são necessariamente mais velhos como geralmente é pensado.

Quanto à escola de origem, ou seja, antes de entrar no IFBA, 100% vieram de escola pública. Essa constatação nos remete a tudo que está sendo analisado neste capítulo, pois são estudantes que no percurso educacional podem ter sofrido com a exclusão incluída discutida acima. A seguir, a representação gráfica dessa informação:

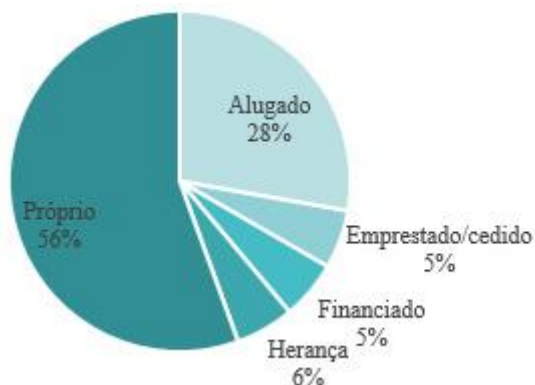


**Gráfico 4: Escola de origem**

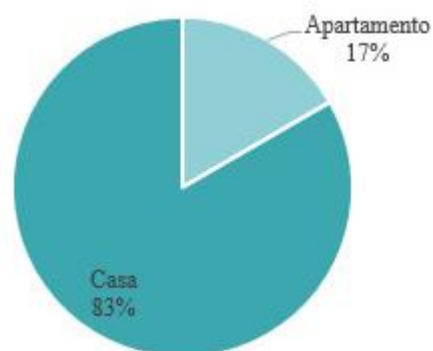
#### **4.3.2 Algumas expressões da questão social identificadas entre os sujeitos da pesquisa**

O objetivo aqui é apresentar um cenário geral das principais expressões da questão social identificadas entre os 18 participantes da pesquisa. A análise será separada por bloco de situações. Quanto à situação habitacional (**Gráfico 5**), foram identificados que 56% possuem

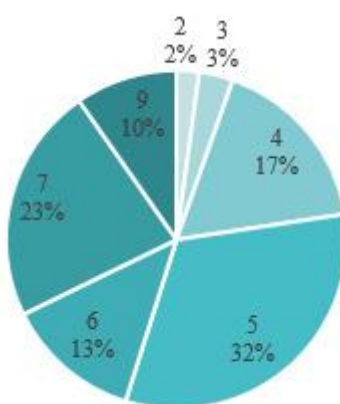
imóvel próprio, 28% alugado e as outras situações foram emprestado (5%), financiado (5%) e herança (6%). Quanto ao tipo de moradia (**Gráfico 6**), 83% residem em casa, contra 17% que moram em apartamento. E no que diz respeito à quantidade de cômodos, o **Gráfico 7** abaixo se mostra bastante diversificado. Para melhor verificação, observar os gráficos a seguir.



**Gráfico 5: Situação habitacional**



**Gráfico 6: Tipo de moradia**



**Gráfico 7: Quantidade de cômodos**

No que diz respeito ao arranjo familiar, foi perguntado sobre a composição familiar (**Tabela 4**), ou seja, a quantidade de pessoas que moram com o estudante, se sofre ou já sofreu algum tipo de violência, se vivem algum tipo de conflito familiar.

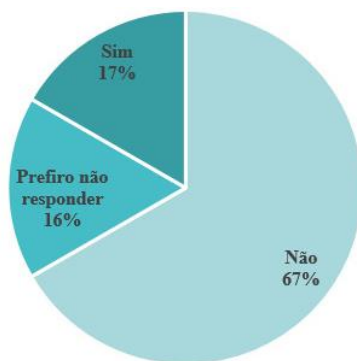
Os dados da tabela abaixo mostram que a maioria vive em uma família grande, uma vez que 44% residem com mais de 5 pessoas.

QUANTIDADE	%	COMPOSIÇÃO FAMILIAR
2	11%	2 pessoas
5	28%	3 pessoas
3	17%	4 pessoas
8	44%	mais que 5 pessoas

**Tabela 4: Composição familiar**

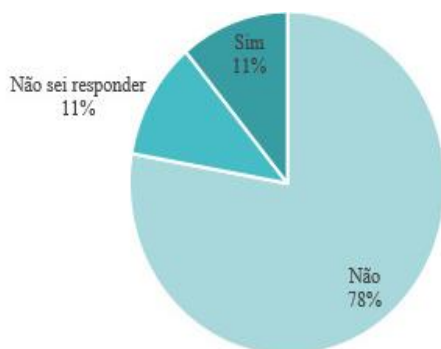
Em relação à violência, 89% declararam não terem sofrido nenhum tipo de violência e quem marcou sim (6%), descreveu como violência doméstica e 5% afirmou que preferiria não responder.

Já no que diz respeito ao conflito familiar (**Gráfico 8**), 67% afirmaram não viverem conflito. Mas somando-se as respostas das outras duas categorias (sim e prefiro não responder) as mesmas totalizaram 33%, o que não é um percentual baixo. Entre as respostas positivas, os conflitos mais presentes foram: separação dos pais, relação conflituosa com a mãe e problemas na divisão das despesas familiares.



**Gráfico 8: Conflito familiar**

Por fim, o último bloco de análise foi quanto ao acesso à rede de serviços socioassistenciais, à participação em Programas Sociais do Governo. Primeiro foi perguntado se eles frequentavam algum tipo de serviço de assistência social da rede municipal e 78% disseram que não, conforme o **Gráfico 9**.

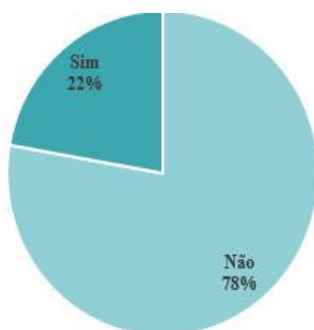


**Gráfico 9: Serviços sócioassistenciais**

Para os que responderam que sim (11%), tinha as seguintes opções de serviço: Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). A alternativa escolhida com maior frequência foi o CRAS que “é a unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à

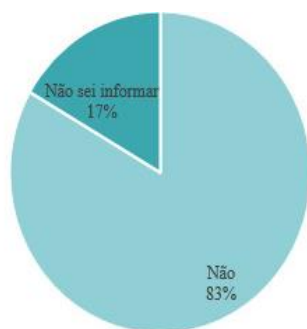
articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias.” (BRASIL, 1993).

Quanto à participação em Programas Sociais do Governo, constatou-se o seguinte panorama: 78% afirmaram não ser beneficiário do Programa Bolsa Família que atualmente passou a ser chamado de Auxílio Brasil, mas no momento das entrevistas ainda não tinha ocorrido oficialmente essa alteração.



**Gráfico 10: Bolsa família**

O último gráfico é em relação ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), que é a garantia de um salário mínimo por mês ao idoso com idade igual ou superior a 65 anos ou à pessoa com deficiência de qualquer idade. Entre os participantes da pesquisa 83% afirmaram que ninguém da família recebe o BPC.



**Gráfico 11: Benefício de prestação continuada**

Após essa breve exposição e análise dos dados é possível chegar à conclusão inexistem informações que atestem alto grau de vulnerabilidade socioeconômica. Entretanto, ainda é cedo para chegar a tal conclusão, pois as informações de renda, situação ocupacional e principais necessidades familiares são fundamentais para delinear melhor essa situação. Aspectos que serão tratados no capítulo 5 deste trabalho.

#### 4.4 Política social: definição de perspectiva de análise

Quanto à política social, existem duas perspectivas que serão aqui abordadas, pois acredito que para compreender melhor a temática se faz necessário distingui-las, e demarcar qual perspectiva tomarei como base para compreender o meu objeto de estudo, bem como analisar as compreensões dos sujeitos da minha pesquisa quanto ao tópico. Pastorini (2010) autora referência na área demarca que a política social é constituída pelas perspectivas tradicional e marxista.

Na perspectiva tradicional as políticas sociais são caracterizadas como ações do Estado de caráter redistributivo, elaboradas para diminuir as desigualdades sociais que para os defensores desta definição, são tidas como necessárias e até naturais derivadas da divisão social do trabalho e que fazem parte de uma sociedade heterogênea. Ou seja, as políticas sociais são como mero mecanismo de redistribuição dos recursos sociais para melhorar as condições de vida de uma determinada população, ou ainda, restaurar o equilíbrio social. (PASTORINI, 2010). Resumindo, “essas ações do Estado, denominadas genericamente como políticas sociais, terão *um caráter compensatório, paliativo e corretivo* das desigualdades produzidas no mercado, como consequência do desenvolvimento capitalista.” (PASTORINI, 2010, p. 83, grifos originais).

Ainda segundo a mesma autora esta perspectiva liga as políticas sociais à redistribuição e não à distribuição, fazendo delas um instrumento submisso e útil ao capitalismo, servindo para reforçar a sua distribuição desigual, que não questiona a questão social inerente a esse sistema econômico, perdendo de vista que as “políticas sociais são um produto concreto do desenvolvimento capitalista, de suas contradições, da acumulação crescente do capital e, portanto, um produto histórico, e não fruto de um desenvolvimento ‘natural’.” (PASTORINI, 2010, p. 85).

Já pegando esse gancho, tem-se então a perspectiva marxista, com a qual coaduno, que parte do princípio de que as políticas sociais não são meras concessões do Estado, posto que cumprem outras funções como a política e a econômica, e ao invés de uma relação bipolar (Estado e sociedade), existe uma relação múltipla e conflituosa permanentemente com pelo menos três sujeitos protagonistas (Burguesia, Estado e classe trabalhadora). (PASTORINI, 2010).

Basicamente esta perspectiva nos leva a buscar a essência dos fatos, não podemos tratá-los isoladamente, nem de forma imediata. Devemos compreendê-los a partir de sua

totalidade, “[...] que é um complexo constituído de complexos que se articulam [...]” (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 40). Ou seja, à medida que os fatos sociais são fatos históricos, devem ser entendidos em sua causalidade, funcionalidade e como parte da realidade social. Para isso, devemos ter em mente alguns pontos indivisíveis, a saber:

o **primeiro** é a destruição da pseudoconcreticidade (ou seja, da fetichizada e aparente objetividade do fenômeno) e o conhecimento de sua autêntica objetividade; **segundo** é o reconhecimento do caráter histórico do fenômeno; e o **terceiro** é o conhecimento do conteúdo objetivo e do significado do fenômeno, de sua função objetiva e de seu lugar histórico. (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 41, grifo meu).

Portanto, a análise das políticas sociais requer, sob a ótica do lado histórico, relacionar as políticas sociais às expressões da questão social; do lado econômico é necessário estabelecer relações entre as determinações econômicas e a classe trabalhadora e do ponto de vista político é preciso ter conhecimento das lutas de classes, do papel do Estado e dos interesses contraditórios. Estes lados na verdade fazem parte de uma totalidade articulada (BEHRING; BOSCHETTI, 2008).

Não podemos perder de vista que é também através da política social que o capital assegura as condições necessárias para sua produção e reprodução, ou seja, mostra-se como uma mediação entre economia e política, resultado das contradições estruturais engendradas pela luta de classes e delimitadas pelos processos de valorização do capital, sob a égide neoliberal do trinômio das políticas sociais brasileiras: privatização, focalização/seletividade e descentralização<sup>20</sup>. E o capital não tem o menor interesse em reverter esse quadro. (BEHRING; BOSCHETTI, 2008).

Dito de outra forma, as políticas sociais são também ações para a manutenção da ordem burguesa, pois elas não atingem a raiz do problema e nem são elaboradas para tal fim; ao contrário, são organizadas para enfrentar algumas manifestações da questão social, [...] “fragmentando, estilhaçando e atomizando as demandas sociais como uma forma de reprimir, acalmar e calar qualquer voz que atente contra a coesão e a ordem socialmente estabelecida.” (PASTORINI, 2004, p.110).

Infelizmente, as políticas sociais no Brasil têm assumido um papel compensatório e imediato, buscando amenizar os efeitos deletérios do capitalismo sem mexer em sua estrutura.

---

<sup>20</sup> Sendo esta última estabelecida não como partilhamento de poder entre esferas públicas, mas como mera transferência de responsabilidades para entes da federação ou para instituições privadas e novas modalidades jurídico-institucionais correlatas, componente fundamental da “reforma” e das orientações dos organismos internacionais para a proteção social. (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 156).



São ações a curto prazo e focalizadas que acirram as desigualdades sociais, expressando seu caráter assistencialista, com atendimento às demandas segmentadas, focalizadas e fragmentadas, provocando uma disputa do pouco por muitos, perdendo-se a perspectiva de conscientização, compreensão e ampliação dos direitos sociais, fixando-se em entendimentos simplistas.

Junto a isso ainda temos a cultura do favor, da benesse, do assistencialismo tão arraigada na construção das políticas sociais, visto que os direitos sociais no Brasil têm antecedentes históricos que configuram o pensamento de muitos e segundo Carvalho (2008) tem dois principais vetores que influenciam muito na nossa cultura política, são eles: a construção dos direitos populistas na época de Getúlio Vargas, corporativistas e tutelados e a não compreensão da diferença entre direito e ajuda, não se reconhecendo como sujeito de direitos. Além disso, ainda temos um traço marcante da formação social brasileira, designado por Santos (1979) como “cidadania regulada” que caracteriza o padrão de proteção social e regulação do trabalho no Brasil, que ao deixar de fora aqueles que não se encontram inseridos no mercado formal,

[...] deixa um amplo e crescente segmento de trabalhadores à margem no “Brasil legal”, portanto, inexistente do ponto de vista das regras formais de cidadania, corporificadas nos direitos do trabalho e da previdência. **É um submundo inteiramente encoberto pela teia intrincada da filantropia.** (CARVALHO, 2008, p. 19, grifos meu).

Sabe-se que com a promulgação da Constituição Federal de 1988 muitos avanços foram conquistados em relação aos direitos sociais. A criação da Seguridade Social (Saúde, Previdência Social e Assistência social) e o reconhecimento desta última como política são exemplos, entretanto, um país que se baseia nos ditames neoliberais e depende disso para a sua política econômica, certamente não tem como objetivo final diminuir as disparidades sociais, ao contrário se utiliza das políticas sociais e da desmobilização política da população para manter o atual sistema e compensar pontualmente os mais vulneráveis entre aqueles já vulneráveis.

Diante desses argumentos e da definição de perspectiva de análise sobre Política social, nos próximos itens vou trazer um panorama do que pensam os sujeitos da pesquisa sobre política social e/ou política pública e direito.

#### 4.4.1 Compreensão dos estudantes sobre Política Social e/ou Política Pública

O objetivo deste tópico é trazer a compreensão dos estudantes quanto à Política social e/ou Política pública, respeitando o segundo bloco<sup>21</sup> de questões do Roteiro de entrevista. As perguntas ocorreram em torno do que eles entendiam por política pública, para eles quais eram os aspectos positivos e negativos das políticas públicas e se eles conheciam os termos seletividade, focalização, fragmentação das políticas sociais.

Em momento anterior, já foi definido qual a minha perspectiva de análise sobre política social – a marxista –, mas a fim de complementar tudo que á foi discutido, bem como contextualizar melhor as transcrições abaixo, vou falar um pouco mais sobre os aspectos descritivos das políticas sociais, visto que são eles que aparecem no cotidiano e nas afirmações dos entrevistados.

As políticas sociais são uma espécie de política pública. Elas são definidas e planejadas a partir do art. 6º da Constituição Federal de 1988 que trata dos direitos sociais que são: educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados. (BRASIL, 1988).

Segundo Menicucci (2018) não há uma definição única de política social e outros termos são usados como sinônimos, por exemplo, sistema de proteção social, Estado de bem-estar, seguridade social. Normalmente as políticas sociais são definidas a partir de seus objetivos, como diminuir a desigualdade social ou de forma setorial, como saúde, educação, habitação, etc. ou ainda de forma operacional através dos programas e ações do Estado.

Ainda segundo a mesma autora, as políticas sociais são classificadas em dois grandes grupos: proteção social (saúde, assistência social, etc); promoção social (agricultura familiar, educação, habitação, etc) e existem também as políticas sociais transversais que são as que conjugam objetivos com as duas anteriores para questões relativas a gênero, raça, idosos, entre outros. (MENICUCCI, 2018).

As políticas públicas são basicamente toda e qualquer ação do governo visando a garantia de direito e quando perguntado qual era a compreensão dos estudantes do Ensino superior em relação à política pública ou social<sup>22</sup>, os estudantes que se sentiram a vontade de

---

<sup>21</sup> Apêndice C - Roteiro de entrevistas semiestruturado/bloco: compreensão sobre política pública e social. (questões 4, 5 e 6, p. 130).

<sup>22</sup> Apêndice C - roteiro de entrevistas semiestruturado/bloco: compreensão sobre política pública e social. (questão 4, p. 127).

falar, enveredaram mais para o lado da publicização das políticas, como foi o caso do **estudante 06** que falou:

No caso, só talvez não falando diretamente da política, só trazendo uma coisa que é constante. Acho que acredito que a maioria aqui também já já já tem vivenciado que às vezes alguém que precisa, que tem esse direito, não conhece. Eu já vi já, conheci bastante pessoas que precisam, que necessitam mas talvez também provavelmente por não ter pesquisado um pouquinho a fundo, porque lá no site do IFBA mesmo ou então qualquer outro outro órgão que disponibiliza algum benefício. Tem falando sobre o assunto é... Não conhecem né? As pessoas não sabem que têm esse tipo de benefício que pode auxiliar ela nesse momento que ela está passando, entendeu? Tem esse ponto né, tipo assim é um problema também da pessoa que não pesquisou um pouco mais a fundo e também por falta talvez de divulgação talvez ou o acesso à informação mais facilitado mais facilmente digamos só essa questão.

Já em relação aos estudantes do subsequente, obtive a seguinte resposta da **estudante 03**:

Quando se fala de política pública eu entendo que é um conjunto de ações né? Com planos entre governo um estado ou município para um bem comum.

Uma resposta bem objetiva, mas mostra que tem conhecimento quanto ao tema. Outra resposta obtida foi a do **estudante 18** que falou:

Só pra complementar o que as meninas falaram sobre que nossas políticas pública ainda estão muito frágil para tá trazendo plano de ações para a sociedade nesse sentido, está muito frágil ainda, tanto que hoje qualquer coisa que acontece na sociedade eles não estão preparados ainda pra entrar com ação.

Esta última resposta, apesar de não ter sido bem elaborada, traz uma questão que é o atendimento insuficiente, incipiente das necessidades da população.

As definições sobre política pública/social dos estudantes do integrado foram as seguintes:

Acho que política pública seria a resolução...tipo...não sei...para resolver problemas. É...Uma coisa que... que seja mais do coletivo. (**ESTUDANTE 13**).

A **estudante 02** respondeu na mesma direção:

Só que eu penso em questões assim em ações que vão levar a essa resolução de questões e no caso políticas públicas para mim serve pra combater algum déficit que tenha em determinado local em uma determinada área e essa política pública ela vem para suprir essa necessidade. Essa resolução de algum problema E TAL no caso seria uma ação.

Assim como o **estudante 14**:

Rapaz o tema política para mim ele já me traz uma visão de coordenação de gerência de igualdade e equidade de abranger toda aquela comunidade direcionar por um campo e quando a gente falar de política pública eu imagino que seja uma política que esteja em acesso a todas as comunidades independente de classe socioeconômica. É...classe É... estilos de vida, enfim independente da forma do indivíduo pensar ou demonstrar ou agir ou em qual contexto ele está inserido. A política pública seria o ato de abranger a todos e gerenciar e dirigir aquela comunidade no caminho correto adequado, É...justo digamos assim ou deveria ser pelo menos, infelizmente não é, para todos né?

Percebam que ao contrário do primeiro tema, os estudantes do integrado se expressaram melhor dessa vez, descrevendo as políticas públicas em sua fase mais gerencial, organizativa, bem como resolutiva em relação a alguma demanda.

As outras perguntas se referiram aos pontos negativos e aos pontos positivos<sup>23</sup> das políticas públicas. Como já citado anteriormente, os estudantes do ensino superior focaram muito no aspecto de acesso à informação, publicação e melhor divulgação, não só entre as políticas públicas, mas também as ações internas do campus.

Quanto aos estudantes do ensino subsequente, **os estudantes 03 e 09** falaram um pouco sobre os pontos positivos e negativos e, mais uma vez, eles expuseram a falta de conhecimento e publicação e trouxeram à tona uma questão bastante complexa e polêmica, mas que faz parte do senso comum que é a culpabilização do indivíduo, ao invés de criticar a própria estrutura social. Tais conteúdos podem ser vistos em alguns trechos abaixo, primeiro em relação aos pontos negativos e na sequência os pontos positivos:

Assim para mim a questão de política pública... é algumas naufragam né? Mais a questão de organização. É eu acho que muitas deveriam ser um pouco mais organizadas, se tratam realmente de organização e de conhecimento da sociedade em si, porque às vezes acontece as políticas públicas, mas a sociedade nem está pronta para receber. Essa é a questão né? Às vezes não sabe nem o que está, o que o que realmente está acontecendo. Se preocupam muito com o que se vê na mídia, mas é o que contam né? E quando a gente não tem o hábito de de conhecer a gente tem que acreditar no que os outros contam. Então a maioria das pessoas elas se contentam em ouvir o que os outros contam e não procuram realmente saber o que está acontecendo. **(ESTUDANTE 03)**

Pra complementar o que a colega falou, ela falou referente à falta de informação porque se o objetivo é colocar em prática as medidas que garantam o acesso à educação para todos os cidadãos, então a falta de informação às vezes implica muito **(ESTUDANTE 09)**.

Eu creio que assim, em políticas públicas pontos positivos é nós temos alguns programas, né que são de sociais, como nós tínhamos o Bolsa Família, agora Bolsa Brasil está aí essa PEC vai não vai e vem não vem, ano político e foi aceito aí esses

---

<sup>23</sup> Apêndice C - roteiro de entrevistas semiestruturado/bloco: compreensão sobre política pública e social. (questões 5 e 6, p. 130).

400 reais ninguém sabe como, mas a gente tem sim alguns programas, alguns até desconhecidos que a gente vai lá tem lá alguns programinhas, é programa não sei o que lá da fome, bem pequenininho, mas tá lá a gente desconhece mas tá lá, aluno bolsista que tem que ter nota tal, que vai fazer curso tal, tem direito a um certo benefício, mas a gente desconhece. Então só algumas coisas assim, alguns projetos sociais que deveriam ser mais conhecidos tanto pelos estudantes, pelos pais dos estudantes, pela própria população. (ESTUDANTE 03)

Interessante notar que a última fala trouxe como ponto positivo os programas de transferência direta de renda que são os mais conhecidos e populares. Esses programas, como já debatido, são exemplos de políticas que agem nas expressões mais imediatas da questão social, são ações imediatas e criadas para manter a ordem social capitalista, de caráter simples, imediato e compensatório.

O **estudante 14** do Ensino médio integrado trouxe em sua fala a mesma percepção em relação à responsabilização do indivíduo no que tange aos pontos negativos das políticas públicas e mais uma vez a política de cotas raciais apareceu como exemplo para eles.

Quando eu vejo política pública eu não vejo que a culpa seja da política e nisso não coloco nem só o contexto do IFBA. Eu abranjo toda a realidade brasileira, por exemplo, o contexto de cotas que é uma coisa maravilhosa, é uma coisa que a gente está fazendo uma justificção histórica, a coisa que a gente tem essa dívida com as pessoas que se encaixam nessa classe, hoje infelizmente quando a gente fala da desigualdade são pessoas que utilizam de um benefício que não lhe pertence. A gente vê essa realidade dentro do IFBA com autenticação de documentos que não são reais comprovados, com uma realidade que não é comprovada dentro daquele contexto e que abrange de um direito que não é seu. Não diria nem um direito, mas de um benefício que não é seu... essa é a parte ruim que eu vejo.

Por último eu sempre perguntava para eles sobre os termos seletividade, focalização, fragmentação das políticas sociais<sup>24</sup> e uma boa parte nunca ouviu falar como nesse trecho retirado da entrevista realizada no Ensino superior:

Esses termos eu nunca ouvir falar. [ou ao mesmo tempo entendem que é uma coisa necessária] com certeza é o correto a se fazer pegar essa questão nesse âmbito geral e ser também na questão dos auxílios estudantis. (ESTUDANTE 05).

Assim como para os alunos do subseqüente:

Sim eu já ouvi falar em questão de seleção que é bastante seletivo, porque assim é para os pobres. Aí depois vêm os os médios, então a questão é por seleção, são a níveis de seleção. (ESTUDANTE 03).

---

<sup>24</sup> Apêndice C - roteiro de entrevistas semiestruturado/bloco: compreensão sobre política pública e social. (questão 7, p. 130).

Quanto aos estudantes do ensino integrado, obtive mais respostas, mas seguindo a mesma linha de raciocínio, como nesse trecho da fala do **estudante 14**:

Eu nunca ouvi falar sobre a questão da fragmentação da política pública na realidade IFBA campus Eunápolis.

Outra fala:

E é algo que tipo assim tem que ver quem realmente se encaixa porque não dá pra ter pra todo mundo. E no caso se fosse dividir para todo mundo acabaria não ajudando realmente quem precisa, então tem que ser algo mais seletivo mesmo. (**ESTUDANTE 04**).

Além dessas, ainda destaco outras abaixo:

Eu já escutei que na maioria das vezes a política pública ela serve pra determinado... determinado... determinada área, mas não atende demanda de outras áreas. Tipo assim de uma determinada região não de outra região, alguma coisa assim. O que serve para um não serve pra todos, tipo isso. (**ESTUDANTE 13**)

O que já ouvi falar tava mais relacionada a uma política pública em específico que era a questão de cotas e tal. Aí tinha muita gente que falava. Ah não acho correto e outras, Ah eu acho correto. Então o que eu já ouvi falar muito de políticas públicas eram de pessoas que eram contra algumas políticas públicas e outras que eram a favor. Por diversos fatores. (**ESTUDANTE 02**)

É eu só ia falar isso aí mesmo, que no momento agora eu não penso em outra solução diferente que vá atender melhor do que um processo seletivo, é algo tão...tão bom, assim, não sei se é exatamente bom, bota um bom entre aspas, que é usado até hoje em vestibulares, processos seletivos para a questão do auxílio. Tem várias coisas que realmente usa desse processo seletivo e eu nunca vi outra forma mesmo que seja melhor que essa. (**ESTUDANTE 15**)

Nota-se dessa forma, o desconhecimento desses termos, principalmente a partir do viés crítico que é como pretendo discutir no próximo capítulo, no qual analisarei a última parte dos temas do Roteiro de entrevista sobre a Política de Assistência Estudantil no campus.

De maneira geral não houve muitas disparidades entre as três modalidades de ensino quanto ao tema perguntado, ora um grupo explicava mais, ora o outro grupo. No decorrer das falas é possível perceber que alguns estudantes se repetem, visto que nem todos se sentiram a vontade para falar. Percebi também que política pública não é um tema comum no sentido do debate, mas é no sentido descritivo e corriqueiro.

#### **4.4.2 O que é direito para os estudantes?**

A análise aqui será a partir do segundo instrumento de coleta, que foram as entrevistas

realizadas com os estudantes participantes da pesquisa. O objetivo aqui é mostrar o que, para eles, é ter direitos, o que é ser um sujeito de direito, a partir das transcrições das suas falas. Ressalto que por questões metodológicas de análise, explicitadas no capítulo sobre metodologia, foi feita também a separação por modalidade de ensino do Campus.

Conforme o primeiro bloco do Roteiro de entrevistas, foram feitas perguntas de forma natural e contextualizada sobre o que era ter direitos, sobre o que era ser um sujeito de direitos e o que eles entendiam sobre ter direitos enquanto estudantes, principalmente em relação à Política de Assistência Estudantil.

A análise expostas aqui seguirá a mesma ordem da realização das entrevistas (Ensino superior, Ensino médio subsequente e Ensino médio integrado). Ressalto que não era obrigatório que todos participassem ativamente, ou seja, só falava quem se sentia à vontade para isso, pois não foi uma entrevista individual, mas sim em grupo, conforme descrito na metodologia. Além disso, para garantir o anonimato dos participantes e de suas respectivas respostas, identifiquei-os aleatoriamente com numeração de **01 a 18**.

Antes de mostrar as compreensões dos estudantes quanto ao principal tema desse bloco<sup>25</sup>, se faz necessário, ainda que brevemente, conceituar o termo “sujeito de direito”. No livro “Introdução ao Estudo do Direito” de Mascaro (2019) ele afirma que a primeira grande ferramenta técnica na norma jurídica da sociedade capitalista é o conceito de sujeito de direito. Inicialmente pensa-se que todo indivíduo apto a ter direitos e deveres, seria um sujeito de direito, mas não é bem assim, pois as empresas ou pessoas jurídicas são consideradas sujeitos de direito. Além disso, historicamente nem todo indivíduo é necessariamente um sujeito de direito. Por exemplo,

No Brasil, até o ano de 1888 havia escravos, e a escravidão estava amparada nas leis e no Estado. Absurdamente, o escravo não era considerado pelo mundo jurídico um sujeito de direito, mesmo sendo um ser humano. A compreensão do conceito de sujeito de direito revela posições sociais concretas e, por detrás da afirmação do tema, há uma grande carga ideológica. (MASCARO, 2019, p. 139).

Ele afirma ainda que a origem do conceito é capitalista e que não é uma ferramenta criada por juristas, mas sim uma categoria que se forma na estrutura social a partir das relações sociais capitalistas. Sendo assim, sujeito de direito é aquele que possui direitos e deveres, trabalhadores e burgueses, que fazem circular as mercadorias (trabalho) e serviços, estabelece contratos. “O sujeito de direito é tanto o burguês que compra a força de trabalho

---

<sup>25</sup> Apêndice C - roteiro de entrevistas semiestruturado/bloco: compreensão sobre direito, (p.130).

quanto o trabalhador que a vende.” (MASCARO, 2019, p. 140).

Dito isso, percebeu-se a partir das entrevistas que alguns estudantes do Ensino superior tem uma compreensão ampla e trazem em suas falas termos frequentemente usados no senso comum para definir sujeito de direito<sup>26</sup>, como, por exemplo, direitos e deveres, consciência, leis e normas, cidadania, entre outros. O **estudante 17** do ensino Superior respondeu o seguinte:

Bom, sujeito de direito é aquele que tem consciência de que existem regras e leis que estabelece normas para que ele possa usufruir de determinado serviço, de determinado bem e com isso ele possa, tipo assim, exercer sua cidadania de forma autônoma e consciente sabendo que aquele que está usufruindo foi constituído por leis e garante a essa pessoa a possibilidade dela permanecer...assim...e exercer seu papel social, sua responsabilidade. O que mais eu posso dizer...e também ter consciência dos deveres né? Porque quando a gente pensa em direitos a gente também pensa em deveres.

Já o **estudante 08** se remeteu à Constituição Federal de 1988 e a termos como critério, vulnerabilidade e desigualdade social para definir sujeito de direito, além disso, ele trouxe também uma questão já debatida acima que é sobre as ações de acesso e permanência para estudantes que sofrem com exclusão da e na escola.

Tudo interligado porque se a gente for pensar pela questão da Constituição Federal de 88 a gente tem que todos têm direito à educação, né? Mas se a gente for pensar né de critério de rentabilidade e condição socioeconômica a gente verifica que alguns estudantes não estariam no mesmo nível logo o acesso à educação se daria de forma distinta. Então quando a gente estabelece né uma ação né conjunta da instituição né, visando né, ofertando né um auxílio para aquele estudante que se encontra em um grau alto de vulnerabilidade social a gente tenta na verdade minimizar os impactos que a gente tem essa desigualdade social. Então eu acredito que é um direito né ofertar esses auxílios. Ter esse aparato da instituição pra que a gente forneça de fato a educação para todos e educação de qualidade.

Quanto aos estudantes da modalidade Ensino médio subsequente, trouxeram definições mais imediatas, mais direcionadas ao cotidiano deles, além de, logo de início, fazerem um paralelo com os auxílios e bolsas disponibilizados da assistência estudantil do campus. Apresentaram ainda certa dificuldade para entender o que estava sendo perguntado e também dificuldade para se expressar. Como pode ser visto nos seguintes trechos:

Eu entendo que ter direito é algo relativo assim em questão de vida, ter liberdade, ter direito a propriedades, a igualdade. Para mim tudo que há um bem comum para a sociedade, mas de modo geral é voltado né? Para nós é um direito nosso. E quanto

---

<sup>26</sup> APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADO/Bloco: COMPREENSÃO SOBRE DIREITO. (Questões 1e 2, p.130).



assim, enquanto... ah você falou sobre a questão de de enquanto ter direito a ser aluno eu acho que que tá dividido em questão de auxílio, é a questão mesma de... Como é que eu vou explicar? De de renda. [...] Agora em questão de direitos gerais assim de alunos a gente tem direito né a bons educadores, a participação em todas... hum a participar de entidades estudantis, direito a escola pública. (**ESTUDANTE 01**). Sim eu até concordo com a “estudante 01” pelo fato que quando se fala sobre o auxílio estudantil do IFBA é... e direito, é uma coisa muito ampla, né? Quando fala de seleção eles normalmente, é...buscam as pessoas que têm uma vulnerabilidade mais que necessitam, né? Então nós nós tem que buscar as coisas que a gente tem direito. Então alunos que têm uma vulnerabilidade, que necessitam, acho que eles têm direito sim de receber esse auxílio e buscam pela necessidade de transporte ou pela vida pessoal ou uma necessidade de custo, de alimento. Então acho que essa parte de direito vem em busca disso também, da vulnerabilidade social. (**ESTUDANTE 18**)

No que diz respeito aos estudantes do Ensino médio integrado, foram percebidas dificuldades de se expressar, de conseguir definir o que é ter direito ou ser sujeito de direitos, como por exemplo, esse trecho do **estudante 02**:

Na verdade é que, é meio que, uma coisa assim que a gente sabe o que é na prática, mas para definir é muito complicado né?” Mesma coisa, observa-se no trecho do **estudante 13** “então eu acho que seria algo. Não sei. Uma pessoa que tem direito. Seria uma coisa que deveria ser conforme alguma regra que deveria ser justo. Não sei...

Entretanto, o **estudante 14** se diferenciou um pouco na definição em relação aos seus colegas. Acredito que isso tem muito a ver com a experiência política que ele tem no IFBA, como participação em comissões, grêmio estudantil, representação de turma que são espaços educacionais, mas também de debates entre vários grupos que acabam trazendo um conhecimento extraclasse.

[...] então eu entendo como direito o acesso livre à garantia de que seus atos são respaldados em algo, a garantia de que você tenha acesso a algo, a garantia de que por lei ou por questão da estrutura social mesmo. Você tem o real acesso do que lhe pertence. No caso no contexto legislativo, direitos se compete ao que... Os parâmetros se compete ao acesso à liberdade, se compete ao que é seu por direito, que é da comunidade por direito, que é do contexto social por direito. Na realidade do estudante né que é onde a gente tá, a amostragem que você está estudando. Eu vejo que direito é o acesso livre que ele tem dentro das diretrizes da escola, desde do campo financeiro, do campo de material, do campo de uma educação de qualidade, do campo de acesso à informação, do campo de professores qualificados, enfim todos esses contexto para mim se caracteriza como direito.

Diante dessas análises, notou-se que há uma diferença entre a compreensão de alguns estudantes do Ensino superior em relação às outras duas modalidades. As definições são um pouco mais estruturadas e contextualizadas, usam termos mais expressivos que mostram um pouco mais de conhecimento de mundo. Enquanto que os estudantes do integrado e do subsequente tiveram mais dificuldades de se expressar.

## **5 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL A PARTIR DAS COMPREENSÕES DOS SUJEITOS E AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL**

Conforme citado anteriormente, pretendo neste capítulo discutir e abordar mais profundamente o viés crítico dos termos seletividade, focalização, fragmentação das políticas sociais e correlacioná-los à Política de Assistência Estudantil enquanto direito. Como também mostrar qual a compreensão geral dos discentes em relação à Política de Assistência Estudantil, considerando a última parte do bloco de temas do Roteiro de entrevistas e também identificar e discutir a compreensão por modalidade de ensino a com base nas respostas dos estudantes no Questionário.

Por último, analisarei a partir dos dados obtidos no Questionário quanto à renda per capita, situação ocupacional e necessidades familiares, se a vivência de expressões da questão social influencia na construção e na compreensão dos estudantes no que tange à Política de Assistência Estudantil.

### **5.1 Assistência estudantil como direito *versus* atendimento às demandas segmentadas, focalizadas e fragmentadas.**

A fim de subsidiar a exposição que segue nos próximos tópicos deste capítulo, abordarei pontos essenciais quanto ao caráter focalizado, seletivo e fragmentado que tem caracterizado a Política de Assistência Estudantil.

E antes de trazer o debate conceitual e político que perpassa essa discussão, destaco aqui a definição do Decreto nº 7.234 de 2010 que regulamenta o PNAES, quanto ao público-alvo prioritário da política que são os estudantes provenientes da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, o que, logo de início, já define seu caráter seletivo e não universal. Configurando dessa forma, uma política que vincula

[...] seus auxílios à comprovação de insuficiência de renda. Para ser contemplado com os benefícios, é necessário enquadrar-se em uma série de critérios e cumprir um grande número de condicionalidades. Desse modo, a configuração atual da política de AE se fundamenta na perspectiva da focalização das políticas sociais. (DUTRA, SANTOS, 2017, p. 164).

Essa configuração e o próprio entendimento do que é a assistência estudantil, segundo

Nascimento (2012) advém do entendimento e equiparações equivocadas que fazem dos conceitos: *assistência* e *necessidade*. Isso leva a dois entendimentos presentes na comunidade acadêmica: o primeiro de que a assistência estudantil faz parte da Política de Assistência Social; e o segundo é a limitação dada às necessidades dos estudantes, tidas como necessidades apenas para sobreviver.

No âmbito das políticas sociais no Brasil, a dimensão assistencial sofreu distorções que conferiram seu caráter emergencial e focalizado, de benesse e favor, distanciando-se da perspectiva do direito e aproximando-a das práticas assistencialistas. Essa manifestação também aparece na assistência estudantil, tanto na constatação de uma tendência geral de achar que as ações desta são extensões da Política de Assistência Social, como também ao influenciar as práticas profissionais e as definições governamentais. (NASCIMENTO, 2012). Em resumo,

[...] a implementação de uma Política de Assistência Estudantil reduzida a benefícios focalizados, emergenciais, destinados a um público específico, é fruto da forma como se configurou o assistencial, no Brasil, nos limites da formação social do país. Por isso, é importante enfatizar que a focalização, a seletividade e o caráter emergencial não são características próprias à Política de Assistência Social, esta também incorpora tais diretrizes, pelo mesmo motivo das demais políticas sociais de caráter assistencial. (NASCIMENTO, 2012, p. 151).

Ou seja, as políticas sociais passaram por um processo de assistencialização, que segundo Moraes (2010), fez a “administração da pobreza<sup>27</sup>” passar a figurar em todas as políticas sociais e não somente na política de Assistência Social. Desse modo, a função assistencial se tornou um instrumento fundamental de legitimação do Estado, mantendo as desigualdades sociais, isto é, “as ações estatais de caráter assistencial mantêm necessariamente este público circunscrito num ‘círculo’ de atenção do Estado, sem possibilidades de ruptura com estas condições.” (MORAES, 2010 p. 186).

Por essa lógica, perde-se a noção de totalidade social e a relação das políticas sociais com as demais políticas públicas, desarticulando-as também em relação à política econômica. Portanto, o combate à pobreza por meio de serviços assistenciais básicos, emergenciais, focalizados e precários passa ser a prioridade. Objetivamente,

---

<sup>27</sup>Consideramos a administração da pobreza como a “forma” capitalista contemporânea de trato das refrações da “questão social” numa perspectiva que as naturaliza como expressão e resultado natural de qualquer ordem social e que na atualidade devem ser mediadas por ações em conjunto com a “sociedade civil” para garantias dos mínimos de sobrevivência. Figura como combate à pobreza, mas conforma uma cultura que na verdade objetiva socializar as consequências da crise buscando o consenso e consentimento dos trabalhadores [...]. (MORAES, 2010 p. 177).

**São características do processo de assistencialização das políticas sociais:** o reordenamento da Seguridade Social no sentido da focalização, precarização e privatização; adensamento de uma perspectiva assistencial no campo da assistência, caracterizada pelas respostas estatais de caráter emergencial, contingenciadas e fragmentadas para o enfrentamento da pobreza. Traduzem-se, junto a este processo, pela naturalização das manifestações da questão social. (MORAES, 2010 p. 179, grifos meus).

Com isso, as desigualdades sociais são naturalizadas e as políticas sociais, ao invés de figurarem como conquistas, passam a ser vistas como benevolência, caridade, concessões do Estado, reproduzindo a cultura do favor, paternalistas e clientelísticas que aprisionam a classe trabalhadora, repelindo uma consciência de classe e a capacidade de organização. (PASTORINI, 2004).

Retornando à assistência estudantil, esta, definitivamente, deve ser entendida enquanto política educacional, e transpor à assistencialização vista na execução dos programas e ações, onde o atendimento às demandas estudantis se orienta pela dimensão focalizadora e fragmentada, restrita a critérios de sobrevivência dos estudantes, perdendo-se a perspectiva de afirmação de direitos. Ao contrário disso, a Política de Assistência Estudantil deve ser guiada pelo princípio da universalidade e não limitar suas ações – pontuais e de caráter financeiro – somente para os estudantes de baixa renda, mas promover uma formação plena, emancipadora e detentora de conhecimento político para todos. (DUTRA, SANTOS, 2017).

O outro conceito abordado por Nascimento (2012) e que vai perpassar a análise de dados a seguir é o da *necessidade*. A importância de tratá-lo e entendê-lo de forma crítica se dá pela centralidade dele nas ações da assistência estudantil e os envolvidos precisam ter em mente quais ou o que são as reais necessidades dos estudante; precisam ter a noção do que é necessidade de forma ampla, nas diversas dimensões que envolvem o ser social e não só naquelas que a autora destaca como as consideradas, equivocadamente, necessidades básicas: bolsas, alimentação e moradia.

Essa ampliação da abrangência dos programas da assistência estudantil só será possível se as diretrizes dos programas incorporarem as reais necessidades dos estudantes, o que requer que interpretação dessas necessidades estudantis seja feita de forma crítica. Tal feito permite extrapolar a dimensão somente biológica das necessidades estudantis, contribuindo teórico-metodologicamente para que a estruturação dos programas da assistência estudantil esteja coerente ao alcance de seu objetivo maior, quer seja, reduzir as desigualdades educacionais. (NASCIMENTO, 2012, p. 151).

O entendimento crítico e amplo do conceito de necessidades, enquanto orientador

imediate das ações da assistência estudantil, não pode se restringir às necessidades de sobrevivência, mas sim ter como pressuposto a condição e a realidade social, em que os estudantes estão inseridos, a fim de possibilitar o fortalecimento da Política de Assistência Estudantil. (NASCIMENTO, 2012).

Diante do exposto, os desafios são muitos. A Política de Assistência Estudantil não pode perder de vista a complexidade humana e todas as dimensões ligadas ao ser social e que as necessidades imediatas fazem parte deste complexo, mas não só elas. Por outro lado, foi possível constatar que essa focalização e fragmentação são características da conformação das políticas sociais no Brasil, que acabam por refletir nas políticas de educação, como a assistência estudantil.

Considerando os desafios, o Fonaprace (2012), em sua revista comemorativa traz uma série de ações de cunho universalizador para a assistência estudantil, a saber: programas e projetos de atenção à saúde física e mental; incentivo à formação de cidadania e à cultura; esporte e lazer; acessibilidade; inclusão digital; ensino de línguas estrangeiras e apoio pedagógico, com vistas à formação plena, consciência crítica, além da permanência, do bom desempenho acadêmico e redução das desigualdades educacionais.

É importante frisar que, infelizmente, há entraves de ordem prática para implementação desse caráter universalizador, entre eles os limites orçamentários e o quadro de servidores envolvidos com a política, tanto no que diz respeito à quantidade, como também às condições de trabalho. Aspectos que implicam na redução da política à concessões focalizadas e fragmentadas, e, além disso, a quantidade de benefícios não é suficiente para atender a demanda.

Tendo como base esse panorama, será possível identificar nos próximos tópicos deste capítulo, aspectos que representam bem a discussão acima.

## **5.2 Compreensão geral dos estudantes sobre a Política de Assistência Estudantil do campus**

Considerando meu objetivo geral e o primeiro objetivo específico irei neste tópico analisar e identificar a compreensão geral dos discentes do IFBA *Campus* Eunápolis acerca da Política de Assistência Estudantil. Serão destacados aspectos como definição geral, importância e papel da política para eles, quais os programas e projetos que são alvo de maior interesse dos estudantes, críticas ao processo de seleção, entre outros.

Para isso, utilizarei os dados coletados nas entrevistas, no bloco três<sup>28</sup> de perguntas, transcrevendo algumas falas, com o intuito de “penetrar nos significados que os atores sociais compartilham na vivência de sua realidade [...] [bem como, demonstrar] fidedignidade à compreensão do material e referida às relações sociais dinâmicas e vivas.” (MINAYO, 2014, p. 299).

Baseando-se no que ouvi e compreendi durante as entrevistas – compreensão essa que, segundo GADAMER (*apud* MINAYO, 2014), é diferente de contemplação, pois esta não aproxima o pesquisador à realidade vivida pelos sujeitos da pesquisa – identifiquei que eles definem a Política de Assistência Estudantil a partir das necessidades individuais e imediatas ou das experiências dos colegas de sala, dos amigos, dos relatos de dificuldades financeiras.

Por outro lado, eles conseguem compreender<sup>29</sup> também que a assistência estudantil é fundamental para a permanência e o êxito na vida escolar dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, como, por exemplo, nesses trechos:

Ação do instituto que visa garantir que o estudante ele de fato venha a conseguir acompanhar todo o ciclo da instituição. **(ESTUDANTE 08)**.

Exatamente isso né? Serve para justamente possibilitar que esse aluno consiga prosseguir no curso de forma mais tranquila, assim entre aspas de não se preocupar. **(ESTUDANTE 05)**.

É uma forma de garantir a diminuição da evasão né? **(ESTUDANTE 17)**.

Apoiar o estudante nesse processo de estudo né? **(ESTUDANTE 18)**.

Contribuir né? No crescimento no desenvolvimento do aluno em sala. **(ESTUDANTE 09)**.

Ou seja, ao mesmo tempo em que conseguem visualizar um dos principais objetivos da Política de Assistência Estudantil, que é a permanência, identificando o seu papel e a sua importância, as necessidades imediatas, ou melhor, os aspectos econômicos, prevalecem em diversos momentos de suas falas, principalmente, no que se refere ao transporte, à alimentação e à moradia. Reflexo, inclusive, da própria dinâmica de execução da política nas Instituições Federais de Ensino, que por questões orçamentárias, administrativas e equivocadas, elege como prioridade os critérios essencialmente econômicos e as necessidades de sobrevivência, conforme discutido acima.

Além disso, cabe destacar também o entendimento por muitas vezes equivocado referente à “cobertura” da assistência estudantil, isto é, até que ponto as necessidades deles

---

<sup>28</sup> Apêndice C - roteiro de entrevistas semiestruturado/ bloco: compreensão sobre a política de assistência estudantil do campus (p.127)

<sup>29</sup> Apêndice C - roteiro de entrevistas semiestruturado/ bloco: compreensão sobre a política de assistência estudantil do campus (questão 8, p.130).

fazem parte do rol de ações da política, da efetivação do direito à educação de superação da cultura tão arraigada do favor e da benesse. Como pode ser observado nesta fala do **estudante 05**:

Por exemplo, se tem que ter coisas básicas dentro de casa, então o auxílio possibilita ter uma pessoa que passa algum tipo de necessidade dentro de casa, não ter esse tipo de preocupação [...].

Ou ainda, nesses trechos da fala do **estudante 03**:

Assim...é... Como a visão como a gente acabou de falar né? É diminuir a própria desigualdade social porque eu creio que essa seja a total visão [...] A minha visão é que eu vejo que vocês tentam realmente abranger a questão social ali colocando todo mundo num patamar só.

O caminho a ser seguido deve ser o da “superação de uma política que apenas compensa carências, necessidades e privações, uma política que realiza uma série de violações e negação de direitos quando se seleciona os ‘mais pobres’, os ‘mais necessitados’, os ‘mais merecedores’ de ingresso e participação em auxílios de assistência.” (PINHEIRO, 2016, p. 15).

Quanto ao papel da assistência estudantil<sup>30</sup> na vida acadêmica, todos que responderam afirmaram que os auxílios e bolsas contribuem muito para a continuidade deles no curso, impedindo até uma possível desistência por questões financeiras.

Assim, eu vejo como algo muito positivo dentro da escola porque eu já ouvi falar de casos de pessoas que tiveram que sair porque a situação financeira em casa não estava muito legal. E aí tipo, eu não sei se essa pessoa chegou a conhecer essa política e tal, e... mas assim teve que sair. Então, quando essa política atinge uma pessoa que esteja nessa situação, ela pode até mesmo reverter essa situação de saída do estudante da escola. Então, para mim isso é algo muito positivo e nem só em situações de realmente de sair mas tem situações que realmente vai ajudar a família e a pessoa em casa, né? Então para mim é muito positivo. (**ESTUDANTE 04**).

Outra questão que se repetiu por várias vezes durante as entrevistas foi, segundo eles, o alto custo para se manter na escola. Despesas com alimentação, principalmente para os alunos do ensino médio integrado que tem atividades no contra turno das aulas; gastos com transporte ou ainda custo com aluguel, pois muitos estudantes vêm de cidades circunvizinhas como Itamaraju, Itabela, Guaratinga, Itagimirim, Porto Seguro, Salto da Divisa (MG) entre outras, para estudar no campus. Outro ponto levantado pelos alunos do subsequente foi sobre

---

<sup>30</sup> Apêndice C - roteiro de entrevistas semiestruturado/ bloco: compreensão sobre a política de assistência estudantil do campus (questão 10, p.130).

o impedimento de trabalhar, pois os estágios obrigatórios curriculares ocorrem logo no início do curso em horários e locais variados, impossibilitando muitas vezes de cumprir uma carga horária padrão no mercado de trabalho.

Perguntei também<sup>31</sup> quais os programas e projetos da Política de Assistência Estudantil eram alvos de maior interesse entre os estudantes, para identificar se eles tinham noção e conhecimento da abrangência da política, se eles iriam citar os outros programas, além do PAAE que oferta os auxílios transporte, alimentação, bolsa de estudos e moradia. Majoritariamente apareceram esses auxílios supracitados, com diferentes justificativas para a preferência, e o único programa que foi citado além do PAAE foi o Programa de monitoria. Vejamos abaixo as transcrições das falas quanto ao tema:

Olha, em relação ao PAAE é porque os próprios alunos eles não precisariam desempenhar nenhuma outra atividade. Eles receberiam apenas aquele valor, no caso o estudante ele não precisaria trabalhar para poder estar exercendo aquela atividade, porque a gente sabe que as atividades do IFBA ela já tem um peso significativo, então para o aluno é melhor ele receber um valor mesmo que em poucas parcelas, que dê para ele continuar o curso, do que ele ter que desempenhar mais uma atividade que vem a somar com as atividades que ele já realiza na instituição né? Das componentes curriculares obrigatórias. **(ESTUDANTE 08)**.

E também um pouco mais de comodidade né? Porque a monitoria por exemplo, às vezes o aluno não se identifica com esse campo de ensino, né? Às vezes não tem essa prática né? Como é que eu posso dizer? ... É que aí tem a preferência mesmo com o auxílio que acho que é uma coisa que as pessoas que não têm esse interesse em ser monitores abrange, né? **(ESTUDANTE 05)**.

Eu creio que são esses aí mesmo a alimentação e o transporte. Claro que tinha a bolsa de estudos também, mas como tinha as necessidades por, por utilização, né? No caso do transporte e alimentação que eram as o que as pessoas mais usavam, assim a maioria, então são esses dois aí. **(ESTUDANTE 02)**.

Geralmente todo mundo fica de olho no, é...como é que fala? No bolsa estudo se não me engano, que é o que antes acho que era maior do que os outros, mas ouvia colegas meus que dava mais e isso tinha colega meu mesmo que de outras cidades que ficava de olho mais no transporte, não ia nem pela questão do valor do do bolsa de estudo, realmente olhava para o transporte porque via que era uma necessidade deles, eles realmente iam lá e se inscreviam no transporte. **(ESTUDANTE 15)**.

Inevitavelmente surgiram críticas ao processo de seleção e acho justo com os participantes da pesquisa que elas sejam citadas aqui, a fim de contribuir com melhorias para a instituição. As principais foram: pouca publicização dos processos, dos editais e das ações da assistência estudantil; a falta da assistente social<sup>32</sup> que provocava muita lentidão na conclusão do processo e, conseqüentemente, atraso nos pagamentos; e, por fim, a pouca autonomia dos próprios alunos em procurar informações no setor específico. Inclusive um dos

---

<sup>31</sup> Apêndice C - roteiro de entrevistas semiestruturado/ bloco: compreensão sobre a política de assistência estudantil do campus (questão 11, p.130).

<sup>32</sup> Que no momento das entrevistas ainda não tínhamos, como explicado no primeiro capítulo.



entrevistados fez uma sugestão para o campus organizar um Workshop da Assistência Estudantil e, além de concordar plenamente, acredito que seria um momento importante para possibilitar maior conhecimento entre os estudantes, não só em relação aos processos seletivos, mas principalmente para apresentar todo o processo histórico e as legislações que estão por trás do recebimento de uma bolsa ou auxílio, enquanto direito social. Segue a transcrição da sugestão, inclusive ele deu um exemplo típico do uso equivocado que os estudantes fazem dos auxílios da PAAE.

Talvez futuramente seria interessante, agora uma sugestão minha, que eu sou um pouco mais ousado, você nem pediu, mas eu já vou falando. Talvez futuramente seria interessante é... a gente em parceria com o Grêmio talvez uma assembleia ou um workshop explicando definitivamente o que é o a assistência estudantil e qual a importância dela, porque tem gente que utiliza esse benefício para outros campos, para outras coisas. Eu já ouvi uma vez uma amiga minha ficou até chateada, hoje ela é muito amiga minha ainda, mas ela ficou chateada porque ela ganhou o auxílio de quatrocentos e pouco na época, quinhentos e pouco não me lembro bem. E ela juntou três auxílios e comprou um celular. Ai eu falei, mas meu anjo você não queria esse bendito desse auxílio pra se manter na instituição, “praga”!?. Ai é uma e talvez vocês explicando e enfatizando que não são todas as instituições que dão esse direito, que esse direito uma hora pode acabar e se não for usado adequadamente pode ser retirado. Qual é o benefício. Enfim, todo contexto, eu acho que auxiliaria melhor a nossa realidade. (ESTUDANTE 14).

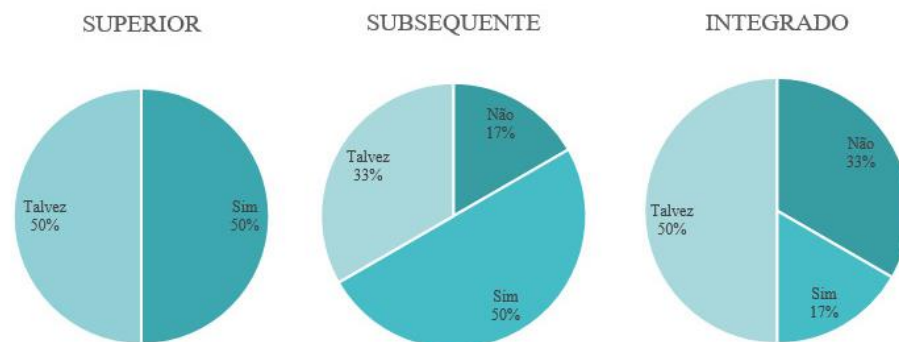
Portanto, diante do que foi dito durante as entrevistas, a compreensão da assistência estudantil para eles é apreendida em sua superficialidade. Mesmo alguns tendo consciência de que é um direito ou conhecimento de que um dos objetivos da política é dar condição para a permanência e o êxito a estudantes em vulnerabilidade social, a maioria dos sujeitos da pesquisa não a compreende como processo sócio-histórico, como fruto de uma conquista de lutas sociais. Em nenhum momento eles se expressaram nessa direção. A maioria deles, principalmente os estudantes das modalidades do integrado e do subsequente, a percebem no imediatismo das suas necessidades e não como parte de uma Política de Educação, que deve ser compreendida como direito social e não concessões governamentais. (PINHEIRO, 2016).

Isso se dá, como percebido, muitas vezes por falta de conhecimento quanto aos temas de políticas públicas e direito de forma geral, reflexo inclusive do que ocorre com as políticas sociais no Brasil e seus principais demandantes. Dessa forma, posso aqui validar a minha primeira hipótese que era a de que havia compreensões equivocadas entre os discentes no que tange à Política de Assistência Estudantil, não compreendendo-a como processo sócio-histórico e apreendendo-a somente em sua superficialidade.

### 5.3 Mosaico de compreensões: a assistência estudantil por modalidade de ensino.

A fim de cumprir meu segundo objetivo específico que é: “diferenciar as compreensões identificadas sobre a Política de Assistência Estudantil entre as três modalidades de ensino do *Campus* Eunápolis, bem como entre os contemplados e não contemplados pelo Programa de Assistência e Apoio ao Estudante (PAAE) de 2019” vou utilizar as respostas do Questionário e reproduzir fielmente o que eles escreveram, destacando as modalidades em cada coluna das tabelas, pois acredito que facilitará a visualização das diferenças entre elas, uma vez que em minha segunda hipótese afirmei que: há diferentes compreensões entre as três modalidades em relação à Política de Assistência Estudantil, pois os diferentes perfis de estudantes que delineiam cada modalidade de ensino, como, por exemplo, trajetória e/ou momento escolar, idade, objetivos buscados com os estudos, entre outros aspectos, fazem diferença na compreensão.

A primeira diferenciação entre as modalidades será discutida mais a frente na **Tabela 6** que perguntou o que para eles é a Política de Assistência Estudantil do *Campus*, mas antes destaco no **Gráfico 12** um dado quantitativo em relação ao conhecimento dos estudantes quanto à Política de Assistência Estudantil do *campus*.



**Gráfico 12: Conhecimento da política de assistência estudantil por modalidade**

Por essa representação gráfica acima, percebe-se que nenhum estudante do Superior marcou que não conhecia, ao contrário dos estudantes do Integrado que 33% afirmaram que não conhecia contra apenas 17% disseram que conhecia. Já entre os estudantes do Subsequente 50% afirmaram conhecer a Política de Assistência Estudantil do *Campus*.

Já em relação à Resolução nº 25 que é o documento que regulamenta a Política de Assistência Estudantil do IFBA, analisando de forma geral sem separar por modalidade, apenas 11% disseram que conheciam a Resolução, contra 78% que afirmaram não conhecer, somado ainda a 11% que não sabiam informar se conheciam ou não. Esse cenário de quase

que total desconhecimento do principal Regulamento da assistência estudantil do campus pode ser considerado uma das explicações para os equívocos e lacunas existentes entre os estudantes quanto ao objeto de estudo deste trabalho.

Outra forma de identificar o conhecimento deles no que se refere à Política de Assistência Estudantil do *Campus* foi pedindo para eles marcarem quais dos programas/projetos/ações elencados em um das alternativas do Questionário<sup>33</sup>, faziam parte da Política, eram 13 alternativas, sendo que 8 (com destaque em verde e negrito na **Tabela 5** abaixo) fazem parte e as outras não. Tem-se então o seguinte panorama:

PROGRAMAS/PROJETOS/AÇÕES	ENSINO SUPERIOR	ENSINO MÉDIO SUBSEQUENTE	ENSINO MÉDIO INTEGRADO	TOTAL GERAL
<b>Programa de Monitoria</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>10</b>
Bolsa de Estágio	1	4	2	7
<b>Almoxarifado Social</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>5</b>
Programa de Extensão	1	0	3	4
<b>Programa de Assistência e Apoio ao Estudante (PAAE)</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>18</b>
<b>Programa Auxílio Viagens</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>7</b>
<b>Programa de Iniciação Científica (PIBIC)</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>7</b>
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	3	3	4	10
<b>Programa de Mobilidade Acadêmica</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>3</b>
<b>Programas Universais</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>
Viagem Técnica	0	2	1	3
Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas	2	2	3	7
<b>Bolsa PINA (Projetos de Incentivo a Aprendizagem)</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>7</b>

**Tabela 5: Programas/projetos e ações que os estudantes conhecem**

Diante das respostas, dos três mais citados, dois – Programa de Monitoria e PAAE – fazem parte da Política de Assistência Estudantil do Campus, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) não faz parte, mas tanto quanto o PAAE ele é muito popular entre os estudantes, pois é responsável pela a merenda escolar diária. Importante ressaltar que todos marcaram o PAAE e igualmente ao ocorrido nas entrevistas é o mais conhecido entre eles.

Outro aspecto a ser destacado é em relação aos três menos marcados – Programa de Mobilidade Acadêmica; Programas Universais e Viagem Técnica – os dois primeiros fazem parte da Política, mas de fato são pouco conhecidos entre a comunidade acadêmica como

<sup>33</sup> Questão 37 (Apêndice B; p. 126)

todo, pois o Programa de Mobilidade Acadêmica tem a ver com intercâmbio e os Programas Universais têm sido executados há pouco tempo no campus e, por enquanto com baixa adesão entre os servidores e estudantes. No que se refere ao comparativo entre as três modalidades, notou-se que não há grandes diferenças entre as escolhas.

Continuando com a mesma dinâmica do capítulo anterior, os dados apresentados a seguir serão pela ordem da realização das entrevistas: primeiro as respostas do Ensino superior, depois do Ensino médio subsequente e por último o Ensino médio integrado.

Na **Tabela 6** abaixo consta a seguinte pergunta: Para você o que é a Política da Assistência Estudantil do Campus, e entre todas as respostas, notou-se variadas definições, transitando entre *ajuda aos alunos, apoio para permanência, suporte, órgão responsável, política, ação, departamento*, entre outros.

Para você o que é a Política de Assistência Estudantil do Campus?		
ENSINO SUPERIOR	ENSINO MÉDIO SUBSEQUENTE	ENSINO MÉDIO INTEGRADO
Uma política que tem como objetivo assegurar a possibilidade das pessoas mais vulneráveis perante à sociedade terem condições de se manterem enquanto estuda e fazer com que mais pessoas possam alcançar seus objetivos em determinados cursos com a ajuda financeira.	Uma ação que visa a promoção do acesso, da vida instável e dos propósitos nas perspectivas de inclusão social e da produção e desenvolvimento para melhorar o desempenho acadêmico do discente.	É o órgão responsável por ajudar tanto psicologicamente quanto financeiramente os alunos do campus.
Eu cheguei a conhecer um pouco, quando fiquei sabendo do auxílio. Acredito que é voltado para auxiliar e defender os direitos dos estudantes que precisam de ajuda para poder estudar, e não tem muito recurso para tal.	Não sei informa	Um departamento responsável por auxiliar na permanência do estudante no campus.
Na minha concepção, essa política do campus pode ser entendida como um canal de apoio direto aos estudantes que se encaixam no caráter de alta vulnerabilidade socioeconômica. Seria uma possibilidade de entender os atravessamentos dos estudantes, permitindo que soluções sejam criadas e impactos das desigualdades sejam minimizados.	É uma assistência estudantil que apoia o aluno.	Uma política que visa selecionar alunos que necessitam de um auxílio e assim contempla-los.
Um apoio para permanência na curso	É uma ajuda para os alunos que não possuem uma renda suficiente.	Não sei me expressar
É onde o aluno vai pedir socorro toda vez que o calo apertar, seja para pedir uma ajuda financeira, ou para conversar e pedir ajuda psicológica, assistência estudantil é de suma importância no campus, porém nem todo mundo sabe usar.	É uma forma de manter os alunos que nao possuem uma boa estrutura financeira no mundo dos estudos.	É basicamente o suporte e auxílio que todos os estudante que necessitam, deveria receber. Literalmente, todo o processo da política do campus é incrível e extremamente visada na situação socioeconômico, e isso permite que os estudantes se mantenham em todos os sentidos dentro da instituição.
Ao meu ver, a política de assistência estudantil diz respeito a política educacional, cujo objetivo é garantir e assegurar os direitos conquistados pela sociedade, no que concerne a os direitos dos estudantes, os quais, garantem a redução das desigualdades, êxito no estudos e permanência em processo de formação continuada.	Um apoio ao estudante em situação de vulnerabilidade..	Um conjunto de assistências dadas ao estudantes com pouca ou nenhuma renda, seja elas de moradia, alimentação, transporte...

**Tabela 6: Para você, o que é política de assistência estudantil do campus?**

Notadamente, nas definições acima, as dos participantes do Ensino Superior são as mais completas, um pouco mais aprimoradas e mais próximas do que de fato é uma Política de Assistência Estudantil, igualmente ao que foi verificado no decorrer das entrevistas, conforme já mostrado no capítulo anterior.

Além disso, com essas respostas é possível retomar as discussões trazidas no tópico 4.3 quando apresentei as duas perspectivas sobre política social (tradicional e marxista). Onde a primeira é mais difundida e é executada pelo capitalismo como forma de assegurar a sua produção e reprodução, uma vez que não atinge a raiz da questão social. Isso acaba por propagar a visão focalizada e o papel compensatório e imediato das políticas sociais, atrelada ainda a cultura do favor e da benesse, características da formação social brasileira, e, como verificado, do conhecimento dos estudantes quanto à assistência estudantil. Ou seja, a compreensão dos estudantes reflete a realidade brasileira no que diz respeito às políticas sociais, se reconhecendo como “receptores de um benefício” e não sujeitos de direitos de uma Política.

A Tabela 7 abaixo, diz respeito ao principal objetivo da Política para os sujeitos da pesquisa, e, novamente a palavra *ajuda* aparece algumas vezes, mas também as palavras *acesso*, *permanência*, ou ainda, *diminuir a evasão*, bem como as definições a partir das necessidades imediatas, igualmente citadas nas entrevistas e discutidas no tópico 5.1 deste trabalho. E novamente, as respostas do Ensino Superior se mostram mais consistentes.

Para você qual é o objetivo principal da Política de Assistência Estudantil do Campus?		
ENSINO SUPERIOR	ENSINO MÉDIO SUBSEQUENTE	ENSINO MÉDIO INTEGRADO
O objetivo é amparar os alunos para que eles não precisem passar por certas questões enquanto estuda, como a não alimentação, a falta de apetrechos tecnológicos, ou até mesmo a falta de moradia.	Promover o acesso e a produção de desenvolvimento do aluno.	Promover assistência aos alunos para que possam estudar sem dificuldades.
Como citei na pergunta anterior, acredito que seja a criação de projetos que visa auxiliar e defender os direitos dos estudantes que precisam de ajuda para poder estudar, e não tem muito recurso para tal.	Ajuda os alunos que estão precisando de uma ajuda naquele momento	Diminuir o índice de evasão escolar por questões econômicas, psicológicas e sociais.
Atender o público que vive em condições de desfavorecimento na sociedade.	É garantir a presença dos estudantes de baixa renda na escola.	Ajudar o maior número de alunos possível.
Um apoio para ajudar a permanência de alunos de baixa renda em cursos de graduação.	Ajudar o estudante sem renda nas despesas, dando uma condição de estudo melhor.	Não sei me expressar
O objetivo, ter uma menor taxa desistência nos cursos por falta de recursos .	Dar apoio financeiro e psicológico para alunos menos favorecidos	Mantimento e manutenção das necessidades dos estudantes do IFBA Eunápolis.
Reduzir e superar as desigualdades de acesso e Contribuir para a permanência dos estudantes com êxito no estudos. Tudo isto por meio do programa de assistência e acompanhamento dos estudantes.	Ajudar em casos de transporte, alimentação e estudos, aos estudantes. Em caso de alunos que estuda em curso subsequente, pos nao tem como trabalhar ,por conta da quantidade de estagio.	Resumindo, acredito que o principal objetivo seja o de auxiliar o estudante na sua atividade estudantil durante sua passagem pelo Campus.

**Tabela 7: Objetivo da política de assistência estudantil do campus**

No tópico supracitado, eu destaco o atendimento às necessidades de sobrevivência imediatas dos estudantes tida como a principal ação da Política de Assistência Estudantil, não só pelos estudantes, como percebido neste trabalho, mas também pela equipe executora. Portanto, se faz necessária uma conscientização da comunidade acadêmica quanto à dimensão social e política da assistência estudantil, a fim de fortalecê-la.

Na **Tabela 8** a seguir, foi perguntando como que na visão deles era o conhecimento dos outros estudantes em relação à Política de Assistência Estudantil, e todas as respostas partiram do mesmo princípio, de que conhecem pouco, ou de forma superficial, ou só conhecem aqueles que precisam dos auxílios e bolsas, o que baseado no meu cotidiano de trabalho e observações, acredito que seja uma realidade.

<b>Como você acredita que é o conhecimento dos demais estudantes acerca da Política de Assistência Estudantil do campus?</b>		
<b>ENSINO SUPERIOR</b>	<b>ENSINO MÉDIO SUBSEQUENTE</b>	<b>ENSINO MÉDIO INTEGRADO</b>
Acredito que um pouco superficial, talvez.	Creio que boa.	Acho que poucos alunos tem conhecimento
Conhecendo e conversando com alguns colegas percebo que são poucos que conhecem ou sabem da existência, principalmente falando em termos de auxílio alguns só sabem sobre a inscrição depois do termino.	Não sei informa	Mediano, uma vez que muitos só conhecem o departamento por causa do PAAE e, por isso, acreditam que essa é a sua única função.
Eu acredito que há uma grande parcela de estudantes que possuem conhecimento da política assistencial por depender da mesma. Nesse caso, por ter a necessidade de ler editais e se inscrever em processos de bolsas e auxílios de forma anual. Por outro lado, estudantes que não precisam do recurso, não imaginam a dimensão e a importância do programa.	Acho que muitos não sabem por falta de interesse dos próprios ou por falta de palestras no campus, quando tinha aulas presenciais eu nunca vir uma palestra explicando com detalhes de como realmente funciona, ja teve um encontro online falando do auxílio, mas não dessa política de assistência se ja teve não assistir, desculpa.	Acho que no geral os alunos possuem um conhecimento médio acerca dessa política.
Acredito que conheço	Creio que seja algo superficial.	Baixo, muitos entendem porém alguns que é o meu caso, sabem do que se trata mas não tem uma ideia fundamentada.
Creio que poucas pessoas conhece..	Para os novos matriculados acredito que pouco. Mas com um tempo as informações vão ficando mais claras.	É bastante divergente, uma parte realmente utiliza o programa como suporte e oportunidade necessária, outros vêm apenas como oportunidade de se beneficiar.
Bem! penso que a grande maioria, devam saber de que se trata de processos que visam assegurar seus direitos, mas com rigor na seleção, pois somente os mais vulneráveis socioeconomicamente necessitam de tais assistências.	Falando por todos estudantes, pensamos que e uma ajudar muito grande, so deixa a desejar a demora dos pagamentos, mais entendemos que tem toda uma burocracia para a liberação e delação .	Acredito que todos o conheçam pelo mínimo quando se fala a respeito dos auxílios prestados. Mas sei que vai muito além disso, como os programas de monitoria, de acompanhamento ( pedagógico, psicológico, de saúde etc).

**Tabela 8: Opinião dos participantes da pesquisa de como é o conhecimento dos outros estudantes sobre a política de assistência estudantil do campus**

Além disso, é possível notar duas críticas negativas que também apareceram nas entrevistas. A primeira é que eles acabam culpando a instituição/setor pelo baixo conhecimento dos alunos em relação à Política e a outra é sobre o “uso incorreto” dos auxílios e bolsas que os estudantes fazem, como citado nas entrevistas. Ressalto aqui uma uniformidade entre as respostas das três modalidades na tabela acima.

Antes de concluir esta parte do trabalho, preciso ressaltar que no meu segundo objetivo específico, pretendia diferenciar as compreensões entre os contemplados e não contemplados pelo Programa de Assistência e Apoio ao Estudante (PAAE) de 2019. Entretanto, durante toda a execução da coleta de dados, tanto nas entrevistas, como na aplicação do Questionário, não identifiquei, enquanto pesquisadora atenta à subjetividade dos sujeitos, nenhuma diferença entre eles.

Essa diferença não foi encontrada porque mesmo aqueles que não foram contemplados com o PAAE de 2019, são demandantes do programa, ou seja, são estudantes que se inscreveram para participar da seleção, mas por diversos motivos, inclusive falta de documentação, mesmo fazendo parte do perfil de vulnerabilidade social, não foram selecionados. Nesse caso, acredito que para conseguir fazer alguma diferenciação entre as compreensões se faz necessário escolher estudantes que não são demandantes da Política ou do PAAE, pois só assim será possível traçar de fato perfis diferentes.

Por fim, considerando toda exposição acima dos dados, confirmo a minha hipótese de que há diferentes compreensões entre as três modalidades de ensino do campus no que tange à Política de Assistência Estudantil. E que de fato as diferenciações são por causa dos perfis dos estudantes que delineiam cada modalidade de ensino, como, por exemplo, trajetória e/ou momento escolar, idade, objetivos buscados com os estudos, entre outros. Por exemplo, durante toda a coleta de dados os estudantes do Ensino superior se destacaram com respostas um pouco mais completas e aprimoradas, provavelmente devido ao maior grau de instrução em relação às outras duas modalidades.

Foi possível perceber também certa imaturidade na compreensão dos estudantes do Ensino médio integrado, além de dificuldades para se expressar durante as entrevistas. Quanto aos estudantes do Ensino médio subsequente foi observado o maior grau de imediatismo na compreensão, certamente devido ao seu próprio perfil de alunos que estão focados no mercado de trabalho, na formação rápida e quase que puramente técnica.

#### 5.4 Relações entre a vivência de expressões da questão social e as compreensões dos discentes quanto à Política de Assistência Estudantil

Neste último tópico pretendo apresentar dados relacionados ao meu terceiro objetivo específico que é: “analisar a relação entre a vivência de expressões da questão social e as concepções dos discentes sobre a Política de Assistência Estudantil”.

Para isso, selecionei dois aspectos relacionados às expressões da questão social: renda e desemprego, distribuídos em três perguntas do Questionário, que sejam: Qual é a renda PER CAPITA da sua família? Qual a sua situação ocupacional? Qual(is) a maior(es) necessidade(s) de sua família hoje? Primeiro, esses dados serão apresentados e analisados individualmente, posteriormente, vou relacioná-los, também individualmente, às compreensões coletadas no Questionário por meio da pergunta: para você o que é a Política de Assistência Estudantil do Campus?

O primeiro dado apresentado é sobre a renda per capita mensal familiar. Analisando o gráfico abaixo verifica-se que 39% estão na faixa de renda de 0 a meio salário mínimo, o que segundo o Decreto nº 11.016, de 29 de março de 2022 é considerado baixa renda. Destaca-se também que mais 39% estão na faixa de meio a um salário mínimo.



**Gráfico 13: Renda per capita**

Ressalta-se que apesar desse grupo (faixa de meio a um salário mínimo) não ser considerado pelo Decreto pessoas de baixa renda, sabe-se que são famílias que vivem em situação de pobreza e que nem sempre a renda é o principal fator para isso. Existem outras variáveis. Ou seja, a pobreza deve ser

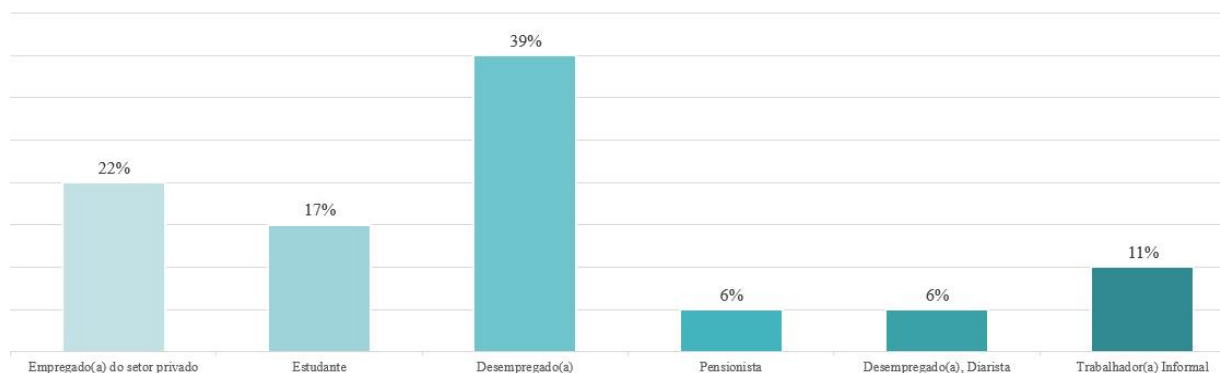
[...] entendida enquanto fenômeno estrutural, complexo, de natureza multidimensional, relativo, não podendo ser considerada como mera insuficiência de renda. É também desigualdade na distribuição da riqueza socialmente produzida; é



não acesso a serviços básicos; à informação; ao trabalho e a uma renda digna; é não participação social e política. Esse entendimento permite desvelar valores e concepções inspiradoras das políticas públicas de intervenção nas situações de pobreza e as possibilidades de sua redução, superação ou apenas regulação. (SILVA, 2010, p. 157).

Foi possível constatar ainda que 89% estão na faixa de renda de até um salário mínimo e meio per capita familiar, perfil prioritário do PNAES.

O próximo dado é sobre a situação ocupacional dos estudantes e conforme o **Gráfico 14** apresentado abaixo, a situação de desemprego destacou-se bastante em relação às outras situações, 45%<sup>34</sup> afirmaram estar desempregados.



**Gráfico 14: Situação ocupacional**

Essa informação reflete muito o atual mercado de trabalho no Brasil, pois segundo o IBGE, no 1º trimestre de 2022 a taxa de desemprego foi de 11,1%<sup>35</sup>. Apesar de não ser a pior dos últimos anos ainda é considerada alta. Analisando a série histórica do IBGE dos últimos 10 anos, desde 2016 essa taxa fica acima de 10%<sup>36</sup> e a mínima registrada foi em 2014 quando ficou em 4,8%.<sup>37</sup>

Apesar de não ser o foco deste trabalho se faz necessário destacar alguns pontos dessa importante expressão da questão social, uma vez que ela se apresentou de forma tão relevante na pesquisa. Existem as características econômicas próprias do atual governo que junto à pandemia da COVID 19, acirrou traços existentes no país, tais como alta da inflação, perdas associadas à renda, alta informalidade da força de trabalho e o próprio desemprego. Uma vez

<sup>34</sup> Desempregado e desempregado/diarista.

<sup>35</sup> Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>

<sup>36</sup> [https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continuotrimestral.html?=&t=seriesistoricas&utm\\_source=landing&utm\\_medium=explica&utm\\_campaign=deseemprego](https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continuotrimestral.html?=&t=seriesistoricas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=deseemprego)

<sup>37</sup> <https://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2015/01/brasil-encerra-2014-com-menor-taxa-de-desemprego-ja-registrada.html>

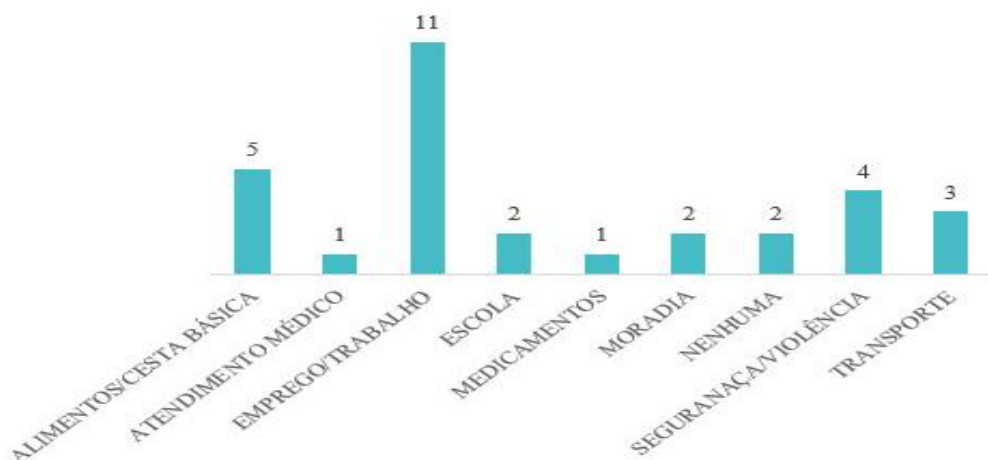
que o Governo Bolsonaro adotou

[...] explicitamente uma agenda ortodoxa-liberal. Esta agenda tem direcionado a economia para um novo modelo de desenvolvimento, baseado em reformas liberalizantes (reforma trabalhista, reforma previdenciária, etc.) e na reafirmação das políticas econômicas conduzidas de forma ortodoxa: uma política monetária mais conservadora (sob argumento de “ancorar expectativas inflacionárias” dos agentes), uma política fiscal contracionista (implementação do teto de gastos com base no argumento da “contração fiscal expansionista”), e uma política cambial mais flexível (inclusive sinalizando para maior conversibilidade do real). (OREIRO; PAULA, 2019, p. 2)

Mas além desses fatores conjunturais, é importante abordar, ainda que brevemente, os traços estruturais do desemprego que atinge profundamente os trabalhadores e a economia brasileira. Em conformidade com Santos (2012) destaco as seguintes particularidades: “flexibilidade estrutural do nosso mercado de trabalho que produz altos índices de rotatividade da mão de obra. As faculdades amplamente concedidas aos empregadores na definição de contratações e demissões [...]” (p.194), além da “precariedade das ocupações” (p. 232) e da

[...] elevada disponibilidade de mão de obra, resultante da manutenção das estruturas fundiárias concentradas, somada ao perfil da legislação sobre o trabalho no Brasil, cujos parâmetros de proteção social foram instituídos de modo seletivo, fizeram da informalidade e do desemprego realidades que se reproduzem de longa data no país. (SANTOS, 2012, p. 195).

Dito isso, para ratificar ainda mais essa discussão acima sobre o desemprego como expressão da questão social, que permeia e é transversal à formação do mercado de trabalho brasileiro, ao perguntar aos estudantes qual era a maior necessidade das suas famílias atualmente, dos 18 participantes, 11 responderam que era emprego/trabalho, como pode ser visto no gráfico a seguir:



**Gráfico 15: Necessidades familiares**

Evidenciou-se dessa forma, com a análise dos dados acima, as expressões da questão social: pobreza e desemprego. Mas conforme Santos (2012) é importante frisar que apesar de serem conhecidas, debatidas amplamente e “andarem juntas” elas são diferentes e que as políticas de assistência social não podem substituir as políticas de emprego.

Frente à informalidade, perdas no valor da renda, subemprego, o que cada vez mais tem sido observado são as ações assistenciais sendo direcionadas para lidar com o desemprego, igualando-o à pobreza. “Exemplos disso são os programas de transferência de renda e ‘capacitação’ para jovens e adultos, assentados na ‘ideologia da flexibilização’, ou seja, fomentando ilusões, sem a menor sustentação, acerca de inserções ‘autônomas’ no mercado de trabalho.” (SANTOS, 2012, p. 201).

Seguindo para a última parte da análise, que é verificar se as compreensões dos estudantes em relação à Política de Assistência Estudantil tem relação com as vivências das expressões da questão social expostas acima, apresento abaixo duas tabelas com as definições dos sujeitos da pesquisa no Questionário sobre o que para eles é a Política de Assistência Estudantil do *campus*. Destaco na primeira as que considero mais consistentes, e/ou completas a partir de toda discussão desta dissertação e, na segunda, as que considero incompleta. Para essa última consideração, foquei em termos como: “*não sei informar*”, “*não sei me expressar*” “*ajuda*”, “*manter os alunos*”. Tudo isso relacionado aos dados discutidos acima (Renda per capita, situação ocupacional e maior necessidade familiar).

Metodologicamente irei fazer inferências sobre o que foi verificado em cada tabela, a partir do total de resposta que apareceu para cada índice e ao final concluir se existe ou não essa relação proposta no meu terceiro objetivo específico.

Na primeira tabela abaixo, das 18 respostas, 11 estão consideradas como as mais consistentes, e dessas 5 estão na faixa de renda de 0 a meio salário mínimo, 3 na faixa de renda de meio salário mínimo a um salário mínimo, 1 na faixa de um salário mínimo a um salário mínimo e meio e 2 na faixa acima de um salário mínimo e meio. Por aqui é possível perceber que a renda baixa não influenciou nas definições, pois a maioria das respostas consideradas mais completas, se encontra na menor faixa de renda.

Quanto à situação ocupacional, a mesma inferência de cima, das 11 respostas, 5 estão na situação de desempregado, 3 na situação de estudante, 2 de empregado do setor privado e 1 trabalhador informal. Quanto às necessidades familiares, por serem respostas variadas, dificultou-se o agrupamento das categorias, mas de qualquer forma, a maioria (3 respostas) está entre as que indicaram a necessidade de emprego/trabalho.

Para você o que é a Política de Assistência Estudantil do Campus?	RENDA PER CAPITA				SITUAÇÃO OCUPACIONAL					NECESSIDADES FAMILIAR										
	De 0 a meio Salário mínimo	De meio Salário mínimo a um Salário mínimo	De um Salário mínimo a um Salário mínimo e meio	Acima de um salário mínimo e meio	Desempregado (a)	Pensionista	Empregado(a) do setor privado	Trabalhador(a) Informal	Estudante	Emprego/trabalho, Alimentos/cesta básica Segurança/violência	Emprego/trabalho Alimentos/cesta básica	Emprego/trabalho Escola, Transporte, Moradia	Emprego/trabalho Moradia	Emprego/trabalho, Segurança/violência	Transporte	Nenhuma	Alimentos/cesta básica, Escola	Atendimento médico, Segurança/violência, Nenhuma	Alimentos/cesta básica, Medicamentos	
Uma ação que visa a promoção do acesso, da vida instável e dos propósitos nas perspectivas de inclusão social e da produção e desenvolvimento para melhorar o desempenho acadêmico do discente.	1				1					1										
É uma assistência estudantil que apoia o aluno.	1				1					1										
Eu cheguei a conhecer um pouco, quando fiquei sabendo do auxílio. Acredito que é voltado para auxiliar e defender os direitos dos estudantes que precisam de ajuda para poder estudar, e não tem muito recurso para tal.	1				1					1										
Um apoio para permanência na curso	1				1						1									
Ao meu ver, a política de assistência estudantil diz respeito a política educacional, cujo objetivo é garantir e assegurar os direitos conquistados pela sociedade, no que concerne a os direitos dos estudantes, os quais, garantem a redução das desigualdades, êxito no estudos e permanência em processo de formação continuada.		1			1								1							
Um apoio ao estudante em situação de vulnerabilidade..			1				1							1						
É basicamente o suporte e auxílio que todos os estudante que necessitam, deveria receber. Literalmente, todo o processo da política do campus é incrível e extremamente visada na situação socioeconômico, e isso permite que os estudantes se mantenham em todos os sentidos dentro da instituição.				1			1											1		
Um conjunto de assistências dadas ao estudantes com pouca ou nenhuma renda, seja elas de moradia, alimentação, transporte...	1							1									1			
Um departamento responsável por auxiliar na permanência do estudante no campus.		1						1		1										
Uma política que visa selecionar alunos que necessitam de um auxílio e assim contemplá-los.				1				1							1					
Na minha concepção, essa política do campus pode ser entendida como um canal de apoio direto aos estudantes que se encaixam no caráter de alta vulnerabilidade socioeconômica. Seria uma possibilidade de entender os atravessamentos dos estudantes, permitindo que soluções sejam criadas e impactos das desigualdades sejam minimizados.		1						1		1										
<b>TOTAL DE RESPOSTAS</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>

Tabela 9: Relação entre questão social e a compreensão sobre a política de assistência estudantil do campus

Na **Tabela 10** abaixo tem-se o seguinte panorama: das 18 definições, apenas 7 foram consideradas incompletas e ao contrário da primeira análise, a maioria dessas respostas (4) não estão na menor faixa de renda, mas sim na faixa de meio salário mínimo a um salário mínimo.

Quanto à situação ocupacional, as respostas foram bastante variadas, mas 3 estão na condição de desempregado, que aparece sempre em destaque pelo fato de ser uma característica presente na vida dos participantes da pesquisa, conforme apresentado acima. No que diz respeito, às necessidades familiares, as respostas também apareceram bem diversificadas entre as necessidades, mas ainda assim observa-se 2 respostas na necessidade de emprego/trabalho.

Para você o que é a Política de Assistência Estudantil do Campus?	RENDA PER CAPITA				SITUAÇÃO OCUPACIONAL				NECESSIDADES FAMILIAR											
	De 0 a meio Salário mínimo	De meio Salário mínimo a um Salário mínimo	De um Salário mínimo a um Salário mínimo e meio	Acima de um salário mínimo e meio	Desempregado (a)	Pensionista	Empregado(a) do setor privado	Trabalhador(a) Informal	Estudante	Emprego/trabalho, Alimentos/cesta básica Segurança/violência	Emprego/trabalho	Emprego/trabalho Alimentos/cesta básica	Emprego/trabalho Escola, Transporte, Moradia	Emprego/trabalho Moradia	Emprego/trabalho, Segurança/violência	Transporte	Nenhuma	Alimentos/cesta básica, Escola	Atendimento médico, Segurança/violência, Nenhuma	Alimentos/cesta básica, Medicamentos
Não sei informa		1			1						1									
Não sei me expressar		1			1													1		
Uma política que tem como objetivo assegurar a possibilidade das pessoas mais vulneráveis perante à sociedade terem condições de se manterem enquanto estuda e fazer com que mais pessoas possam alcançar seus objetivos em determinados cursos com a ajuda financeira.		1			1										1					
É uma ajuda para os alunos que não possuem uma renda suficiente.	1					1						1								
É uma forma de manter os alunos que nao possuem uma boa estrutura financeira no mundo dos estudos.		1					1				1									
É o órgão responsável por ajudar tanto psicologicamente quanto financeiramente os alunos do campus.			1					1									1			
É onde o aluno vai pedir socorro toda vez que o calo apertar, seja para pedir uma ajuda financeira, ou para conversar e pedir ajuda psicológica, assistência estudantil é de suma importância no campus, porém nem todo mundo sabe usar.	1						1							1						
<b>TOTAL DE RESPOSTAS</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

**Tabela 10: Relação entre questão social e a compreensão sobre a política de assistência estudantil do campus**

Diante dessas considerações, conclui-se que a vivência das expressões da questão social não influencia diretamente na compreensão quanto à Política de Assistência Estudantil, digo não diretamente, no sentido de que a partir da metodologia de análise das respostas, não foi possível identificar uma relação direta entre baixa renda e desemprego com as respostas consideradas incompletas, ao contrário, a maior parte das definições dos estudantes se enquadraram na primeira tabela. Entretanto, isso não quer dizer que não há influência das expressões da questão social na compreensão geral, visto que, conforme os gráficos apresentados no decorrer das discussões, eles são demandantes da política e que 89% estão na faixa de renda de até um salário mínimo e meio per capita familiar, que a maior necessidade familiar é o emprego e que 45% declararam estar desempregado.

Portanto, minha terceira hipótese de que a vivência de expressões da questão social influencia na construção e na compreensão dos estudantes no que tange à assistência estudantil, e que quanto o maior nível de vulnerabilidade socioeconômica ou maior necessidade/dependência imediata da política, menor seria o conhecimento sociopolítico da Política, não foi comprovada, pelo menos não especificamente, pois diversos fatores, inclusive, de dimensão estrutural influenciam na construção da compreensão dos estudantes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Investigar a compreensão dos discentes do IFBA *Campus* Eunápolis quanto à Política de Assistência Estudantil não foi uma tarefa fácil, mas ao mesmo tempo foi muito gratificante, pois além de ter cumprido meus objetivos enquanto pesquisadora, consegui conhecer melhor os estudantes, consegui adentrar no universo deles e entender o porquê daqueles comentários sobre a assistência estudantil trazidos por mim na Introdução.

Comentários esses que me fizeram elaborar um Projeto, dando origem ao meu problema de pesquisa quando lá no início eu me perguntava: qual será a compreensão dos discentes do IFBA *Campus* Eunápolis, enquanto sujeitos de direitos, quanto à Política de Assistência Estudantil? E como as expressões da questão social por eles vividas podem influenciar nessa compreensão? Será que eles se sentem sujeitos de direitos de uma política ou “recebedores de um benefício”, como reflexo da realidade brasileira no tange às políticas sociais?

Pois bem, considerando meu objetivo geral que era analisar a compreensão dos discentes do IFBA *Campus* Eunápolis acerca da Política de Assistência Estudantil, juntamente com o meu primeiro objetivo específico que era identificar essas compreensões, e ainda todo o levantamento dos dados por meio dos dois instrumentos de coleta, posso afirmar que eles compreendem a Política de Assistência Estudantil em sua superficialidade, quase que desconhecendo o processo sócio-histórico que a permeia. Em alguns momentos eles a reconheceram como direito, mas não como fruto de lutas sociais, refletindo aqui a realidade brasileira.

Basicamente definem a assistência estudantil a partir das suas necessidades individuais e imediatas, prevalecendo os aspectos econômicos, atrelados apenas ao recebimento das bolsas e auxílios, o que também é reflexo da própria dinâmica de execução da política nas Instituições Federais de Ensino, que elege como prioridade os critérios essencialmente econômicos e as necessidades de sobrevivência dos estudantes.

Por outro lado, compreendem que a assistência estudantil é fundamental para a permanência e o êxito na vida escolar dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, ou seja, conseguem visualizar um dos principais objetivos da Política de Assistência Estudantil.

Outro aspecto identificado foi o entendimento equivocado referente à “cobertura” da assistência estudantil, ou seja, eles não conseguem discernir até que ponto suas necessidades não fazem parte do papel da política de educação, mas sim da política de assistência social.



Sendo assim, minha primeira hipótese que era a de que havia compreensões equivocadas entre os discentes no que tange à Política de Assistência Estudantil, não compreendendo-a como processo sócio-histórico e apreendendo-a somente em sua superficialidade, foi validada, mesmo identificando que isso é reflexo da formação sócio-histórica da cultura do favor e da benesse tão presente entre as políticas sociais no Brasil e seus principais demandantes, ou seja, não são compreensões de um grupo específico ou dos estudantes apenas, ou de uma política específica, conforme discutido no decorrer dos capítulos anteriores.

Quanto ao meu segundo objetivo específico que era diferenciar as compreensões identificadas sobre a Política de Assistência Estudantil entre as três modalidades de ensino do *Campus* Eunápolis, bem como entre os contemplados e não contemplados pelo Programa de Assistência e Apoio ao Estudante (PAAE) de 2019, utilizei para alcançar este objetivo algumas perguntas<sup>38</sup> do Questionário e separei as respostas por modalidades em tabelas comparativas, a fim de facilitar a visualização.

Pelas respostas obtidas e discutidas no ponto 5.3 deste trabalho, confirmo minha hipótese de que há diferentes compreensões entre as três modalidades de ensino do *campus* no que tange à Política de Assistência Estudantil e que as diferenciações se dão por causa dos perfis dos estudantes que delineiam cada modalidade de ensino, como, por exemplo, trajetória e/ou momento escolar, idade, objetivos buscados com os estudos, entre outros. As respostas dos estudantes do Ensino Superior se apresentaram por vezes mais completas, possivelmente devido ao maior grau de instrução em relação às outras duas modalidades. Quanto à compreensão dos estudantes do Ensino médio integrado foi possível identificar imaturidade nas respostas, além da dificuldade de se expressar durante as entrevistas. Já os estudantes do Ensino médio subsequente demonstraram o maior grau de imediatismo na compreensão, certamente devido ao seu próprio perfil de alunos que estão focados no mercado de trabalho, na formação rápida e quase que puramente técnica.

Ainda sobre o mesmo objetivo, destaco que não foi possível diferenciar as compreensões entre os contemplados e não contemplados pelo Programa de Assistência e Apoio ao Estudante (PAAE) de 2019, pois não identifiquei nenhuma diferença entre os sujeitos da minha pesquisa, independente de terem sido contemplados ou não com o PAAE. Todos eram demandantes do programa, ou seja, estudantes que fazem parte do mesmo perfil de vulnerabilidade social, e apenas não foram selecionados por diversos motivos, inclusive

---

<sup>38</sup> Questões 34, 35, 36 e 37 (APÊNDICE B; p. 125 e 126).

falta de documentação.

Com essa questão de ordem metodológica, já aproveito para refletir sobre nova pesquisa, que seria diferenciar a compreensão entre demandantes e não demandantes da Política, pois acredito que só assim será possível traçar de fato perfis diferentes, e consequentemente, compreensões distintas.

No que diz respeito ao último objetivo, analisar a relação entre a vivência de expressões da questão social e as concepções dos discentes sobre a Política de Assistência Estudantil, optei por selecionar dois aspectos relacionados às expressões da questão social: renda e desemprego, distribuídos em três perguntas do Questionário<sup>39</sup> analisadas individualmente e depois relacionadas à pergunta “para você o que é a Política de Assistência Estudantil do Campus?” por meio de duas tabelas diferentes. O primeiro aspecto a destacar dessa análise foi em relação à renda, onde 89% estão na faixa de renda de até um salário mínimo e meio per capita familiar, perfil prioritário do PNAES e o segundo refere-se ao desemprego – importante expressão da questão social – onde 45% afirmaram estar desempregados, informação muito relevante que reflete a atual conjuntura, conforme discutido acima.

Quanto à relação das expressões da questão social com a compreensão dos discentes sobre a Política de Assistência Estudantil e a minha terceira hipótese de que a vivência de expressões da questão social influencia na construção e na compreensão dos estudantes no que tange à assistência estudantil, e que quanto o maior nível de vulnerabilidade socioeconômica ou maior necessidade/dependência imediata da política, menor seria o conhecimento sociopolítico da Política, não foi comprovada. Considerando a metodologia aplicada, não foi possível afirmar essa relação ou influência direta na compreensão dos estudantes em relação à Política de Assistência Estudantil, pois as respostas que considerei mais completas e/ou consistentes apareceram mais entre aqueles de baixa renda e/ou desempregado, ao contrário das respostas consideradas incompletas.

Diante desta breve compilação dos resultados obtidos, é possível afirmar que a metodologia utilizada neste trabalho foi apropriada para cumprir os objetivos propostos, confirmar ou refutar as hipóteses e responder à questão de pesquisa. A amostra de 18 estudantes distribuída entre as três modalidades de ensino do *campus* foi suficiente para trazer aspectos importantes para a discussão do objeto de trabalho em sua abordagem qualitativa. A utilização dos dois instrumentos de coleta de dados foi fundamental para alcançar a

---

<sup>39</sup> Questões 16, 24 e 28 (Apêndice B; p. 120, 122 e 124).

compreensão dos estudantes quanto à Política de Assistência Estudantil. Quanto aos desafios encontrados no decorrer da pesquisa, acredito que o maior de todos foi ter realizado o Mestrado e tudo que ele exige durante a pandemia da COVID 19, foram muitas mudanças, muitas inseguranças. A própria suspensão das atividades acadêmicas influenciou tanto na minha vida enquanto estudante da UFSB, como na execução da coleta de dados, pois os sujeitos da minha pesquisa também passaram por essas situações no *campus*, me obrigando inclusive a mudar de metodologia.

Tomando como base as discussões gerais foi possível perceber que as compreensões identificadas quanto às políticas sociais, quanto ao direito, e, conseqüentemente, quanto à assistência estudantil, acompanham a realidade nacional da cultura da benesse, do favor, da “bolsificação”, do atendimento às necessidades imediatas e não estruturais, da falta de conhecimento pleno dos direitos sociais, acreditando muitas vezes que são meras concessões governamentais.

Outro ponto relevante do trabalho foi a necessidade de se discutir a Política de Assistência Estudantil pelo princípio da universalidade, não limitar suas ações somente para os estudantes de baixa renda, mas promover uma formação plena e emancipadora. Superar a assistencialização na execução dos programas e ações, que fomenta ainda mais a focalização e a fragmentação, e restringe aos critérios de sobrevivência dos estudantes, perdendo-se a perspectiva de afirmação de direitos. Além disso, a assistência estudantil deve ser compreendida, definitivamente, como política educacional e não como política de assistência social. Ressalto que tenho consciência do desafio que é superar essas questões e que há entraves de ordem prática para implementação do caráter universalizador.

Passando para um viés mais local, uma questão importante foi trazida por diversas vezes pelos estudantes participantes da pesquisa, que foi sobre a baixa publicização das ações e divulgação dos documentos, leis e regulamentos que regem a assistência estudantil, no que, de fato, eles têm razão. Acredito que isso ocorre basicamente por dois motivos: o primeiro é que por muitos anos o *campus* ficou sem assistente social, principal profissional responsável pela assistência estudantil e o segundo é a própria dinâmica/exigência diária de trabalho que “engole” o planejamento de ações mais amplas e aprimoradas.

Mesmo não sendo o objetivo deste trabalho, fazer proposições ou criar um produto/ação para ser executado, sugiro que sejam realizados Fóruns e/ou Workshop anuais da assistência estudantil que discutam aspectos mais amplos, em sua dimensão política e que seja capaz de conscientizar os estudantes da sua importância e da sua dimensão sociohistórica.

Isso tudo é para além da melhoria na publicação das ações e editais, bem como da realização de capacitações rotineiras para todos os servidores envolvidos com a Política de Assistência Estudantil.

Por fim, dada à complexidade da assistência estudantil, esta pesquisa dá indicativo para que novas pesquisas possam ser desenvolvidas com novos olhares e novos vieses, como, por exemplo, a importância da assistência estudantil para os egressos; compreensão da equipe técnica e/ou docentes quanto à Política de Assistência Estudantil; compreensão dos estudantes que não fazem parte do perfil prioritário do PNAES quanto à Política de Assistência Estudantil; análise da implantação da Política de Assistência Estudantil no campus Eunápolis, enfim, as possibilidades são enormes e desafiadoras e espero que este estudo contribua para que novas pesquisas sejam realizadas, ou até mesmo para a minha continuidade a caminho do Doutorado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, R.M. de L.; RODRIGUES, D. do S. **Referências sobre práticas formativas em Educação Profissional: o velho travestido de novo frente ao efetivamente novo.** Rio de Janeiro: Boletim Técnico do Senac, 2010.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. [Constituição (1934)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 16 de Julho de 1934.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm). Acesso em 29 mar. 2021.

BRASIL. [Constituição (1946)]. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm). Acesso em: 02 abr.2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 08 de abr. 2021.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. **Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 02 abr. 2021.

BRASIL. Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964. **Dispõe sobre os Órgãos de Representação dos Estudantes e dá outras providências.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/14464.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/14464.htm). Acesso em: 02 abr. 2021.

BRASIL. Decreto nº 66.967, de 27 de Julho de 1970. **Dispõe sobre a organização administrativa do Ministério da Educação e Cultura.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-66967-27-julho-1970-408779-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 02 abr. 2021.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. **Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18742.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm). Acesso em: 04 abr. 2021.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em 04 abr. 2021.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm). Acesso em: 05 abr. 2021.

BRASIL. Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004. **Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e dá outras providências.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm). Acesso em: 22abr. 2021.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. **Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm). Acesso em: 16abr. 2021.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2008/lei/11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/11892.htm). Acesso em: 24abr.2021.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes).** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2010/decreto/D7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/decreto/D7234.htm). Acesso em: 23 set. 2019.

CAPELO, M. R. C. **Desigualdade, educação e inclusão:** Implicações e provocações. In: As desigualdades e suas múltiplas formas de expressão [livro eletrônico]. Angela Maria de Souza Lima [et al.]: organizadores. Londrina: EDUEL, 2015. Disponível em: <https://pt.scribd.com/read/405677533/As-desigualdades-e-suas-multiplas-formas-de-expressao#>. Acesso em: 25 fev. 2022.

CARVALHO, A. M. P. de. A luta por direitos e a afirmação das políticas sociais no brasil contemporâneo. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 39. n. 1, p 16-26, 2008. Disponível em: [http://www.rcs.ufc.br/edicoes/v39n1/rcs\\_v39n1a2.pdf](http://www.rcs.ufc.br/edicoes/v39n1/rcs_v39n1a2.pdf). Acesso em: 10 out.2019.

CAVALHEIRO, J. S. **O Programa Nacional de Assistência Estudantil nos Institutos Federais gaúchos e o trabalho do assistente social:** alcances, perspectivas e desafios. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2013. Disponível em: [https://pos.ucpel.edu.br/ppgps/wp-content/uploads/sites/5/2018/03/JOSIELA.CAVALHEIRO\\_O-Programa-Nacional-de-Assist%C3%Aancia-Estudantil-nos-Institutos-Federais-Ga%C3%BAchos-e-o-Trabalho-do-Assistente-Social-%E2%80%93-alcances-perspectivas-e-desafios.pdf](https://pos.ucpel.edu.br/ppgps/wp-content/uploads/sites/5/2018/03/JOSIELA.CAVALHEIRO_O-Programa-Nacional-de-Assist%C3%Aancia-Estudantil-nos-Institutos-Federais-Ga%C3%BAchos-e-o-Trabalho-do-Assistente-Social-%E2%80%93-alcances-perspectivas-e-desafios.pdf). Acesso em: 10 fev. 2021.

CURY, C. R.J. **A educação escolar, a exclusão e seus destinatários.** Belo Horizonte: Educação em Revista, 2008. N. 48, p. 205-222.

DUTRA, N. G. DOS R.; SANTOS, M. DE F. DE S. **Assistência estudantil sob múltiplos olhares:** a disputa de concepções. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.25, n. 94, p. 148-181, jan./mar. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ensaio/v25n94/1809-4465-ensaio-25-94-0148.pdf>. Acesso em:

10 mar. 2021.

EDUCAIBGE. Conheça o Brasil – população: cor ou raça. IBGE: 2022. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>. Acesso em: 20 mar. 2022.

FERRAZ, M. **Educação profissional: entre o acesso e a exclusão**. Curitiba: CRV, 2021. Coedição: Salvador: EDIFBA, 2021. Disponível em: <https://www.editoracrv.com.br/produtos/detalhes/36403-crv>. Acesso em: 4 mar. 2022.

FERREIRA, S. A. S. **Um olhar de gênero sobre o programa de ações afirmativas na UFBA (2002-2014)**. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gêneros e Feminismo). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. Histórias e memórias conjugadas em documentos. **FONAPRACE - Revista Comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares**, Minas Gerais: UFU-MG, p. 15-61, 2012. Disponível em: [http://www.proae.ufu.br/sites/proae.ufu.br/files/media/arquivo/revista\\_fonaprace\\_25\\_anos.pdf](http://www.proae.ufu.br/sites/proae.ufu.br/files/media/arquivo/revista_fonaprace_25_anos.pdf). Acesso em: 10 fev. 2021.

Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. O FONAPRACE e Política de Assistência Estudantil em 2012: quem somos, onde chegamos e o que queremos. **FONAPRACE - Revista Comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares**, Minas Gerais: UFU-MG, p. 62-75, 2012. Disponível em: [http://www.proae.ufu.br/sites/proae.ufu.br/files/media/arquivo/revista\\_fonaprace\\_25\\_anos.pdf](http://www.proae.ufu.br/sites/proae.ufu.br/files/media/arquivo/revista_fonaprace_25_anos.pdf). Acesso em: 10 fev. 2021.

Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. **Regimento do FONAPRACE**. 2003. Disponível em: <http://www.fonaprace.andifes.org.br/site/index.php/regimento/>. Acesso em: 15 mar. 2021.

FRASER, M.T. D.; GONDIM, S.M.G. **Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa**. Paidéia, 2004, 14 (28), 139-152. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/MmkPXF5fCnqVP9MX75q6Rrd/?lang=pt>. Acesso em: 20 out. 2019.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: [http://www.uece.br/nucleodelinguasitaperi/dmdocuments/gil\\_como\\_elaborar\\_projeto\\_de\\_pesquisa.pdf](http://www.uece.br/nucleodelinguasitaperi/dmdocuments/gil_como_elaborar_projeto_de_pesquisa.pdf). Acesso em: 13 fev. 2021.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 15 out. 2019.

GUEDELHO, C. V. **Avaliação em profundidade da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal do Piauí**. 2017. Dissertação (Mestrado profissional em Avaliação de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017. Disponível em: [http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/24384/1/2017\\_dis\\_cvguedelho.pdf](http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/24384/1/2017_dis_cvguedelho.pdf). Acesso

em:20 set. 2019.

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. **Revista Temporalis**. Brasília, ano 2, n.3, p. 9-30, 2001. Disponível em: [http://cressmt.org.br/novo/wp-content/uploads/2018/08/Temporalis\\_n\\_3\\_Questao\\_Social.pdf](http://cressmt.org.br/novo/wp-content/uploads/2018/08/Temporalis_n_3_Questao_Social.pdf). Acesso em: 20 set. 2019.

IMPERATORI, T. K. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 129, p. 285-303, 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010166282017000200285&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010166282017000200285&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 14 abril 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA. **Projeto Pedagógico Institucional do IFBA**. 2013. Disponível em: <https://portal.ifba.edu.br/proen/PPIIFBA.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA. Conselho Superior. **Resolução nº 25, de 23 de maio de 2016**. Dispõe sobre as Diretrizes e Normas da Política de Assistência Estudantil do IFBA. Salvador: Conselho Superior, 2016a. Disponível em: <https://portal.ifba.edu.br/institucional/consup/resolucoes-2016/resol-no-25-2016-dir-assist-estudantil.pdf>. Acesso em: 10 set. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA. **Projeto Pedagógico do Curso Superior de Engenharia Civil**. 2016b. Disponível em: <https://portal.ifba.edu.br/eunapolis/textos-fixos-campus-eunapolis/documentos-engenharia-civil/projeto-pedagogico-do-curso-de-engenharia-civil-ifba-campus-eunapolis-1-1.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA. **O instituto**. 2019a. Disponível em: <https://portal.ifba.edu.br/institucional/instituto>. Acesso em: 18 out. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA. **O Campus**. 2019b. Disponível em: [https://portal.ifba.edu.br/eunapolis/menu-institucional/copy\\_of\\_o-campus](https://portal.ifba.edu.br/eunapolis/menu-institucional/copy_of_o-campus). Acesso em: 18 out. 2019.

JESUS, J. A. de, **Programa nacional de assistência estudantil-pnaes nos institutos federais de educação**: um estudo da metodologia de implementação do IFNMG. Dissertação (Mestrado profissional em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/21511/1/2016\\_JacquelineAlvesdeJesus.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/21511/1/2016_JacquelineAlvesdeJesus.pdf). Acesso em: 13 mar. 2021.

KOWALSKI, A. V. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio nagarantia de direitos**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/521/1/438212.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2021.

LEITE, J. L. Política de Assistência Estudantil: direito da carência ou carência de direitos?. **SER Social**, [S. l.], v. 14, n. 31, p. 453–472, 2013. Disponível em: [https://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/13024](https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/13024). Acesso em: 10 fev. 2021.



- MASCARO, A. L. **Introdução ao estudo do direito**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- MAGALHÃES, R. P. de. **Desigualdade, pobreza e educação superior no Brasil**. **FONAPRACE - Revista Comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares**, Minas Gerais: UFU - MG, p.88-97, 2012. Disponível em: [http://www.proae.ufu.br/sites/proae.ufu.br/files/media/arquivo/revista\\_fonaprace\\_25\\_anos.pdf](http://www.proae.ufu.br/sites/proae.ufu.br/files/media/arquivo/revista_fonaprace_25_anos.pdf) Acesso em: 15 mar. 2022.
- MANFREDI, S. M. **Educação Profissional no Brasil: atores e cenários ao longo da história**. Versão digital. Jundiaí: Paco Editorial, 2017. Disponível em: <https://pt.scribd.com/read/405793499/Educacao-profissional-no-Brasil-Atores-e-cenarios-ao-longo-da-Historia>. Acesso em: 10 mar de 2022.
- MARTINS, J. de S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.
- MENICUCCI, T. **Políticas sociais: conceitos, trajetórias e a experiência brasileira**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2018.
- MÉSZAROS, I. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.
- MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001. Disponível em: [http://www.faed.udesc.br/arquivos/id\\_submenu/1428/minayo\\_2001.pdf](http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo_2001.pdf). Acesso em: 15 fev.2021
- MINAYO, M. C. de S. **Hermenêutica-Dialética como Caminho do Pensamento Social**. In: **Caminhos do Pensamento: epistemologia e método**. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002. Disponível em: <https://ler.amazon.com.br/?asin=B00P6OIYLM>. Acesso em: 25 mai. 2021.
- MINAYO, M. C. de S. **Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade**. **Ciênc. saúde coletiva** Ed.17.2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/39YW8sMQhNzG5NmpGBtNMFf/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 25 mai. 2021.
- MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2014.
- MORAES, M. R. de. **O processo de assistencialização das políticas sociais e a seguridade social brasileira**. *Temas & Matizes*, [S. l.], v. 9, n. 17, p. p.177–200. 2010. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/temasematizes/article/view/4709>. Acesso em: 28 mai 2022.
- MOURA, D. H. **Educação Básica e Educação Profissional e Tecnológica: dualidade histórica e perspectiva de integração**. *Holos*, Ano 23, vol 2, 2007.
- NASCIMENTO, C. M. do; ARCOVERDE, A. C. B. **O Serviço Social na Assistência Estudantil: reflexões acerca da dimensão político-pedagógica da profissão**. **FONAPRACE - Revista Comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares**, Minas Gerais: UFU - MG, p.167-179, 2012. Disponível em:

[http://www.proae.ufu.br/sites/proae.ufu.br/files/media/arquivo/revista\\_fonaprace\\_25\\_anos.pdf](http://www.proae.ufu.br/sites/proae.ufu.br/files/media/arquivo/revista_fonaprace_25_anos.pdf) Acesso em: 10 fev. 2021.

NASCIMENTO, C. M. do. Elementos conceituais para pensar a política de assistência estudantil na atualidade. **FONAPRACE - Revista Comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares**, Minas Gerais: UFU - MG, p.147-157, 2012. Disponível em: [http://www.proae.ufu.br/sites/proae.ufu.br/files/media/arquivo/revista\\_fonaprace\\_25\\_anos.pdf](http://www.proae.ufu.br/sites/proae.ufu.br/files/media/arquivo/revista_fonaprace_25_anos.pdf) Acesso em: 15 mai. 2022.

NASCIMENTO, A.P. L. **Uma análise das ações de assistência estudantil no contexto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Sergipe, 2014. Disponível em: [https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/6189/1/ANA\\_PAULA\\_LEITE\\_NASCIMENTO.pdf](https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/6189/1/ANA_PAULA_LEITE_NASCIMENTO.pdf). Acesso em: 23 mai. 2022.

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Revista Temporalis**. Ano 2, n. 3, Brasília: ABEPSS, 2001, p. 41-49. Disponível em: [https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis\\_n\\_3\\_questao\\_social-201804131245276705850.pdf](https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social-201804131245276705850.pdf). Acesso em: 10 mar de 2022.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OREIRO, J. L.; PAULA, L. F. de. **A economia brasileira no governo Temer e Bolsonaro: uma avaliação preliminar**. ResearchGate: 2019. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/336147850\\_A\\_economia\\_brasileira\\_no\\_governo\\_Temer\\_e\\_Bolsonaro\\_uma\\_avaliacao\\_preliminar](https://www.researchgate.net/publication/336147850_A_economia_brasileira_no_governo_Temer_e_Bolsonaro_uma_avaliacao_preliminar). Acesso em 22 mai 2022.

PIANA, M. C. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/vwc8g/pdf/piana-9788579830389.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2022.

PASTORINI, A. Quem mexe os fios das políticas sociais? Avanços e limites da categoria “concessão-conquista”. *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, 2010. 2ª reimpressão. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/435790285/Alejandra-Pastorini-1997>. Acesso em: 11 mar de 2022.

PASTORINI, A. **A categoria “questão social” em debate**. São Paulo: Cortez, 2004.

PRADA, T.; SURDINE, M. C. da C. A assistência estudantil nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **SER Social**, Brasília, v. 20, n. 43, p. 268-289, 2018. Disponível em: [http://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/18860](http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/18860). Acesso em: 10 set. 2019.

PRAZERES, M. S. C. dos; BATISTA, I. G. Estado, políticas educacionais e tecnologias frente às demandas do capitalismo contemporâneo. **Práxis Educacional**, [S.l.], v. 15, n. 32, p. 378-391, 2019. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/5060>. Acesso em: 12 out.2019.

PINHEIRO, E. B. **O caráter das políticas de assistência estudantil nas Universidades**

**públicas**. Curitiba: Revista Mundi Sociais e Humanidades, 2016. v. 1, n. 2, 11, jul./dez.  
Disponível em:

<https://periodicos.ifpr.edu.br/index.php?journal=MundiSH&page=article&op=view&path%5B%5D=16&path%5B%5D=78>. Acesso em: 22 mai 2022.

SANTOS, J. S. “**Questão social**”: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SETUBAL, A. A. **Pesquisa em Serviço Social**: utopia e realidade. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, M. O. Da S. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. Florianópolis: Revista Katálysis, 2010. V. 13, p. 155 - 163. Disponível: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802010000200002/17325>. Acesso em: 23 mai de 2022.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VASCONCELOS, N. B. Assistência Estudantil: uma breve análise histórica. **FONAPRACE - Revista Comemorativa 25 anos**: histórias, memórias e múltiplos olhares, Minas Gerais: UFU-MG, p.100-111, 2012. Disponível em: [http://www.proae.ufu.br/sites/proae.ufu.br/files/media/arquivo/revista\\_fonaprace\\_25\\_anos.pdf](http://www.proae.ufu.br/sites/proae.ufu.br/files/media/arquivo/revista_fonaprace_25_anos.pdf). Acesso em: 10 fev. 2021.

## APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr (a) para participar da Pesquisa “Política de Assistência Estudantil: uma análise sobre a compreensão dos discentes do IFBA Campus Eunápolis”, sob a responsabilidade da pesquisadora Thamiris de Oliveira Natale, a qual pretende analisar a compreensão dos discentes do IFBA Campus Eunápolis acerca da Política de Assistência Estudantil. Sua participação é voluntária e se dará em duas fases, a primeira será o preenchimento de um questionário, com o tempo estimado de trinta minutos para conclusão e a segunda será a participação em uma entrevista em grupo que acontecerá virtualmente através de um aplicativo de videoconferência, o *Google Meet*. A entrevista será gravada com a sua permissão e terá a duração aproximada de uma hora e meia. Os riscos possíveis dessa pesquisa são de ordem mínima e a pesquisadora estará atenta para a assistência imediata, pois devido ao tempo da entrevista poderá haver um cansaço mental ou físico, podendo conceder um intervalo para um descanso, caso seja necessário. As entrevistas serão transcritas pela pesquisadora, mas todas as informações que possam te identificar serão totalmente retiradas, seu nome não será divulgado e lhe asseguro o mais rigoroso sigilo. Se o/a Sr (a) aceitar participar, as respostas obtidas por esta pesquisa poderão contribuir para a produção de conhecimento acerca da política de assistência estudantil, contribuir para o debate acadêmico quanto ao tema, como também colaborar para uma maior efetividade as ações da assistência estudantil do IFBA/Eunápolis. Os resultados desta pesquisa serão socializados por meio de cópias da dissertação encaminhadas por e-mail aos participantes. Se depois de consentir a sua participação o/a Sr. (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O/a Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração referente a esta pesquisa. Entretanto, caso o/a Sr. (a) tenha alguma despesa decorrente desta pesquisa será totalmente ressarcido/a pelo pesquisadora responsável. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas a sua identidade não será divulgada, uma vez que será guardada em sigilo. Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com a pesquisadora no endereço: Rua Porto Iguaçu, nº 17, Jardim América I, Eunapolis-BA; pelo telefone (73) 999103166; pelo e-mail: [thamirisifba.natale@gmail.com](mailto:thamirisifba.natale@gmail.com) ou poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Sul da Bahia – CEP/UFSB, Avenida Getúlio Vargas, nº 1732 A, Bairro Monte Castelo, Teixeira de Freitas, Bahia, CEP - 45996-108, Teixeira de Freitas, Bahia, telefone (73) 3291-2089. O e-mail do CEP/UFSB é: [cep@ufsb.edu.br](mailto:cep@ufsb.edu.br).

Eunápolis \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Nome e Assinatura do(a) participante da pesquisa

\_\_\_\_\_  
Thamiris de Oliveira Natale - Pesquisadora

## APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DE COLETA DE DADOS

### Questionário

Prezado(a) participante, este questionário faz parte da primeira fase da pesquisa que tem como título "Política de Assistência Estudantil: uma análise sobre a compreensão dos discentes do IFBA Campus Eunápolis." Suas respostas são muito importantes para o sucesso dessa pesquisa, por isso, te agradeço desde já pela sua participação voluntária. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que será assinado por você, garante todo o sigilo das informações aqui prestadas, bem como o seu anonimato e consentimento em participar do estudo e a posterior publicação dos resultados.

---

#### \*Obrigatório

1. Declaro que a pesquisadora me informou o objetivo da pesquisa e o porque \*  
precisa da minha contribuição. Por isso, eu concordo em participar da  
coleta de dados de forma totalmente voluntária e que posso desistir a hora  
que eu quiser. Declaro que recebi este formulário através de um link enviado  
para o meu e-mail. Formalizo aqui o meu interesse e fui informado(a) da  
posterior necessidade de assinar o Termo de Consentimento Livre e  
Esclarecido. Dessa forma, declaro estar ciente dos objetivos desta  
pesquisa e autorizo a realização da mesma.

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não

2. Qual o seu nome? (NÃO SERÁ DIVULGADO EM HIPÓTESE NENHUMA) \*

\_\_\_\_\_

3. Qual a sua idade? \*

4. Qual o seu gênero? \*

Marcar apenas uma oval.

- Feminino
- Masculino
- Prefiro não responder
- Outro: \_\_\_\_\_

5. Qual o seu estado civil? \*

Marcar apenas uma oval.

- Solteiro(a)
- Casado(a)
- Divorciado(a)
- Separado(a)
- Viúvo(a)
- União estável
- Outro: \_\_\_\_\_

6. Em relação à sua cor ou raça, como você se considera? (Classificação retirada do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) \*

Marcar apenas uma oval.

- Branca
- Preta
- Parda
- Amarela
- Indígena
- Prefiro não responder

7. Qual o seu curso? \*

Marcar apenas uma oval.

- Técnico em Edificações
- Técnico em Meio Ambiente (Integrado)
- Técnico em Informática
- Matemática
- Engenharia Civil
- Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
- Técnico em Enfermagem
- Técnico em Meio Ambiente (Subsequente)
- Técnico em Segurança do Trabalho

8. Qual a sua escola de origem antes de entrar no IFBA? \*

Marcar apenas uma oval.

- Escola Particular
- Escola pública
- Escola Quilombola
- Escola Indígena
- Escola Comunitária
- Escola particular com bolsa
- Outro: \_\_\_\_\_

9. Houve interrupção dos estudos em algum momento da sua vida acadêmica? \*

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

10. Se sim, explique rapidamente o motivo, quando aconteceu e por quanto tempo.

---

---

---

---

---

11. Qual o seu tipo de moradia? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Casa  
 Apartamento  
 Outros

12. Tipo de construção? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Alvenaria  
 Taipa  
 Lona  
 Madeira  
 Outros



13. Quantidade de cômodos? \*

Marcar apenas uma oval.

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7
- 8
- 9
- Mais de 9

14. Seu imóvel é? \*

Marcar apenas uma oval.

- Alugado
- Próprio
- Herança
- Emprestado/cedido
- Financiada
- Outro: \_\_\_\_\_

15. Serviços públicos acessados? \*

Marque todas que se aplicam.

- Água encanada
- Energia elétrica
- Esgoto sanitário
- Coleta de lixo
- Rua pavimentada

16. Qual a sua situação ocupacional? \*

Marque todas que se aplicam.

- Empregado(a) do setor privado
- Desempregado (a)
- Autônomo (a)
- Aposentado(a)
- Servidor(a) Público
- Pensionista
- Trabalhador(a) Informal
- Estudante
- Empresário(a)
- Outros: \_\_\_\_\_

17. Você frequenta algum serviço da Rede sócioassistencial do município? \*

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Não sei responder

18. Se sim, qual ou quais?

Marque todas que se aplicam.

- CRAS (Centro de Referência de Assistência Social)
- CREAS (Centro de Referência de Assistência Social)
- CAPS (Centros de Atenção Psicossocial)
- Outros

19. Sua família é beneficiária do Programa Bolsa Família? \*

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Não sei informar

20. Sua família é beneficiária do Benefício de Prestação Continuada (BPC)? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não
- Não sei informar

21. Incluindo você, quantas pessoas compõem sua família? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- Mais de 5

22. Atualmente sua família tem despesas com medicamentos de uso contínuo? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não

23. Sobre os seus aspectos de saúde \*

ATENÇÃO PARA A BARRA DE ROLAGEM!

Marque todas que se aplicam.

	NÃO	Sim, há menos e 1 ano	Sim, entre 2 e 5 anos	Sim, há mais de 5 anos	Não faz acompanhamento	Faz acompanhamento em rede particular
Possui diagnóstico de doença crônica	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Fez ou faz uso de substância psicoativa/química	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Fez ou faz uso abusivo de álcool	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
É portador de necessidades especiais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tem ou já teve algum transtorno psicológico ou psiquiátrico (depressão, crise de ansiedade, medo, etc.)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

24. Qual(is) a maior(es) necessidade(s) de sua família hoje? \*

Marque todas que se aplicam.

- Emprego/trabalho
- Alimentos/cesta básica
- Medicamentos
- Escola
- Transporte
- Atendimento médico
- Moradia
- Segurança/violência
- Nenhuma
- Outro: \_\_\_\_\_

25. Quem é o(a) principal responsável pelo sustento da família? \*

*Marcar apenas uma oval.*

Eu mesmo(a)

Esposo(a)

Pai

Mãe

Filho(a)

Irmão(ã)

Tio(a)

Avô(ó)

Outro: \_\_\_\_\_

26. Sobre os aspectos de saúde da pessoa acima (principal responsável pelo sustento da família). Se for o(a) estudante, deixar em branco, pois já respondeu anteriormente.

ATENÇÃO PARA A BARRA DE ROLAGEM!

Marque todas que se aplicam.

	NÃO	Sim, há menos e 1 ano	Sim, entre 2 e 5 anos	Sim, há mais de 5 anos	Não faz acompanhamento	Faz acompanhamento em rede particular
Possui diagnóstico de doença crônica	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Fez ou faz uso de substância psicoativa/química	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Fez ou faz uso abusivo de álcool	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
É portador de necessidades especiais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tem ou já teve algum transtorno psicológico ou psiquiátrico (depressão, crise de ansiedade, medo, etc.)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

27. Qual é o nível escolar dessa pessoa acima?

Marcar apenas uma oval.

- Analfabeto
- Ensino fundamental
- Ensino médio
- Ensino Superior
- Pós graduado(a)
- Não sei informar

28. Qual é a renda PER CAPITA da sua família? Renda PER CAPITA é a renda por \*  
pessoa da sua família. Para saber o valor, você vai somar todas as rendas  
da casa e dividir pela quantidade de pessoas (incluir crianças).

*Marcar apenas uma oval.*

- De 0 a meio Salário mínimo (R\$ 0 até R\$ 550)
- De meio Salário mínimo a um Salário mínimo (De R\$ 550 a R\$ 1.100)
- De um Salário mínimo a um Salário mínimo e meio (R\$1.100 a R\$1.650)
- Acima de um salário mínimo e meio (A partir de R\$1.650)

29. Você ou alguém da sua família passa ou passou por alguma situação de \*  
violência?

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não
- Prefiro não responder

30. Se sim, qual tipo? Pode marcar mais de uma opção.

*Marque todas que se aplicam.*

- Violência doméstica
- Violência sexual
- Violência econômica
- Violência social
- Violência física
- Violência psicológica e/ou moral
- Violência patrimonial
- Outro: \_\_\_\_\_
-

31. Você acha que vive algum tipo de conflito familiar? \*

Marcar apenas uma oval.

- Sim  
 Não  
 Prefiro não responder

32. Se sim, explique sua resposta.

---

---

---

---

---

Política de Assistência Estudantil do Campus

33. Você conhece a Política de Assistência Estudantil do Campus? \*

Marcar apenas uma oval.

- Sim  
 Não  
 Talvez

34. Para você o que é a Política de Assistência Estudantil do Campus? \*

---

---

---

---

---



35. Para você qual é o objetivo principal da Política de Assistência Estudantil do Campus? \*

---

---

---

---

---

36. Como você acredita que é o conhecimento dos demais estudantes acerca da Política de Assistência Estudantil do campus? \*

---

---

---

---

---

37. Para você quais desses programas/projetos fazem parte da Política de Assistência Estudantil do Campus? \*

Marque todas que se aplicam.

- Programa de Monitoria
- Bolsa de Estágio
- Almoarifado Social
- Programa de Extensão
- Programa de Assistência e Apoio ao Estudante (PAAE)
- Programa Auxílio Viagens
- Programa de Iniciação Científica (PIBIC)
- Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)
- Programa de Mobilidade Acadêmica
- Programas Universais
- Viagem Técnica
- Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas
- Bolsa PINA (Projetos de Incentivo a Aprendizagem)

38. Você conhece a Resolução nº 25 que regulamenta a Política de Assistência Estudantil do IFBA? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim  
 Não  
 Não sei informar

Execução do PAAE (Programa de Assistência e Apoio ao Estudante)

39. Você foi contemplado(a) pelo PAAE em 2019? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim  
 Não

40. Se sim, qual auxílio/bolsa você recebeu? Se não, marque nenhum \*

*Marque todas que se aplicam.*

- Bolsa de estudos  
 Transporte municipal  
 Transporte intermunicipal  
 Moradia  
 Alimentação  
 Nenhum

41. Como você utiliza a bolsa/auxílio recebidos? (PARA QUEM FOI CONTEMPLADO COM PAAE EM 2019)

Marque todas que se aplicam.

- Com transporte
- Com alimentação
- Ajudando a pagar as contas na minha casa/família
- Viagens, passeios, lazer
- Com materiais escolares/xerox
- Despesas pessoais (cartão de crédito, gasolina, roupa, celular etc)
- Com aluguel
- Não gasto com nada
- Outro: \_\_\_\_\_

42. Como você acha que os(as) estudantes utilizam a bolsa/auxílio recebidos? (PARA QUEM NÃO FOI CONTEMPLADO COM PAAE EM 2019)

Marque todas que se aplicam.

- Com transporte
- Com alimentação
- Ajudando a pagar as contas da casa/família
- Viagens, passeios, lazer
- Com materiais escolares/xerox
- Despesas pessoais (cartão de crédito, gasolina, roupa, celular, etc)
- Com aluguel
- Não gasta com nada
- Outro: \_\_\_\_\_

43. Como você considera o processo de seleção do PAAE? \*

Marcar apenas uma oval.

- Justo
- Muito justo
- Injusto
- Muito injusto
- Prefiro não opinar

44. Comente sua resposta. \*

---

---

---

---

---

45. Aceito participar da segunda fase da pesquisa (entrevista em grupo que acontecerá virtualmente pelo Google Meet) e estou ciente da sua gravação. \*

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

## **APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADO**

### **COMPREENSÃO SOBRE DIREITO**

- 1 Para vocês o que é ser um sujeito de direito?
- 2 Que compreensão vocês tem sobre direitos?
- 3 Que compreensão vocês tem sobre direito dos estudantes em relação a Política de Assistência Estudantil?

### **COMPREENSÃO SOBRE POLÍTICA PÚBLICA E SOCIAL**

- 4 O que vocês entendem por política pública? Me dá um exemplo?
- 5 Quais são os aspectos positivos das políticas públicas?
- 6 Quais são os aspectos negativos das políticas públicas?
- 7 Vocês conhecem os termos seletividade, focalização, fragmentação das políticas sociais? Se sim, pode explicar?

### **COMPREENSÃO SOBRE A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO CAMPUS**

- 8 Como vocês compreendem a Política de Assistência Estudantil do Campus?
- 9 Você poderia me falar um pouco sobre a Resolução 25 que orienta a Política de Assistência Estudantil do IFBA e o que conhece acerca dos seus objetivos, critérios, princípios?
- 10 Para você qual é o papel da assistência estudantil no Campus?
- 11 Quais programas e projetos da Política de Assistência Estudantil são alvo de maior interesse dos estudantes? Por quê?

## ANEXO A - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
SUL DA BAHIA - UFSB



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** Política de Assistência Estudantil: uma análise sobre a compreensão dos discentes do IFBA Campus Eunápolis.

**Pesquisador:** THAMIRIS DE OLIVEIRA NATALE

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 48430821.0.0000.8467

**Instituição Proponente:** UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 4.905.594

#### Apresentação do Projeto:

Trata-se de uma pesquisa que realizará um estudo entre os estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA, Campus Eunápolis, quanto à compreensão deles em relação à Política de Assistência Estudantil. O universo de trabalho compreenderá dezoito discentes distribuídos nas três modalidades de ensino do Campus (Integrado, Subsequente, Superior) e entre os contemplados e não contemplados pelo Programa de Assistência e Apoio ao Estudante (PAAE) de 2019. O critério utilizado para delimitar o universo da pesquisa foi baseado na quantidade de cursos e modalidade de ensino do Campus, atualmente são três modalidades de ensino, cada uma com três cursos, totalizando nove cursos, e assim ao selecionar de forma aleatória dois estudantes de cada curso, obtemos os dezoito, dessa forma conseguiremos abranger os três perfis diferentes dos estudantes e as suas especificidades. A coleta de dados acontecerá em duas fases, utilizando-se dois instrumentos diferentes, uma em cada fase, na primeira será utilizado um questionário com perguntas abertas e fechadas disponibilizado por um link pelo Google Forms, na segunda serão realizadas entrevistas separadas por modalidades de ensino, ou seja, teremos três momentos de entrevistas diferentes, em todas faremos uso de um roteiro de entrevistas semiestruturado. Essas entrevistas serão realizadas virtualmente através de um aplicativo de videoconferência, o Google Meet seguindo todos os princípios éticos exigidos para validação dos dados. Além disso, será solicitada a autorização da gravação da entrevista, pois facilitará o estudo e análise dos dados coletados. A análise dos dados será organizada em três

**Endereço:** Avenida Getúlio Vargas, nº 1732 A  
**Bairro:** Bairro Monte Castelo **CEP:** 45.995-100  
**UF:** BA **Município:** TEIXEIRA DE FREITAS  
**Telefone:** (75)3291-2089 **E-mail:** cep@ufsb.edu.br

Continuação do Parecer: 4.065.094

etapas, a primeira é a ordenação dos dados que é o mapeamento dos dados coletados, a segunda é a classificação dos dados para posterior categorização e, por fim, a análise final, momento da articulação dos resultados com o referencial teórico.

**Objetivo da Pesquisa:**

Objetivo Geral

• Analisar a compreensão dos discentes do IFBA Campus Eunápolis acerca da Política de Assistência Estudantil.

Objetivos Específicos

- Identificar as compreensões dos discentes do IFBA Campus Eunápolis no que tange à Política de Assistência Estudantil;
- Diferenciar as compreensões identificadas sobre a Política de Assistência Estudantil entre as três modalidades de ensino do Campus Eunápolis;
- Analisar como e em que medida as expressões da questão social influenciam na construção das compreensões dos discentes em relação à Política de Assistência Estudantil.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Riscos:

Quanto aos riscos dessa pesquisa, conforme a Resolução 466 de 2012 são de ordem mínima, pois o tema não afeta nenhuma questão psicológica ou emocional dos participantes. Entre os possíveis riscos, pode ocorrer o cansaço mental ou físico, primeiro pela participação em duas fases diferentes de coleta de dados e segundo pelo tempo da entrevista em grupo, fatos que podem ser sanados pela assistência imediata da pesquisadora aos participantes da pesquisa, como por exemplo, pausa para intervalos durante as entrevistas.

Benefícios:

Dentre os benefícios desta pesquisa temos a produção de conhecimento acerca da política de assistência estudantil, contribuição para o debate acadêmico quanto ao tema, como também poderão colaborar para uma maior efetividade às ações da assistência estudantil do IFBA Campus Eunápolis. Salienta-se que independente dos resultados obtidos neste trabalho, todos os dados serão publicados e socializados por meio de cópias da dissertação encaminhadas por e-mail aos participantes da pesquisa ou impressa se assim preferirem.

Endereço: Avenida Getúlio Vargas, nº 1732 A  
Bairro: Bairro Monte Castelo CEP: 45.926-106  
UF: BA Município: TEIXEIRA DE FREITAS  
Telefone: (73)3291-2089 E-mail: ocp@ufsb.edu.br

Página 02 de 06

Continuação do Parecer: 4.080.084

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

O universo da pesquisa compreenderá dezoto discentes distribuídos entre os contemplados e não contemplados pelo Programa de Assistência e Apoio ao Estudante (PAAE) de 2019. O critério utilizado para delimitar o universo da pesquisa foi baseado na quantidade de cursos e modalidade de ensino do Campus, constituindo o seguinte cenário: três modalidades de ensino, cada uma com três cursos, totalizando nove cursos e devido à complexidade de uma pesquisa qualitativa, serão escolhidos dois estudantes de cada curso, obtendo os dezoto. O convite aos estudantes para participar da pesquisa se dará por e-mail e/ou por ligações telefônicas, essas informações serão retiradas do sistema de registro de dados dos alunos, o SISTEMA UNIFICADO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (SUAP), que tenho acesso como servidor(a) do Campus. Ressalta-se que dessa forma conseguiremos abranger os três perfis diferentes dos estudantes e as suas especificidades. Quanto à fase de coleta de dados, definimos que será realizada em duas fases diferentes com a utilização de dois instrumentos de coletas distintos. Todos os participantes deverão participar das duas fases. A primeira fase se dará com o preenchimento de um questionário com perguntas abertas e fechadas, disponibilizado por um link pelo Google Forms, a fim de catalogar dados mais objetivos quanto ao tema estudado. O tempo estimado para a conclusão é de trinta minutos. A segunda fase da pesquisa constitui-se em entrevistas grupais de discussão direcionadas por um roteiro de entrevista semiestruturada. Apesar do uso do roteiro e de questões pré-definidas, será motivado um ambiente onde os participantes possam demonstrar seus pensamentos e o seu conhecimento de mundo quanto ao tema da pesquisa. As entrevistas serão realizadas virtualmente através de um aplicativo de videoconferência, o Google Meet e seguirão todos os princípios éticos exigidos para validação dos dados. Além disso, será solicitada a autorização da gravação da entrevista, pois facilitará o estudo e análise dos dados coletados.

\*\*\* A pendência em referência ao contato com os estudantes foi sanada nessa versão (ok).

**Critério de Inclusão:**

No que se refere ao perfil dos participantes, como critério de inclusão poderão participar pessoas do sexo feminino, masculino, ou outro gênero autodeclarado pelo participante, discentes matriculados em um dos cursos das três modalidades de ensino do Campus Eunápolis, acima de 18 anos, com nível de escolaridade do ensino médio incompleto ao superior incompleto, ter assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), participante ou não PAAE do ano

Endereço: Avenida Getúlio Vargas, nº 1732 A  
Bairro: Bairro Monte Castelo CEP: 45.006-100  
UF: BA Município: TEIXEIRA DE FREITAS  
Telefone: (75)3291-2099 E-mail: oap@ufsb.edu.br



Continuação do Parecer: 4.065.594

de 2019, participar até o final das duas fases da pesquisa.

**Critério de Exclusão:**

Como critério de exclusão do grupo selecionado temos: o não preenchimento de todas as questões obrigatórias do questionário; discentes que estejam em cumprimento de sanção disciplinar de suspensão durante a realização da coleta de dados; discentes que estejam em afastamento das atividades acadêmicas mediante atestado médico; qualquer outra condição física ou emocional que limite a capacidade dos discentes em participar desse estudo.

\*\*\* A pendência quanto aos critérios de exclusão foi sanada nessa versão (ok).

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Folha de Rosto - ok;

Termo de anuência - ok;

Curriculo Lattes dos membros da Equipe - ok;

Orçamento financeiro - ok;

TCLE - ok;

Cronograma - ok.

**Recomendações:**

Vide campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

O protocolo de pesquisa precisa estar de acordo com a Resolução N. 466/2012 e com a Resolução N. 510/2016, no que se refere a:

\*Após a pandemia, é necessário que a pesquisadora envie uma emenda ao CEP com a folha de rosto carimbada;

Dúvidas referentes ao parecer deverão ser retiradas diretamente com o CEP/UFSB, nesse momento da pandemia, apenas pelo e-mail institucional ([cep@ufsb.edu.br](mailto:cep@ufsb.edu.br)).

**Considerações finais a critério do CEP:**

Neste momento de pandemia, as dúvidas deverão ser sanadas diretamente com o CEP/UFSB

Endereço: Avenida Getúlio Vargas, nº 1732 A.  
Bairro: Bairro Monte Castelo CEP: 45.926-106  
UF: BA Município: TEIXEIRA DE FREITAS  
Telefone: (73)3291-2089 E-mail: [cep@ufsb.edu.br](mailto:cep@ufsb.edu.br)

Continuação do Parecer: 4.084.054

apenas pelo email institucional (cep@ufsb.edu.br).

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1765081.pdf	20/07/2021 23:28:54		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_pesquisa_CEP_ATUALIZADO.pdf	20/07/2021 23:27:07	THAMIRIS DE OLIVEIRA NATALE	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA_ATUALIZADO.pdf	20/07/2021 23:18:32	THAMIRIS DE OLIVEIRA NATALE	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO_THAMIRIS_DE_OLIVEIRA_NATALE.pdf	01/06/2021 14:53:36	THAMIRIS DE OLIVEIRA NATALE	Aceito
Orçamento	ORÇAMENTO_FINANCEIRO.pdf	30/05/2021 20:50:23	THAMIRIS DE OLIVEIRA NATALE	Aceito
Outros	TERMO_DE_ANUENCIA.pdf	30/05/2021 20:49:39	THAMIRIS DE OLIVEIRA NATALE	Aceito
Outros	APENDICE_C_ROTUIRO_DE_ENTREVISTA.pdf	30/05/2021 20:48:00	THAMIRIS DE OLIVEIRA NATALE	Aceito
Outros	APENDICE_B_QUESTIONARIO.pdf	30/05/2021 20:47:45	THAMIRIS DE OLIVEIRA NATALE	Aceito
Outros	Curriculo_Lattes_Thamiris_de_Oliveira_Natale.pdf	30/05/2021 20:47:23	THAMIRIS DE OLIVEIRA NATALE	Aceito
Outros	Curriculo_Lattes_Christianne_Benatti_Rocchebois.pdf	30/05/2021 20:47:04	THAMIRIS DE OLIVEIRA NATALE	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	APENDICE_A_TCLE.pdf	30/05/2021 20:46:31	THAMIRIS DE OLIVEIRA NATALE	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Avenida Getúlio Vargas, nº 1732 A  
 Bairro: Bairro Monte Castelo CEP: 45.090-100  
 UF: BA Município: TEIXEIRA DE FREITAS  
 Telefone: (75)3291-2099 E-mail: cep@ufsb.edu.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
SUL DA BAHIA - UFSB



Continuação do Parecer: 4.085.084

TEIXEIRA DE FREITAS, 13 de Agosto de 2021

---

**Assinado por:**  
**RAFAEL ALEXANDRE GOMES DOS PRAZERES**  
**(Coordenador(a))**

**Endereço:** Avenida Getúlio Vargas, nº 1732 A.  
**Bairro:** Bairro Monte Castelo      **CEP:** 45.936-108  
**UF:** BA      **Município:** TEIXEIRA DE FREITAS  
**Telefone:** (73)3291-2089      **E-mail:** cep@ufsb.edu.br

Página 04 de 06

## ANEXO B – TERMO DE ANUÊNCIA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA  
BAHIA  
CAMPUS EUNÁPOLIS

### TERMO DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins que estamos de acordo com a execução do projeto de pesquisa de mestrado de Thamiris de Oliveira Natale, intitulado "Política de Assistência Estudantil: uma análise sobre a compreensão dos discentes do IFBA Campus Eunápolis", sob a orientação do(a) pesquisadora(a) Dra. Christianne Benatti Rochebois do Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade da Universidade Federal do Sul da Bahia, o qual terá o apoio dessa Instituição.

Eunápolis, 28 de maio de 2021.

Assinatura manuscrita em tinta azul de Fábio Moraes Amaral.

**Fábio Moraes Amaral**  
Diretor Geral  
IFBA/Campus Eunápolis  
Portaria 013/2020